

ATLAS DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA

Articulação das CPT's Amazônia (Org.)



Comissão Pastoral da Terra

ATLAS DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA



Comissão Pastoral da Terra

Articulação das CPT's Amazônia (Org.)

CPT Acre

CPT Amapá

CPT Amazonas

CPT Maranhão

CPT Mato Grosso

CPT Tocantins

CPT Pará

CPT Rondônia

CPT Roraima

Cartografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(UNIMONTES e USP)

Lucas Augusto Pereira da Silva (UNIMONTES)

Assessoria

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(UNIMONTES e USP)

Edição e Revisão

Adriano Skoda

Cibele Maciel, Jornalista MG 10388 JP

Diagramação

Adriano Skoda

Fotos da Capa:

Gilson Fernando de Jesus Rego

ISBN: 978859389004

Goiânia: Comissão Pastoral da Terra

São Paulo: Editora Entremares

CPT. *Atlas de Conflitos na Amazônia*. Goiânia:
CPT; São Paulo: Entremares, 2017. 104 p.

1ª Edição, Setembro de 2017.

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente

D. André De Witte – Vice-presidente

Coordenação Executiva Nacional

Jeane Bellini

Paulo César Moreira

Rubem Siqueira

Thiago Valetim

Articulação das CPT's Amazônia

Darlene Braga

Gilson Fernando de Jesus Rego

Josep Iborra Plans

Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo ligado à Comissão para Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT é membro da Pax Christi Internacional.

A **Articulação das CPTs Amazônia** é um projeto que reúne as regionais dos nove estados da Amazônia Legal brasileira.

Comissão Pastoral da Terra

Secretaria Nacional, Rua 19, nº 35, 1º andar, Centro.
Caixa Postal 749.740001-970, Goiânia – GO

Fone: (62) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405

Site: www.cptnacional.org.br

E-mails: cpt@cptnacional.org.br

articulacaoamazonia@cptnacional.org.br

Apoio:

NEPRA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e
Agrários

Universidade Estadual de Montes Claros -

UNIMONTES

MISEREOR

Editora Entremares

Articulação das CPT's Amazônia (Org.)

ATLAS DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA

Setembro de 2017



Comissão Pastoral da Terra

Não deixamos de ver o que é belo na natureza ou no progresso da Amazônia, nem subestimamos o que o Governo do Brasil ou os particulares fazem de bom nesta região infinita. Há poesia publicidade em abundância para cantar tudo isso. O que nesta nossa Amazônia é trágico, o que nela se faz erradamente, ou se omite, o que já não se pode mais tolerar, isso é que nós - Por dever pastorear e por solidariedade humana - devíamos publicar. Dizer a verdade é um serviço. E o propósito de dizer a verdade nos faz livres.

Dom Pedro Casaldáliga (1928 -)

Carta Pastoral - “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”

São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971.

SUMÁRIO

Prefácio	11
<i>Darlene Braga, Gilson Rego e Josep Iborra (Zezinho)</i>	
Atlas da Amazônia Legal: uma construção metodológica, teórica e de luta!	15
<i>Gustavo Henrique Cepolini Ferreira</i>	
Acre	31
Dos seringueiros de ontem às fazendas de hoje	33
O despejo do seringal Capatará	36
<i>Equipe Regional da CPT do Acre</i>	
Amapá	41
Conflito Ramal da Água Verde no município de Calçoene	43
<i>Equipe Regional da CPT do Amapá</i>	
A situação fundiária do Amapá	45
<i>Higor Pereira</i>	
Amazonas	47
Os conflitos no estado do Amazonas	49
Os conflitos no município de Boca do Acre	53
<i>Equipe Regional da CPT do Amazonas</i>	
Maranhão	55
Os conflitos do estado do Maranhão	59
<i>Equipe Regional da CPT do Maranhão</i>	
Mato Grosso	63
Os conflitos no Mato Grosso	66
<i>Equipe Regional da CPT do Mato Grosso</i>	
Nota Pública: Mais uma chacina anunciada em Mato Grosso. Tortura cárcere privado praticado por família de fazendeiro em Nova Guarita	68
<i>Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso e CPT-MT</i>	
Pará	71

O avanço truculento do capital no Pará	74
<i>Gilson Fernando de Jesus Rego e José Batista Gonsalves Afonso</i>	
Rondônia	79
Rondônia: uma terra disputada à bala	82
<i>Equipe Regional da CPT de Rondônia</i>	
Roraima	87
Os conflitos no estado de Roraima	89
<i>Carlos Cardoso e Equipe Regional da CPT de Roraima</i>	
Tocantins	93
Os conflitos no campo em Tocantins	96
<i>Valéria Pereira Santos e Felipe Eduardo Lopes Oliveira</i>	
Comunidade Serra do Centro Campos Lindos	99
<i>Rafael Oliveira Sousa</i>	
Referências bibliográficas	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Amazônia Legal e suas territorialidades	19
Mapa 2 - Uso e cobertura da terra – Amazônia Legal (2004)	20
Mapa 3 - Uso e cobertura da terra – Amazônia Legal (2014)	20
Mapa 4 - Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2000)	22
Mapa 5 - Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2017)	23
Mapa 6 - Amazônia Legal: nº de conflitos e famílias envolvidas	25
Mapa 7 - Amazônia Legal: nº de conflitos e famílias (por municípios)	25
Mapa 8 - Amazônia Legal: assassinatos no campo 2015 a 2017*	30
Mapa 9 - Amazônia Legal: assassinatos no campo 2015 a 2017* (por municípios)	30
Mapa 10 - Acre: nº de conflitos no campo	32
Mapa 11 - Acre: nº de famílias em conflitos no campo	32
Mapa 12 - Amapá: nº de conflitos no campo	42
Mapa 13 - Amapá: nº de famílias em conflitos no campo	42
Mapa 14 - Amazonas: nº de conflitos no campo	48
Mapa 15 - Amazonas: nº de famílias em conflitos no campo	48
Mapa 16 - Maranhão: nº de conflitos no campo	58
Mapa 17 - Maranhão: nº de famílias em conflitos no campo	58
Mapa 18 - Mato Grosso: nº de conflitos no campo	65
Mapa 19 - Mato Grosso: nº de famílias em no campo	65
Mapa 20 - Pará: nº de conflitos no campo	73
Mapa 21 - Pará: nº de famílias em conflitos do campo	73
Mapa 22 - Rondônia: nº de conflitos no campo	81
Mapa 23 - Rondônia: nº de famílias em conflitos no campo	81
Mapa 24 - Roraima: nº de conflitos no campo	88
Mapa 25 - Roraima: nº de famílias em conflitos no campo	88
Mapa 26 - Tocantins: nº de conflitos no campo	95
Mapa 27 - Tocantins: nº de famílias em conflitos no campo	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios com maior concentração de conflitos na Amazônia Legal	21
Tabela 2: Municípios com maior número de famílias envolvidas em conflitos no campo	24
Tabela 3: Estados da Amazônia Legal com maior número de conflitos no campo	24
Tabela 4: Municípios com maior número de conflitos no campo	26
Tabela 5: Municípios com maior número de famílias envolvidas em conflitos no campo	27
Tabela 6: Amazônia Legal – Assassinatos em conflitos no campo 2015 a 2017*	28
Tabela 7: Amazônia Legal – Assassinatos em conflitos no campo 2015 a 2017* (Por Municípios) ..	28
Tabela 8: Acre – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	31
Tabela 9: Amapá – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	41
Tabela 10: Amazonas – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	47
Tabela 11: Maranhão – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	55
Tabela 12: Mato Grosso – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	63
Tabela 13: Pará – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	71
Tabela 14: Rondônia- nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	79
Tabela 15: Roraima – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	87
Tabela 16: Tocantins – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2000)	22
Gráfico 2 – Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2017)	23

PREFÁCIO

Darlene Braga | Gilson Rego | Josep Iborra (Zezinho)

Articulação das CPTs da Amazônia

A Amazônia é marcada historicamente desde o processo de sua ocupação colonial por diferentes formas de violências praticadas tanto contra sua população nativa, como nas rapinas aos seus bens naturais, sempre em favor dos países que a dominaram. Esta realidade segue até os dias atuais à medida que os sucessivos governos seguem as determinações capitalistas da Divisão Internacional do Trabalho, em que o Brasil deva garantir a matéria prima aos países industrializados. Evidentemente que esta postura alimentará a violência em todos os sentidos aos diversos grupos sociais da Amazônia.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nasceu em junho de 1975 durante um Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, busca prestar um serviço aos povos do campo e na Amazônia este trabalho tem se intensificado à medida que a CPT busca atuar em todos os estados da Amazônia Legal, com equipes espalhadas por quase todo este território. Nossas dificuldades são gigantescas se considerarmos apenas o fato que a maior disputa pela terra e os grandes números de pessoas violentadas estão na Amazônia.

Observamos nos dias atuais a Amazônia como um espaço em que se realiza um saque modernizado, e em muitos casos eficiente, dos bens naturais para a acumulação das grandes corporações capitalistas, que carregam os recursos naturais em grandes quantidades a preços aviltantes, deixando um prejuízo ecológico gigantesco, além de um rastro de violência contra os seus habitantes. A sociedade amazônica sempre fica à margem das riquezas que este processo gera. Os únicos beneficiados regionalmente são uma reduzidíssima minoria de privilegiados, representantes e defensores das corporações internacionais, e também de uma colonização interna do Brasil, geralmente vinda de outras regiões, que se aliam aos esquemas de corrupção que garantem o sistema de rapina.

Assim, as CPTs da Amazônia têm buscado mecanismos que possam melhorar os trabalhos junto às comunidades acompanhadas por nossas equipes. Foi então que a partir de 2005 iniciamos um processo específico de Articulação das CPTs da Amazônia para melhor trabalhar em rede entre os nove regionais, com troca de informações, troca de experiências, dados, avaliações, análises e ações que contribuam para fortalecimento mútuo e para melhorar nosso diagnóstico e oferecer uma compreensão comum da realidade.

Neste contexto surgiu o “ATLAS DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA”, que começou como uma iniciativa interna da Articulação da Comissão Pastoral da Terra na Amazônia, que tem intensificado um mutirão entre todas as equipes amazônicas da CPT. Trata-se da proposta de uma publicação que com metodologia diferente, complementa assim, o trabalho de documentação que todo ano a CPT Nacional realiza recolhendo os dados anuais de Conflitos no Campo do Brasil. Oferecendo um enfoque no mapeamento por municípios dos locais onde existem atualmente conflitos, e tendo como objetivo a melhoria da compreensão dos desafios que enfrentamos nesta imensidão Amazônica.

Em fevereiro de 2016 em Manaus na reunião dos coordenadores dos nove regionais amazônicos da CPT, se destacou a preocupação crescente com o aumento de conflitos e de violência atingindo os povos da Amazônia. Apresentamos um trabalho para tentar visualizar e mapear onde estão os conflitos nos territórios de cada estado, para melhorar nossa atuação nas regiões mais atingidas.

Inicialmente cada regional da Amazônia realizou este trabalho, de forma simples, a partir da base de dados dos registros de violência no campo realizados com informações próprias, ou recolhidas dos camponeses/as e movimentos, ou da mídia no próprio estado, não se limitando aos conflitos acompanhados, mas a todos aqueles dos quais houvesse conhecimento e que estavam vigentes. O trabalho foi apresentado primeiro em cada estado e depois conjuntamente.

O resultado deste levantamento foi muito positivo e atendeu a expectativa de todos os regionais, à

medida que permitia um olhar mais qualificado das áreas onde estão acontecendo a maior quantidade de conflitos e a disputa pelos territórios ocupados em toda a Amazônia. Desta forma, passamos para uma segunda fase que foi a de melhorar tecnicamente as informações e permitir através da publicação destes dados, que toda a sociedade pudesse acessar tais informações sobre os diversos conflitos ativos e que são acompanhados ou não pelos agentes da CPT em todos os estados da Amazônia Legal.

O desenvolvimento deste Atlas se deu, portanto, a partir dos dados coletados pelas equipes em seus regionais, que em seguida foram interpretados, analisados e organizados pelo professor e geógrafo Gustavo Cepolini, que com estas informações elaborou os diversos mapas que aqui são apresentados, como forma de dar visibilidade de forma técnica e acadêmica aos conflitos e territórios atualmente em disputa na Amazônia. Para não confundir aqueles que já estão acostumados com as publicações anuais do nosso Caderno de Conflito, realizamos várias reuniões com a equipe do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, para definirmos a metodologia. Enquanto nossos cadernos de Conflitos anuais apresentam os conflitos onde houve ocorrências de violência acontecidos em cada ano de publicação, este Atlas trabalha com metodologia diferente, mapeando todos os conflitos conhecidos, que ainda não estavam resolvidos até finais do ano de 2016.

Os Estados que compõem a Amazônia Legal onde os regionais da CPT registraram os dados de conflitos neste Atlas são por ordem alfabética: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (considerando todo

o estado), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Cada regional apresenta os conflitos a partir de uma contextualização elaborada pelos próprios representantes de cada Estado. Para aproximar ainda mais o leitor da realidade que o Atlas apresenta, estamos trazendo como exemplo um caso emblemático por estado.

Esta publicação sem dúvida evidencia cada vez mais a necessidade de registrar, ao mesmo tempo em que atualiza os bancos de dados da CPT, pois permite maior qualificação, além de garantir o registro a partir das equipes e de seus agentes, que são as fontes vivas que acompanham e registram toda violência praticada contra os bens naturais

e a vida das pessoas que sofrem com o avanço voraz do capital. Sabemos que os defensores de plantão de toda insanidade praticada contra a vida dos amazônidas fazem de tudo para esconder toda esta violência e, somente com registros como este é possível dar visibilidade a tamanha violência sofrida pelos habitantes da Amazônia, ao mesmo tempo em que possibilita tirar também da invisibilidade todos os processos de articulação das lutas dos diversos grupos sociais que reagem e se organizam para o enfrentamento contra toda opressão, em busca de uma vida digna e do bem viver.

Agosto de 2017.

ATLAS DA AMAZÔNIA LEGAL: Uma construção metodológica, teórica e de luta!

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira*

*A história vai cobrar e seus filhos e netos irão culpá-lo
pelo fato de ter despejado aquelas pobres famílias.
Existe uma Lei Superior a todas as leis escritas
que é uma lei congênita a todo ser humano,
a “lei da consciência”.*

Egydio Schwade (2017)¹

A epígrafe do indigenista, teólogo, fundador da Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, da Casa de Cultura Urubuí entre outras formações e atividades fornece o tom do presente texto, e, conseqüentemente do Atlas ora apresentado. Trata-se de um trabalho para além da representação cartográfica tradicional de um Atlas Geográfico, pois, sabemos que os números advindos da distribuição estatística sonega as marcas, as histórias e o sangue daqueles que morreram na defesa da terra de trabalho, cujos crimes em sua maioria seguem sob a égide da impunidade. Eis a marca registrada da luta pela terra e território no Brasil.

Dito isso, cabe salientar que a ideia inicial do “Atlas de Conflitos na Amazônia” advém do exímio trabalho da Articulação das CPTs da Amazônia, que atuam cotidianamente nos nove estados da Amazônia Legal brasileira (Mapa 1). Nesse sentido, foram meses de profícuas conversas para ajustarmos as análises, objetivando a construção de um Atlas que representasse os conflitos vigentes acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra e/ou aqueles que passaram a acompanhar. Assim, temos um material que além de registrar e denunciar tece um cenário amplo dos conflitos que não se finda ao final de um ano, ou seja, são conflitos que perduram anos e seguem vigentes no campo,

* Doutorando em Geografia Humana - USP e Professor do Departamento de Geociências - UNIMONTES. Coordenador e Pesquisador do NEPRA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrárias - UNIMONTES.

¹ Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=9165&action=read>. Acesso em: 28 ago. 2017.

agravando assim, a questão agrária amazônica².

Como já destacado em estudo anterior³, nesses últimos trinta anos ocorreu uma expansão e um fortalecimento do agronegócio (agricultura capitalista) no Brasil, em detrimento da reforma agrária e da agricultura camponesa. Dessa maneira, pode-se afirmar que a estrutura fundiária do Brasil tem duas características fundantes: a grilagem das terras públicas e a concentração de terras.

Assim, novos sujeitos sociais passaram atuar nesses conflitos por terra e território. Ao lado dos camponeses sem terra que diminuíram seu envolvimento com a luta pela terra e pela reforma agrária, despontaram os camponeses posseiros na luta pela terra. E, por outro lado, emergiram também os povos indígenas e quilombolas em luta pela demarcação de seus territórios ainda não demarcados pelo Estado (OLIVEIRA, 2015 p.16).

Esse cenário de luta contra o *agrobandidismo* moderno revela a barbárie, cujos registros são assustadores. E, mesmo nessas contradições, há luta e resistência para a conquista da terra de trabalho e vida.

Nota-se que tais mecanismos são utilizados por determinados agentes ligados ao campo para reafirmarem o seu poder de mando no país como cunhou o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010). Como exemplo, indica a transferência de milhares

de hectares de terras públicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os grileiros ligados à madeira, pecuária, soja, etc. Trata-se, portanto, de uma política delapidadora do patrimônio público em consonância com o desmatamento, ameaças e assassinatos de camponeses, posseiros, indígenas, lideranças, dentre outros, sobretudo, na Amazônia brasileira.

Assim, o Atlas visa servir como um instrumento de registro, denúncia e ação, uma vez que a tabela esconde o rosto, oculta os olhos, não mostra a história (BALDUINO, 2010). Por isso, assumimos o papel de escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica e, por vezes, propositiva ao assumir a necessidade de uma ampla reforma agrária, que infelizmente não ocorreu no país.

Em relação à violência no campo brasileiro não é só um ato contra indivíduos e sim um ato contra uma resistência camponesa, contra uma luta que visa à mudança na estrutura fundiária em um país com milhões de quilômetros quadrados de terras agricultáveis, mas que poucos detêm o poder sobre elas.

Como exemplo destaca-se que em 2014 a Amazônia Legal totalizava 43,4% dos conflitos por terra no Brasil. Trata-se, portanto, de uma região com altos índices de conflitos, consequentemente, de violência contra os camponeses. A fronteira agrícola brasileira ameaça a Amazônia de maneira escancarada desde a Ditadura Militar, e atinge hodiernamente índices ascendentes ano após ano, envolvendo o desmatamento, a violência e a barbárie no campo. Mortes e perda de biodiversidade justificadas e mascaradas em

2 Em 2016, a CPT através da Articulação da CPTs da Amazônia publicou o relatório: *Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos*.

3 Consultar: Ferreira; Venturelli (2015). Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/235/2015v5n2_GFerreira. Acesso em: 28 ago. 2017.

nome da expansão do capital no campo brasileiro e da ganância por concentração de terras, rotuladas como o agronegócio moderno. Tão moderno em suas máquinas e tão arcaico em suas relações sociais. Madeira, grãos e terras manchadas de sangue de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e tantos outros.

Já quando se analisa o período 1985 a 2017 é possível reafirmar a existência de uma teoria sobre os conflitos e barbárie no campo brasileiro, e especialmente na Amazônia, cuja alternativa perpassa por uma ampla reforma agrária como apregoado por muitos movimentos socioterritoriais brasileiros, que seguem nessa trincheira.

Assim, a Reforma Agrária seria o caminho mais rápido para eliminar a fome, a miséria e as desigualdades que dominam no Brasil; de realizar o sonho de figuras como Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, João Pedro Teixeira, Francisco Julião, Margarida Maria Alves, Dorothy Stang, Chico Mendes, Plínio de Arruda Sampaio entre outros que estudaram o problema e lutaram em defesa da Reforma Agrária, assim como Vicente Ferreira de Paula, líder dos cabanos de Pernambuco e Alagoas, até Antônio Conselheiro, o líder de Canudos, Gregório Bezerra, herói de 1964, e os demais heróis e mártires que se sacrificaram ou foram mortos em defesa das reformas (ANDRADE, 2005).

No tocante à constituição do Atlas, optou-se em utilizar os dados oriundos da Articulação das CPTs Amazônia, ou seja, apresenta os conflitos vigentes em toda Amazônia Legal brasileira. Optou-se também por utilizar a totalidade do estado do Maranhão para fins do mapeamento. Todavia,

reconhecemos que a definição de Amazônia Legal criada inicialmente em 1953 e alterada posteriormente em 1966, 1977 e 1988 indica que o estado do Maranhão limita-se ao oeste do meridiano de 44°. ⁴

Em relação à produção cartográfica, ressalta-se que devem ser compreendidos a partir de quatro dimensões indissociáveis, ou seja: como instrumento de pesquisa, linguagem, apresentação e sistematização de pesquisa e, por fim, como recurso político-pedagógico como indicou a geógrafa Larissa Mies Bombardi⁵.

Trata-se, portanto, de uma produção com diferentes vieses, os quais estão entrelaçados ao desvendar determinada realidade ou problemática. No âmbito da Articulação das CPTs da Amazônia possuem múltiplos desafios a partir do cotidiano dos amazônidas, bem como dos agentes da CPT que atuam no enfrentamento das violações dos direitos humanos, entre outros crimes e saques históricos territorializados na região.

Por isso, combatem a rapina de uma “Amazônia violentada” que resiste aos diferentes processos exógenos idealizados para internacionalizar a mesma, ou seja, entregá-la as corporações internacionais. Assim, deve-se ressaltar que na Amazônia Legal, as terras devolutas somam o montante de 114.897.607 hectares, o equivalente a 13,5% das terras brasileiras (OLIVEIRA,

⁴ Para maiores informações consulte: Oliveira (1990) e SUDAM, disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/fno/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>>. Acesso em: 01 set. 2017.

⁵ Arguição realizada durante o VI Seminário de Pesquisa em Geografia Humana realizado na Universidade de São Paulo em agosto de 2017.

2011). Tal constatação indica o agravamento dos conflitos por terra na Amazônia Legal e permite interpretá-los a partir da disputa travada pelos camponeses, quilombolas e povos indígenas na conquista e defesa da terra e territórios contra o avanço do perverso agrobandidismo.

Nesse sentido, o empenho coletivo para concretização do Atlas, reforça o debate advindo da atualíssima reflexão proposta por José de Souza Martins (1997, p. 27), pois:

As elites, no Brasil, não são capazes de perceber a crise social que elas próprias criam, no mínimo por omissão. E não abrem caminho para sua solução. Mandam sem ter um mandato verdadeiramente legítimo, pois no geral não expressam a vontade coletiva, apenas a coletiva omissão.

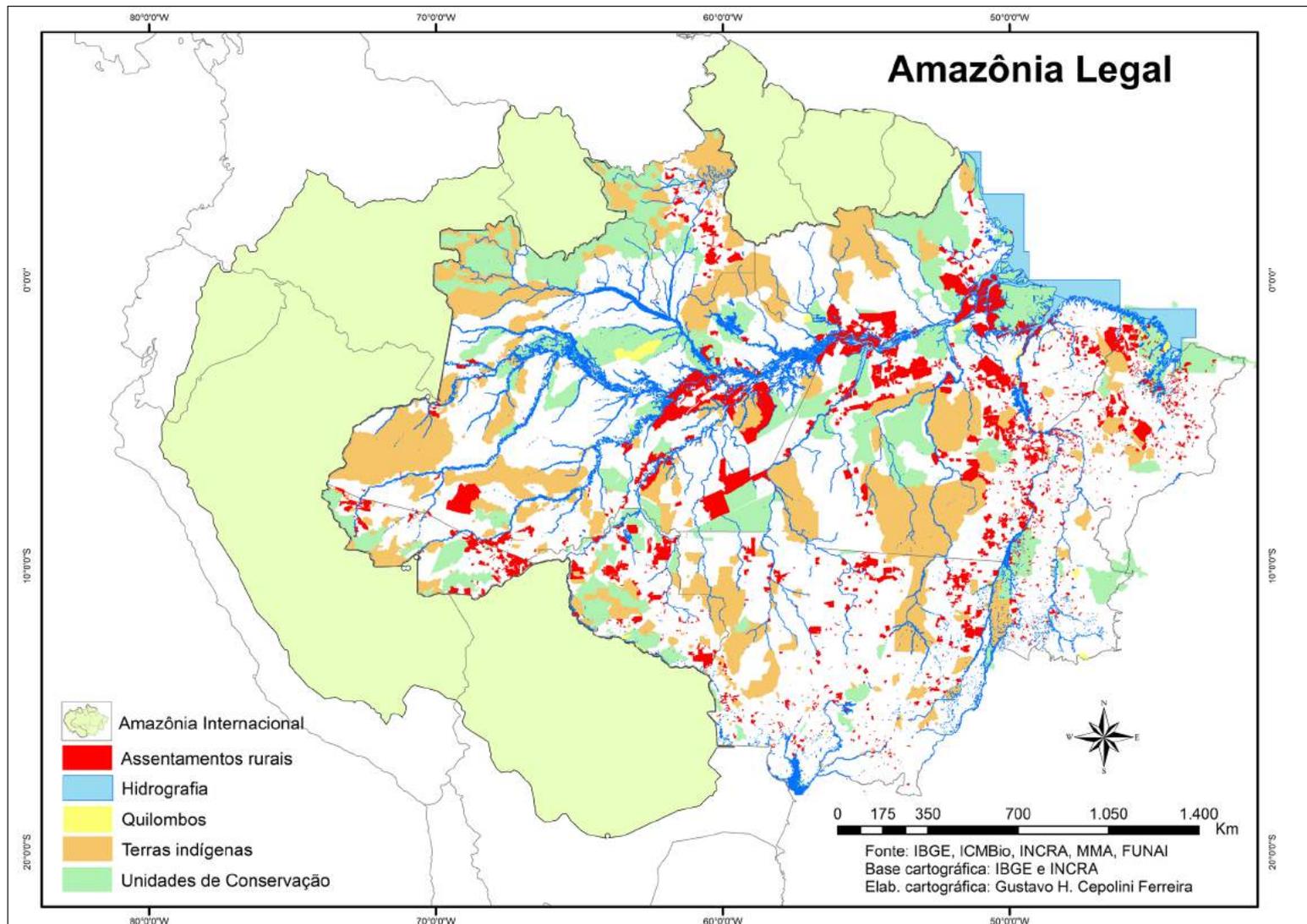
Assim, a luta para derrubada das cercas segue adiante, assim como a construção da democracia, que constantemente é violada no país. Espera-se que os leitores possam ler tais materiais organizados no “Atlas de Conflitos na Amazônia” e assim, contribuir com a luta em defesa da reforma agrária e dos povos amazônidas, numa tomada de consciência rebelde para defesa dos direitos sociais e territoriais que historicamente teimam em nos privar sob a égide da democracia.

REFERÊNCIAS

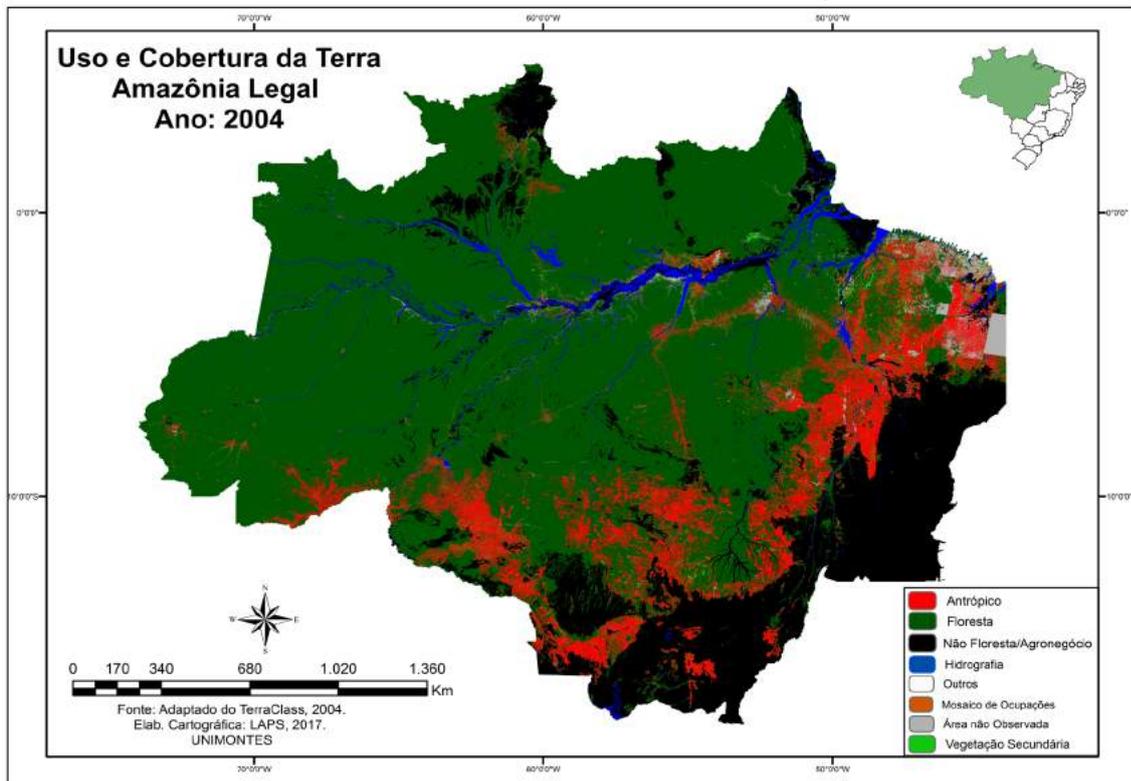
- ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- BALDUINO, Dom Tomás. Testemunho e profecia. In.: **CPT. Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CPT. **Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos**: Relatório Denúncia. CPT: Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/3118-amazonia-um-bioma-mergulhado-em-conflitos-relatorio-denuncia-disponivel-para-download>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014). **Boletim Campi-neiro de Geografia**, v. 5, p. 293-317, 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1990.
- _____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In.: MAGALHAES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- _____. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In.: **Anais do EGAL**, Costa Rica, 2011.
- _____. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. In.: **Anais do EGAL**, Havana - Cuba, 2015.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DE QUAL AMAZÔNIA FALAMOS?

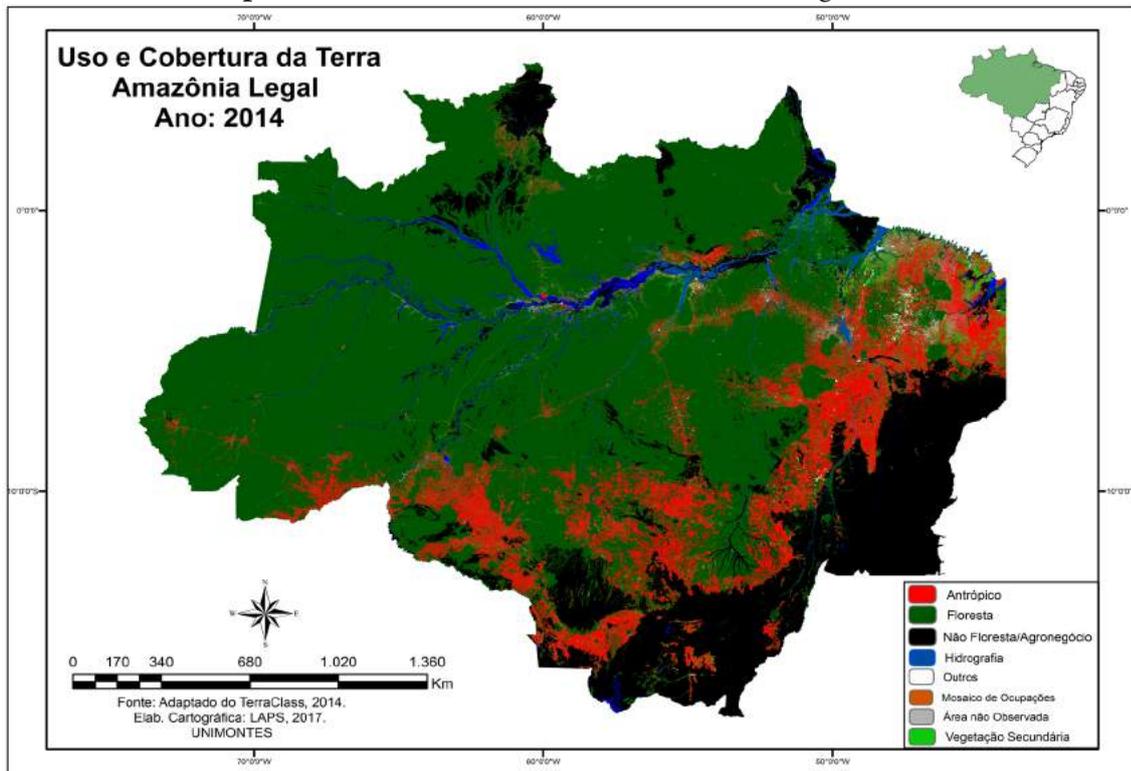
Mapa 1 - Amazônia Legal e suas territorialidades



Mapa 2 - Uso e cobertura da terra – Amazônia Legal (2004)



Mapa 3 - Uso e cobertura da terra – Amazônia Legal (2014)



O presente mapeamento teve como objetivo compreender os avanços do desmatamento na Amazônia Legal Brasileira em um período de 10 anos, dispondo de técnicas de Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica. Ao analisar os dados, observou-se que as áreas de desmatamento (em vermelho) e não Floresta/Agronegócio (preto) possuem grande extensão do território da área de estudo em ambos períodos, reforçando assim, a discussão acerca da perda da vegetação nativa na Amazônia Legal Brasileira proveniente, sobretudo, do avanço do agronegócio. Para execução deste mapeamento foram adaptados produtos cartográficos do Projeto TerraClass (2004 e 2014), desenvolvidos pelo INPE e EMBRAPA.

Tabela 1: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias envolvidas na Amazônia Legal

Nº	Municípios	Estado	Nº de Conflitos	Nº de Famílias
1	Acrelândia	Acre	15	933
2	Rio Branco	Acre	10	1.034
3	Tartarugalzinho	Amapá	17	223
4	Macapá	Amapá	15	1.118
5	Boca do Acre	Amazonas	24	2.095
6	Presidente Figueiredo	Amazonas	14	4.064
7	Codó	Maranhão	13	500
8	Centro Novo do Maranhão	Maranhão	1	1.700
9	Castanheira	Mato Grosso	7	425
10	Canarana	Mato Grosso	2	2.522
11	Anapu	Pará	20	2.188
12	Moju	Pará	8	2.627
13	Vilhena	Rondônia	27	942
14	Porto Velho	Rondônia	21	5.284
15	Boa Vista	Roraima	3	101
16	Normandia	Roraima	1	3.800
17	Mateiros	Tocantins	13	240
18	Araguaína	Tocantins	8	431
TOTAL			219	30.227

Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. Org. GHCF.

Nessa tabela optou-se em registrar os municípios que concentram o maior conflito no campo de cada estado da Amazônia Legal, seguido pelo município registra um número elevado de famílias envolvidas em diferentes conflitos vigentes. Salienta-se ainda, que a ordenação na primeira coluna visa facilitar a leitura dos mapas a seguir que indicam a localização desses municípios, bem como os gráficos que revelam a cobertura da terra no período de 2000 e 2017.

Mapa 4 - Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2000)

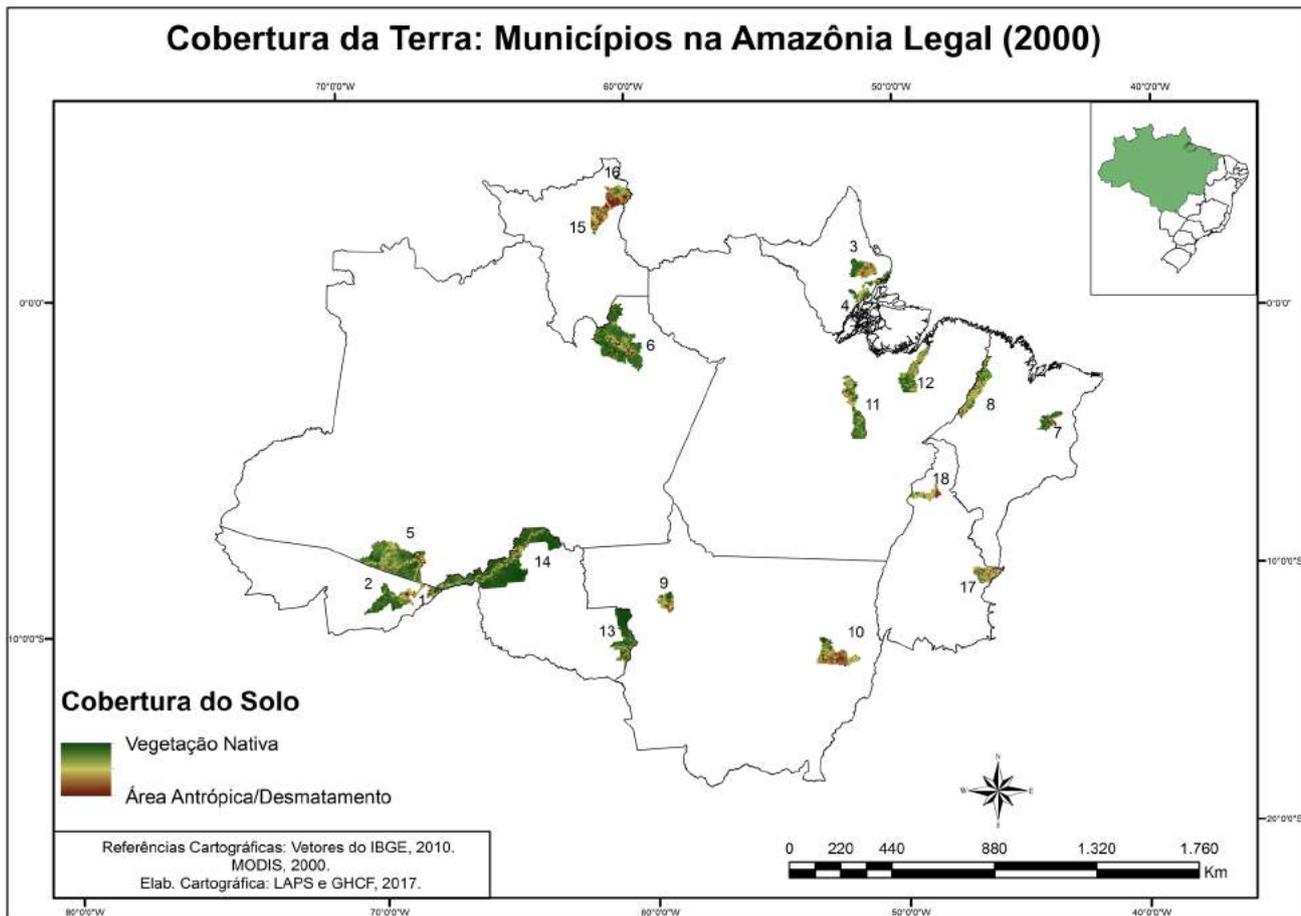
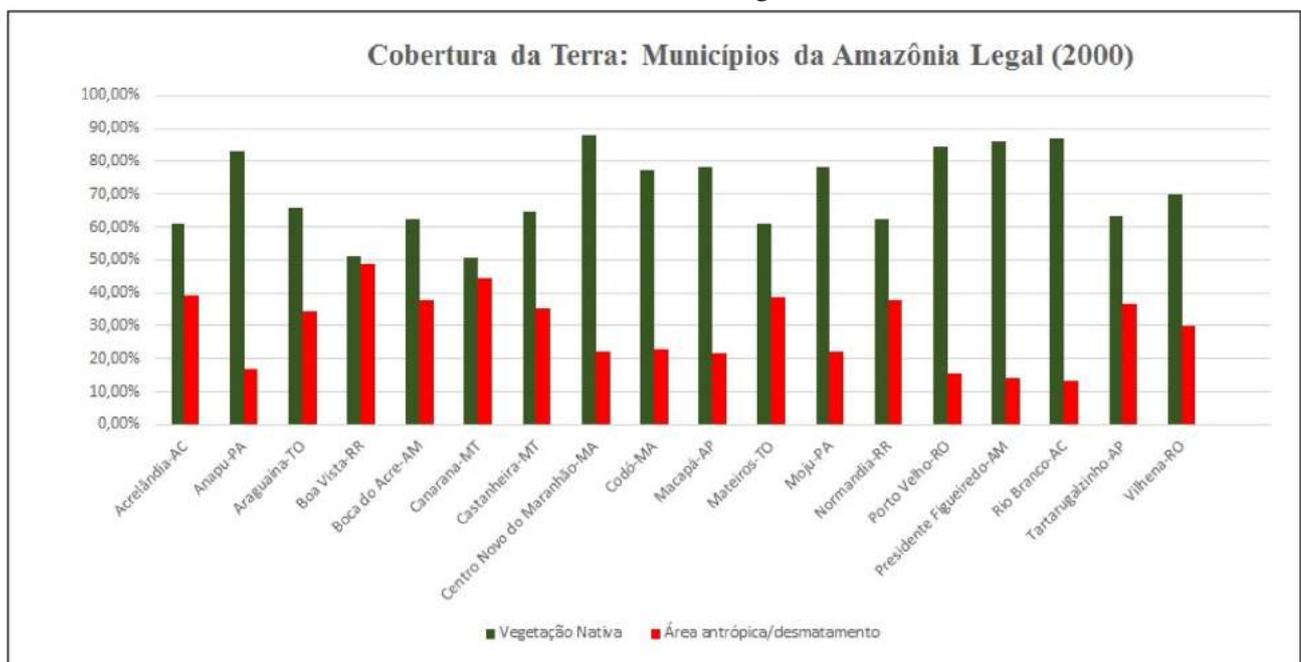


Gráfico 1 – Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2000)



Mapa 5 - Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2017)

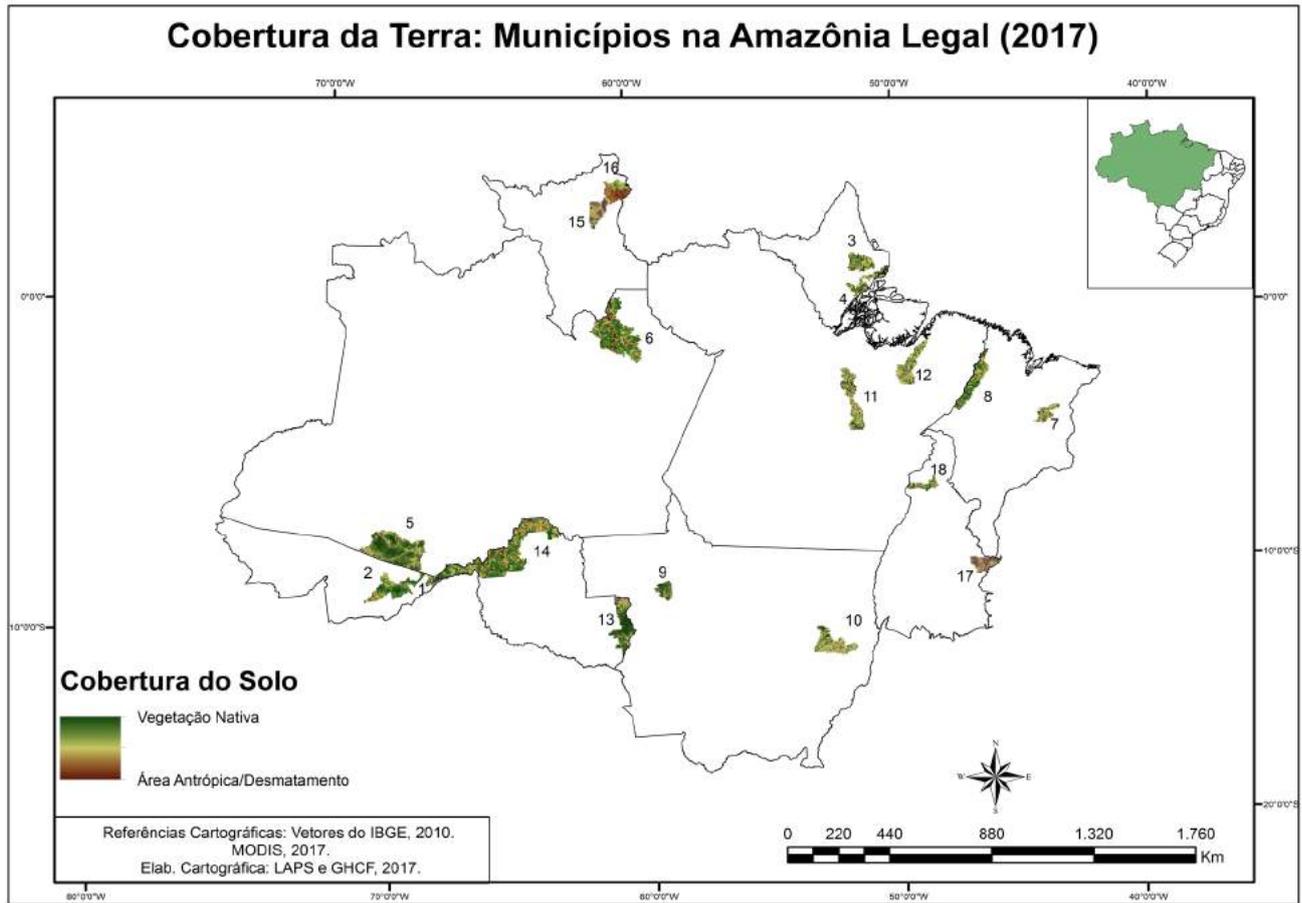


Gráfico 2 - Cobertura da terra: Municípios com maior concentração de conflitos e famílias na Amazônia Legal (2017)

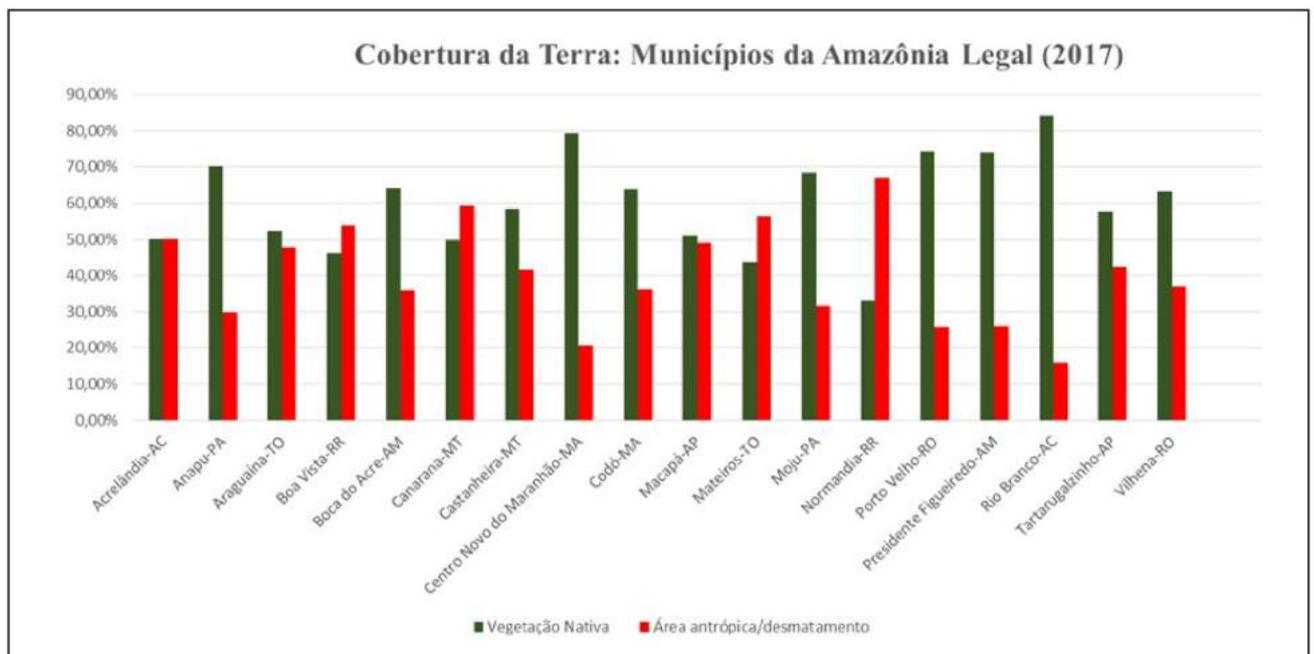


Tabela 2: Estados da Amazônia Legal com maior número de conflitos no campo

Estado	Nº Conflitos	%
Maranhão	197	20,1
Rondônia	191	19,5
Pará	142	14,5
Tocantins	135	13,8
Mato Grosso	97	9,9
Amapá	81	8,3
Amazonas	66	6,7
Acre	57	5,8
Roraima	14	1,4
Total	980	100

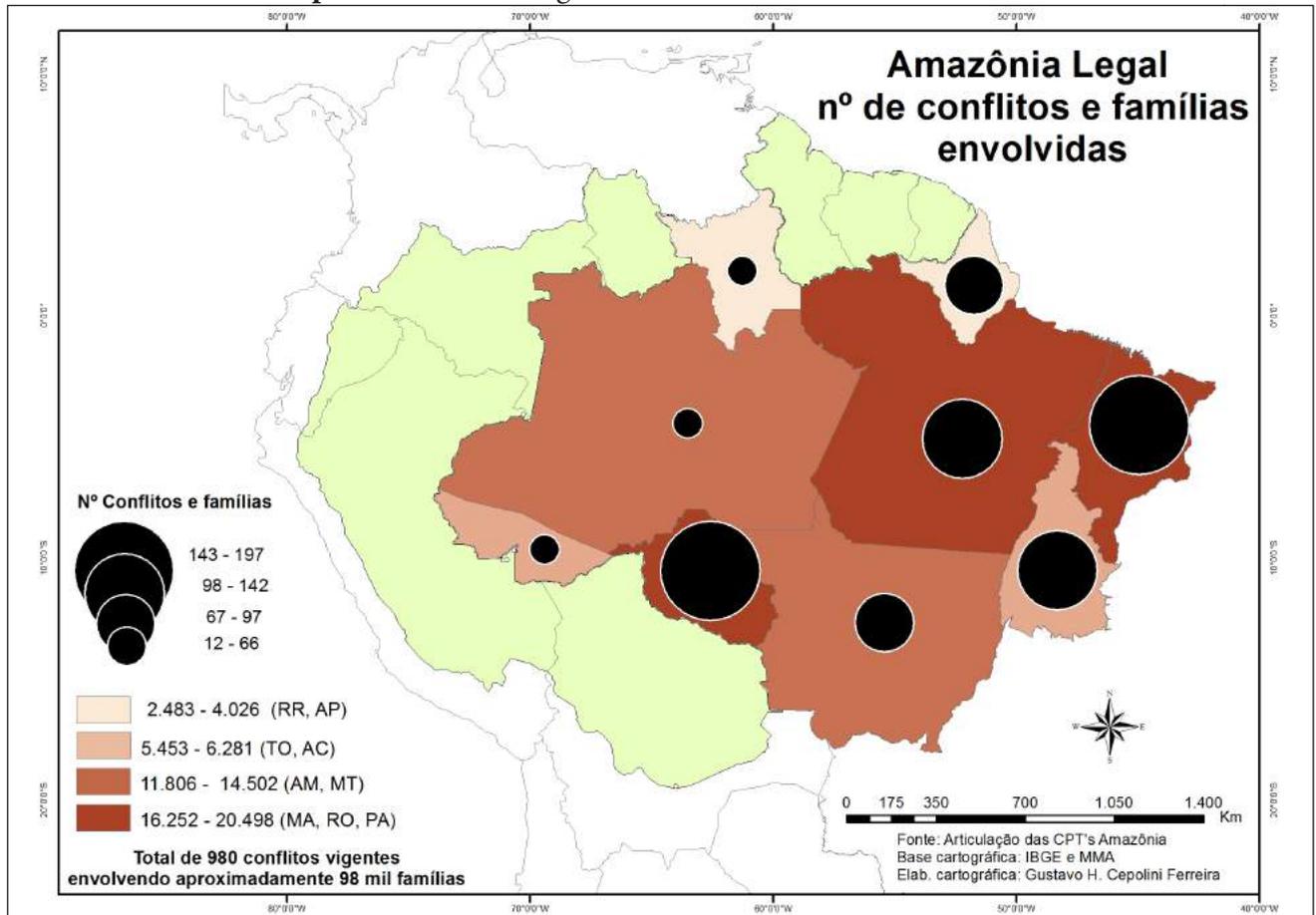
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

Tabela 3: Estados da Amazônia Legal com maior número de famílias envolvidas em conflitos no campo

Estado	Nº Famílias	%
Pará	20.498	20,8
Rondônia	17.099	17,4
Maranhão	16.252	16,5
Mato Grosso	14.502	14,8
Amazonas	11.806	12
Acre	6.281	6,4
Tocantins	5.453	5,5
Amapá	4.026	4,1
Roraima	2.483	2,5
Total	98.400	100

Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

Mapa 6 - Amazônia Legal: nº de conflitos e famílias envolvidas



Mapa 7 - Amazônia Legal: nº de conflitos e famílias (por municípios)

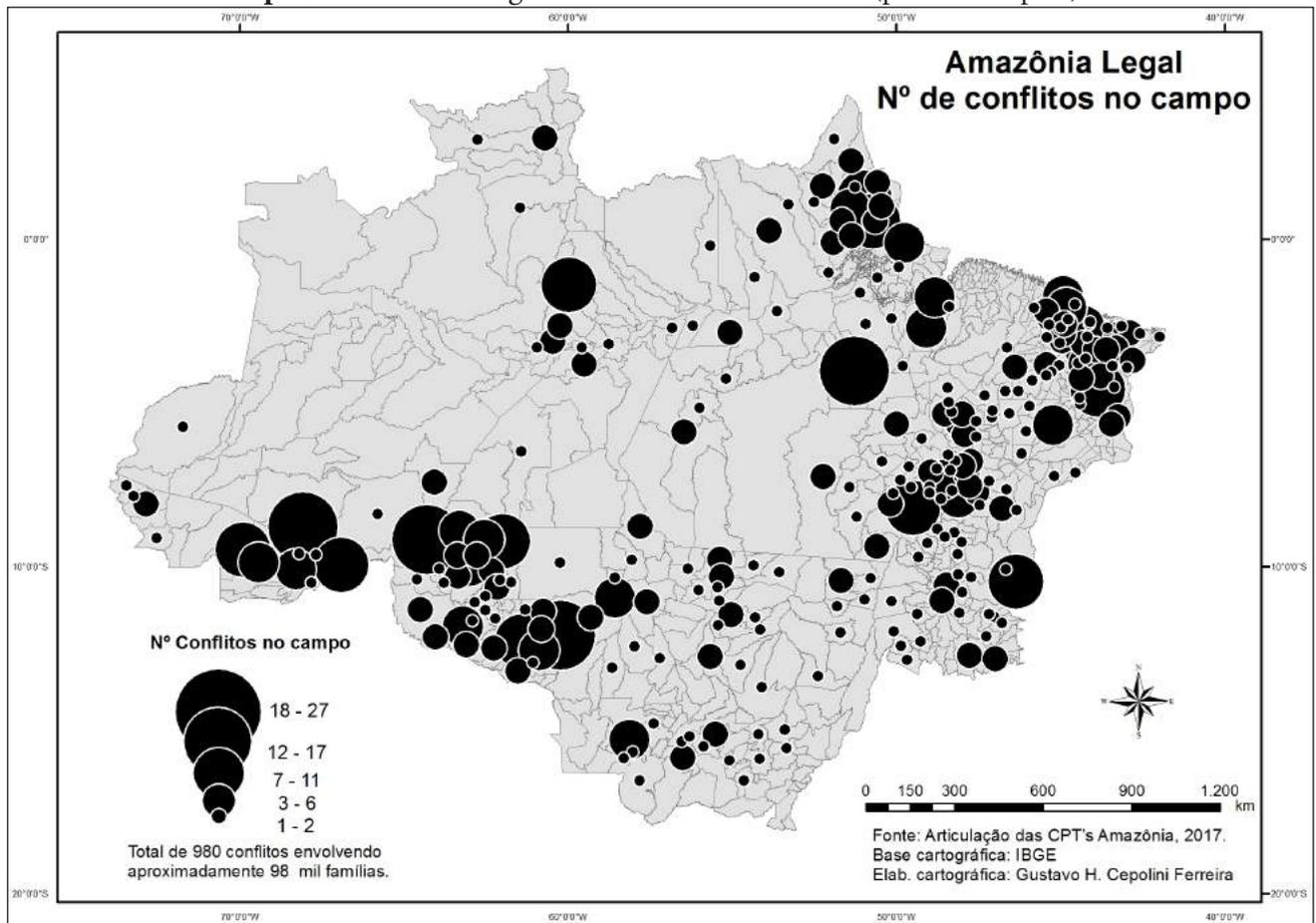


Tabela 4: Municípios com maior número de conflitos no campo

	Municípios	Nº Conflitos	Estado
1	Vilhena	27	Rondônia
2	Boca do Acre	24	Amazonas
3	Porto Velho	21	Rondônia
4	Anapu	20	Pará
5	Tartarugalzinho	17	Amapá
6	Acrelândia	15	Acre
7	Macapá	15	Amapá
8	Presidente Figueiredo	14	Amazonas
9	Machadinho D'Oeste	14	Rondônia
10	Parecis	14	Rondônia
11	Codó	13	Maranhão
12	Mateiros	13	Tocantins
13	Manoel Urbano	12	Acre
14	Conceição do Araguaia	12	Pará
15	Belágua	11	Maranhão
16	Chaves	11	Pará
17	Ariquemes	11	Rondônia
18	Rio Branco	10	Acre
19	São Luís	10	Maranhão
20	Itapecuru Mirim	10	Maranhão
21	Pirapemas	10	Maranhão
22	Oriximina	10	Pará
23	Chupinguaia	10	Rondônia
24	Serrano do Maranhão	9	Maranhão
25	Palmeirante	9	Tocantins
26	Ferreira Gomes	8	Amapá
27	Mirinzal	8	Maranhão
28	Moju	8	Pará
29	Araguaína	8	Tocantins
30	Candeias do Jamari	7	Rondônia
	Total	381	-

Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF

Tabela 5: Municípios com maior número famílias envolvidas em conflitos no campo

	Municípios	Nº Famílias	Estado
1	Porto Velho	5.284	Rondônia
2	Presidente Figueiredo	4.064	Amazonas
3	Normandia	3.800	Roraima
4	Moju	2.627	Pará
5	Canarana	2.522	Mato Grosso
6	Portel	2.301	Pará
7	Candeias do Jamari	2.225	Rondônia
8	Anapu	2.188	Pará
9	Boca do Acre	2.095	Amazonas
10	Juruti	1.900	Pará
11	Centro Novo do Maranhão	1.700	Maranhão
12	Jaciara	1400	Mato Grosso
13	São Luís	1.377	Maranhão
14	Autazes	1,359	Amazonas
15	Itapecuru Mirim	1.331	Maranhão
16	Apiacás	1.306	Mato Grosso
17	Chupinguaia	1.297	Rondônia
18	Barreirinhas	1.253	Maranhão
19	Barra do Corda	1.182	Maranhão
20	Alto Alegre	1.142	Roraima
21	Viana	1.135	Maranhão
22	Macapá	1.118	Amapá
23	Almeirim	1.093	Pará
24	Brejo	1.044	Maranhão
25	Rio Branco	1.034	Acre
26	Iranduba	976	Amazonas
27	Pacaraima	956	Roraima
28	Itacoatiara	950	Amazonas
29	Manoel Urbano	944	Acre
30	Vilhena	942	Rondônia
	Total	51.187	-

Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF

Tabela 6: Amazônia Legal - Assassinatos em conflitos no campo 2015 a 2017*

Estado	2015	2016	2017*	Total	%
Rondônia	20	21	15	56	38,9
Pará	19	6	20	45	31,3
Maranhão	6	13	5	24	16,7
Mato Grosso	1	2	9	12	8,4
Tocantins		3		3	2
Amazonas	1	2		3	2
Roraima		1		1	0,7
Amapá					
Acre					
Total Amazônia	47	48	49	144	100
Total Brasil	50	61	59	170	100

Fonte: CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Dados até 20/09/2017. Org. GHCF.

Tabela 7: Amazônia Legal - Assassinatos em conflitos no campo 2015 a 2017* (Por Municípios)

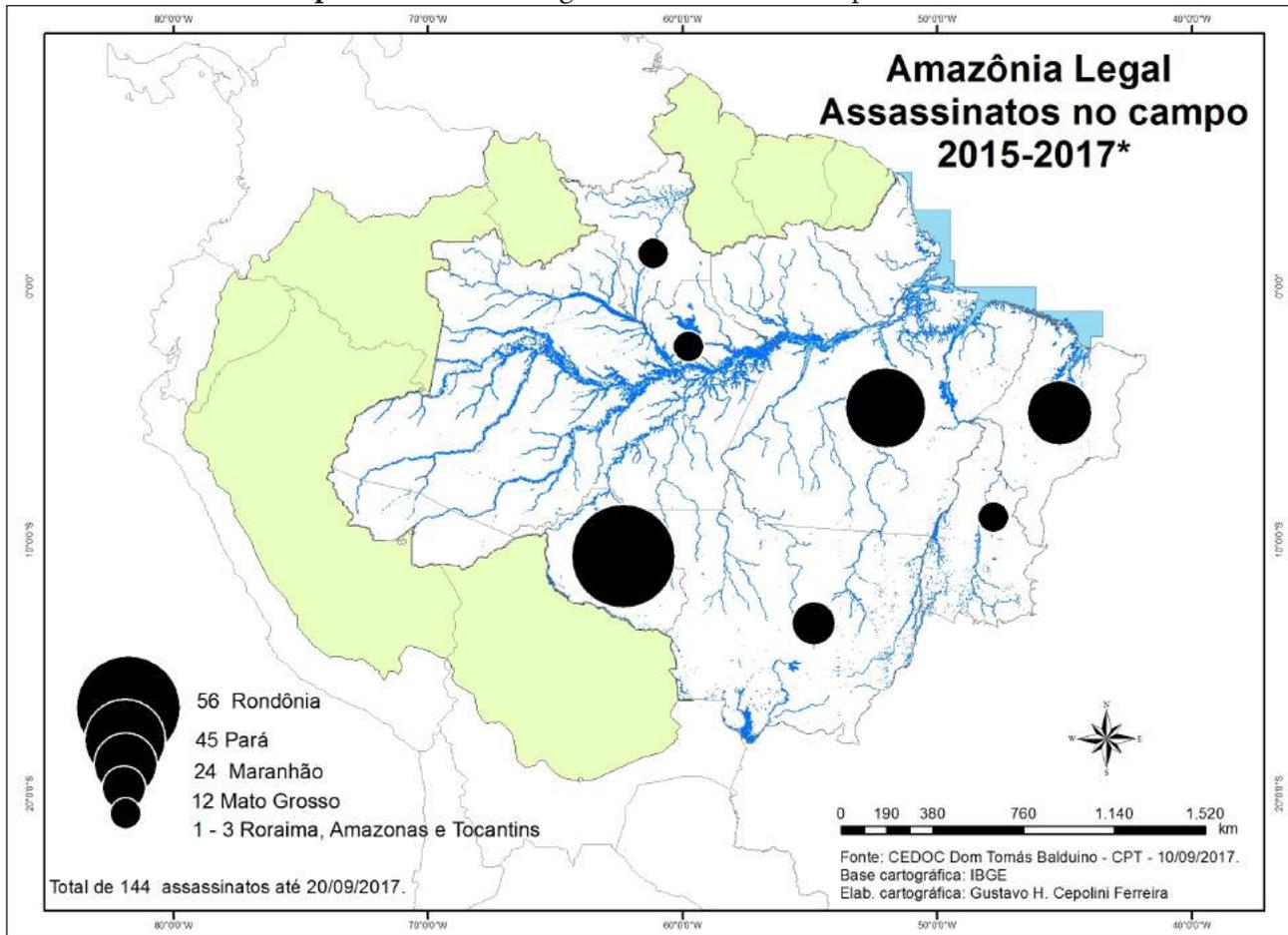
Estado	Município	2015	2016	2017	Total
RO	Buritis	4	6		10
PA	Pau D' Arco			10	10
MA	Amarante do Maranhão	2	6	2	10
RO	Alto Paraíso	4	5		9
PA	Anapu	7	2		9
MT	Colniza			9	9
RO	Vilhena	5		3	8
RO	Cujubim	1	3	2	6
PA	Conceição do Araguaia	6			6
RO	Machadinho d'Oeste	1	1	2	4
RO	Monte Negro	4			4
RO	Porto Velho		1	2	3
MA	Grajaú		3		3
PA	São Félix do Xingu	2	1		3
RO	Mirante da Serra		1	1	2
RO	Ariquemes			2	2
RO	Jaru		2		2
PA	Santana do Araguaia		1	1	2
PA	Itupiranga			2	2
PA	Vitória do Xingu	2			2

Estado	Município	2015	2016	2017	Total
PA	Marabá			2	2
AM	Presidente Figueiredo		2		2
TO	Araguaína		1		1
TO	Porto Nacional		1		1
TO	Wanderlândia		1		1
RR	Bonfim		1		1
RO	Vale do Paraíso		1		1
RO	Corumbiara			1	1
RO	Ouro Preto do Oeste			1	1
RO	Rio Crespo			1	1
RO	Espigão do Oeste		1		1
RO	Costa Marques	1			1
PA	Castanhal			1	1
PA	Curionópolis			1	1
PA	Moju			1	1
PA	Parauapebas			1	1
PA	Rio Maria			1	1
PA	Novo Progresso		1		1
PA	São Domingos do Araguaia		1		1
PA	Floresta do Araguaia	1			1
PA	Tucuruí	1			1
MT	Castanheira		1		1
MT	Nova Bandeirantes		1		1
MT	Brasnorte	1			1
MA	Araioses			1	1
MA	Bom Jesus das Selvas			1	1
MA	São Vicente Ferrer			1	1
MA	Miranda do Norte		1		1
MA	Palmeirândia		1		1
MA	Santo Amaro do Maranhão		1		1
MA	Viana		1		1
MA	Bom Jardim	1			1
MA	Centro de Guilherme	1			1
MA	Codó	1			1
MA	Itapecuru Mirim	1			1
AM	Irlanduba	1			1
TOTAL		47	48	49	144

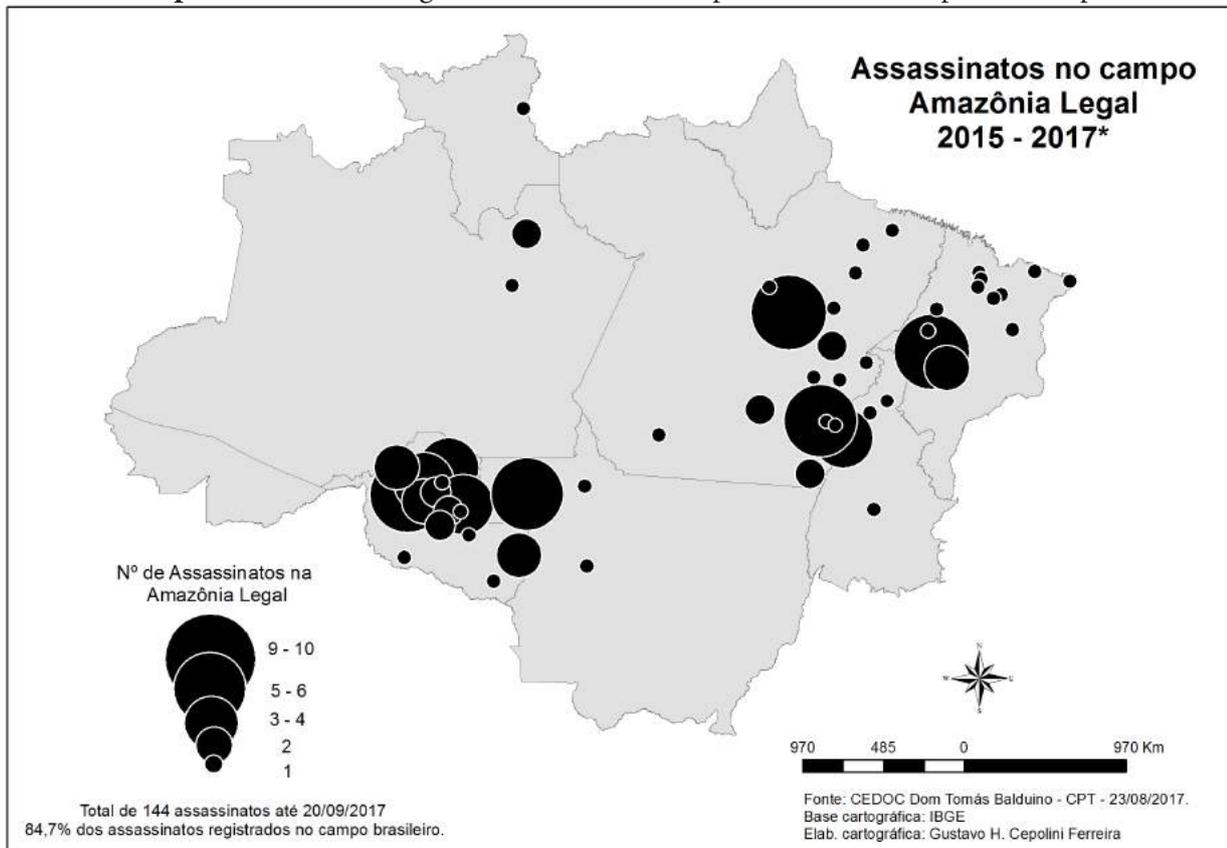
Fonte: CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Dados até 20/09/2017. **Org.** GHCF.

Mapa 8 - Amazônia Legal: assassinatos no campo 2015 a 2017*



Mapa 9 - Amazônia Legal: assassinatos no campo 2015 a 2017* (por municípios)



ACRE

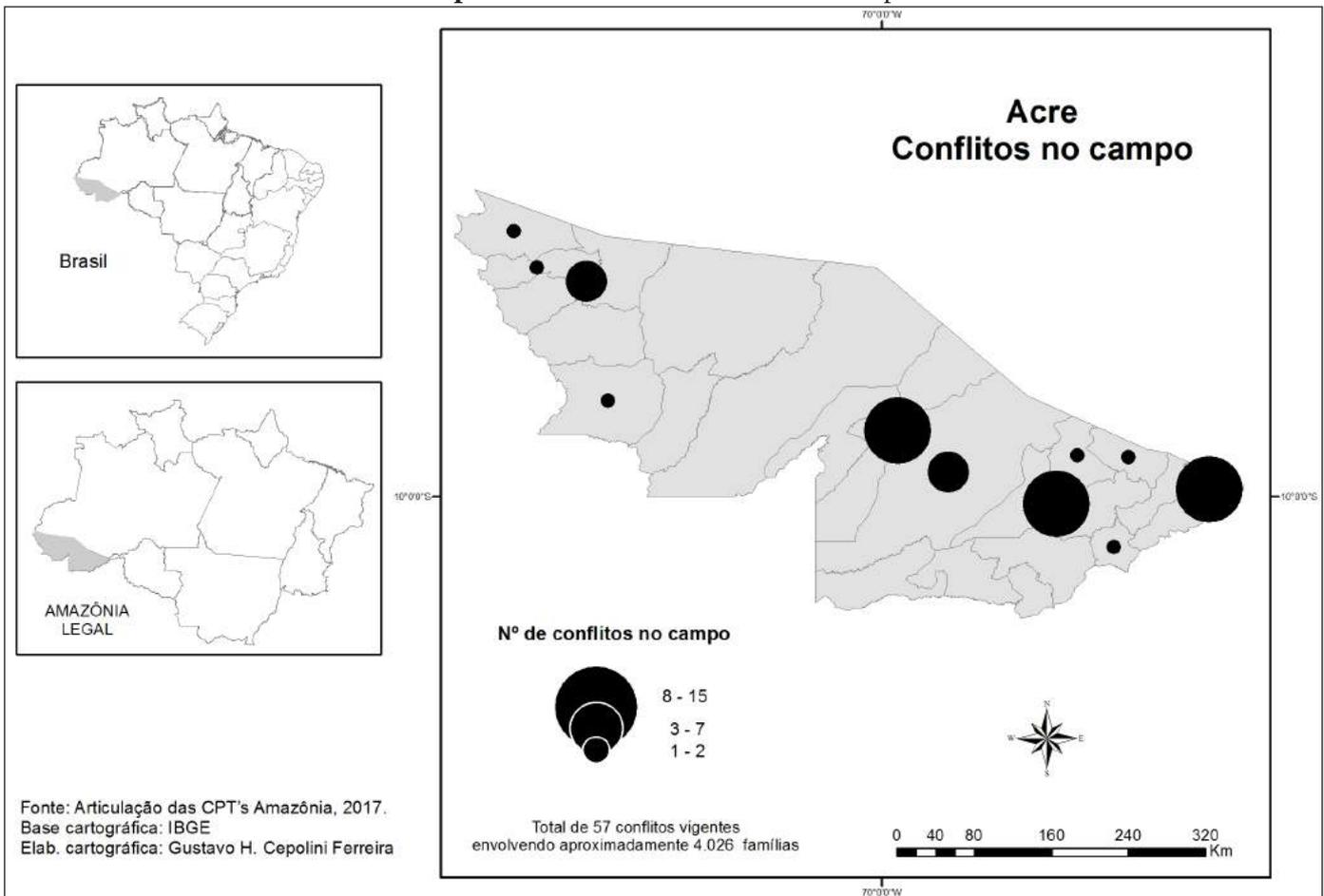
Tabela 8: Acre – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Acrelândia	15	933
2	Manoel Urbano	12	944
3	Rio Branco	10	1.034
4	Sena Madureira	7	220
5	Cruzeiro do Sul	4	155
6	Bujari	2	212
7	Rodrigues Alves	2	80
8	Porto Acre	2	114
9	Capixaba	1	300
10	Mâncio Lima	1	14
11	Marechal Thaumaturgo	1	20
	Total	57	4.026

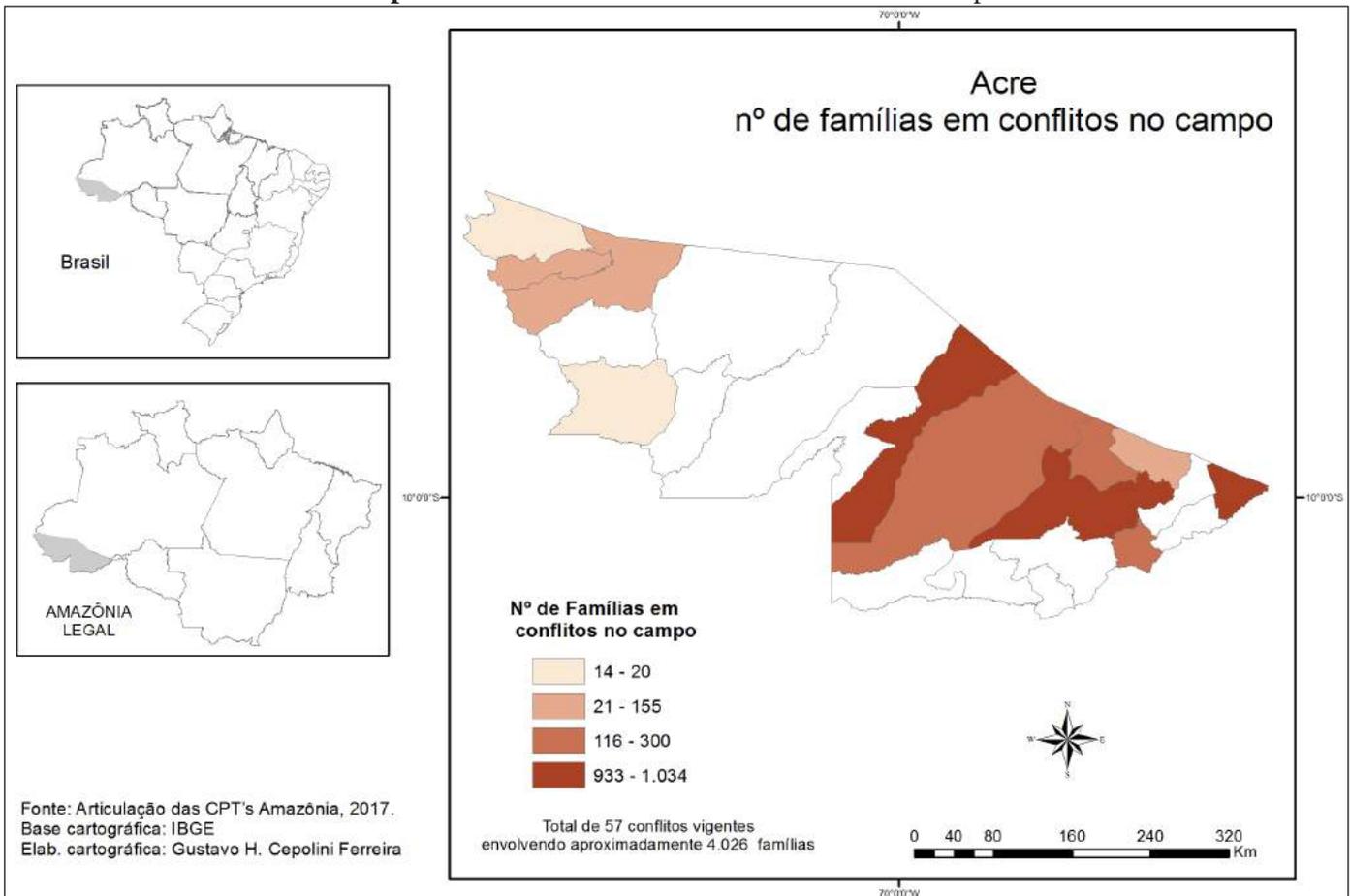
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 11 municípios possuem conflitos no campo do total de 22 municípios existentes no Acre (IBGE, 2017), ou seja, 50% dos municípios no estado do Acre estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 10 - Acre: nº de conflitos no campo



Mapa 11 - Acre: nº de famílias em conflitos no campo



DOS SERINGAIS DE ONTEM ÀS FAZENDAS DE HOJE

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra do Acre

O Acre (AC) é um estado brasileiro que faz fronteira com Peru e Bolívia. Anteriormente, suas terras eram desses países, portanto, é comum existir títulos de posse em nome de pessoas de nacionalidade peruana ou boliviana, em especial, nos municípios de fronteira. O tratado de La Paz de Ayacucho, de 1867, reconheceu que as terras acreanas eram da Bolívia. Alguns anos depois, houve uma ocupação por seringalistas brasileiros apoiada pelo governo do Amazonas que veio mais tarde resultar na Revolução Acreana, iniciada em 6 de agosto de 1899. Com o fim da Revolução, Brasil e Peru assinaram o tratado de Petrópolis, delimitando posteriormente as áreas de fronteira¹.

Os seringueiros viviam na condição de cativo, as relações sociais de produção eram caracterizadas por aviamento, a troca de mercadoria por borracha. A exploração do trabalho naquele período era muito parecida com a escravidão².

O Estado foi palco de uma intensa luta contra o desmatamento e a apropriação de terras por grileiros e especuladores em especial nos anos 70. Os seringueiros faziam correntes humanas na frente de homens e máquinas impedindo de derrubar as árvores, freando o desmatamento descontrolado daquele período. Estes movimentos de resistência ficaram conhecidos como empates.

Os desígnios da “modernização conservadora” no pós 1970 resultaram, por um lado, na expropriação do campesinato e populações indígenas, e em enormes conflitos sociais em torno da disputa pela terra³.

Atualmente, a disputa de terra no Acre dá-se pelos posseiros, seringueiros e ribeirinhos, que resistem em suas posses há séculos, além de desempregados, empregados de fazendas e migrantes de outros

1 Disponível em: <<http://agazetadoacre.com/fronteira-acre-bolivia-velhos-problemas-e-novos-desafios>>.

2 Disponível em: <<http://www.diocesederio Branco.org.br/home/wp-content/uploads/2017/05/29.-Viol%C3%Aancia-Prelazia.pdf>>.

3 PAULA, Elder. A. de. e SILVA, Mauro C. R. da. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Sindicalismo rural, poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes**. FAFICH/ Belo Horizonte-MG, 31 de maio a 3 de junho, 2005.

estados, em especial de Rondônia. A necessidade é tamanha que os ocupantes não se preocupam com a origem da terra, apenas ocupam, as vezes trata-se de áreas griladas, da União ou de particulares que não cumprem a função social. Neste momento vivemos uma disputa desenfreada em todo o Estado e inúmeras reintegrações de posses.

A luta pela terra sempre foi assumida pelas comunidades com apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Mas, de maneira peculiar, os seringueiros, acampados, posseiros e ocupantes resistem e disputam as terras ao seu jeito.

Nos limites da Linha Cunha Gomes, município de Porto Acre, entre Acre e Amazonas (AM) está um dos focos de conflito. No local, *vários posseiros já morreram em decorrência da luta* pela posse da terra. No Seringal Macapá (AM), as famílias estão em tensão desde 2007. Já em Santo Antônio, na Gleba Ituxi, divisa entre AM, AC e Rondônia (RO), existem conflitos agrários que se arrastam há anos. Com o passar do tempo, os seringais, estrategicamente vão mudando de nome. A estratégia serve para mudar o foco mostrando que ali não existem conflitos de nenhuma natureza.

Atividades predatórias como a pecuária extensiva de corte e exploração madeireira triplicaram em apenas uma década. O rebanho bovino, por exemplo, passou de 800 mil cabeças para três milhões e a exploração madeireira, de 300 mil metros cúbicos por ano, para mais de 1 milhão de metros cúbicos por ano em dez anos. Somente nas áreas exploradas com os planos de manejo florestal sustentável foram mais de 755 mil metros cúbicos de madeira em tora. As florestas destruí-

das dão lugar a pecuária.⁴ A destruição e os danos ambientais são gigantescos, com a expropriação das populações sem critério algum. Como resultado se registra também a concentração fundiária e o agravamento da pobreza.

A ocupação ilegal de terras da União também faz com que grandes fazendeiros e especuladores continuem se apropriando de grandes áreas de terras e expulsando posseiros e ocupantes de áreas que simplesmente foram griladas. Este é um dos artifícios mais poderosos de domínio e concentração fundiária no Acre e em toda Amazônia.

A Economia Verde que é apresentada como uma solução para o meio ambiente, resulta de um programa das Nações Unidas que quer promover uma economia para o “bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz riscos ambientais e a escassez ecológica”.⁵ Os projetos de Redução das Emissões por Desmatamento (REDD), tem por objetivo reduzir as emissões por desmatamento e degradação ambiental, com um conjunto de incentivos econômicos pagos pelos emissores industriais de CO², com a finalidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e degradação florestal. Mas não têm alcançado os resultados esperados, resultando uma falsa solução para o problema. Na prática o que ocorre é a mercantilização da natureza, as famílias aos poucos vão perdendo seus territórios, sendo expulsas e induzidas a celebrarem acordos intermediados pelo próprio estado. As comunidades com proje-

⁴ PAULA, Elder. A. de; Desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental.

⁵ Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/o-que-e-redd/>>.

tos de REDD vão perdendo a soberania de seus territórios e não se reduz a poluição dos grandes emissores, que pagam para continuar poluindo.

Os Projetos 'Purus' implementado nas comunidades Itatinga e Porto Central em Manuel Urbano e 'Valparaiso' e 'Russas' do município de Cruzeiro do Sul, são exemplos claros destas políticas ambientais que nos últimos anos vêm causando conflitos no Acre. As populações que residem nestes seringais são proibidas de caçar, pescar, utilizar uma árvore para construção de suas casas, galpões e canoas. Os supostos donos das áreas que

contrataram os projetos de REDD pressionam os órgãos governamentais para aplicar multas e determinam novas regras para a permanência sobre a terra. Como resultado, o povo perde aos poucos a soberania sobre seus territórios impedindo as práticas tradicionais e a subsistência.

O Estado não faz reforma agrária nem regulariza os territórios das comunidades. Com o aumento do desemprego, as famílias acabam partindo para a luta pela terra dando força às ocupações, destaque para os municípios de Acrelândia (AC) e Boca do Acre (AM).



Seringal Itatinga Manuel Urbano

O DESPEJO DO SERINGAL CAPATARÁ

Equipe Regional da CPT Acre



Fonte: CPT-AC

O Seringal Capatará localiza-se no limite dos municípios de Capixaba e Senador Guiomard. O acesso dos posseiros ao local se dá próximo à rodovia BR 317, que liga Rio Branco a Assis Brasil, na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia. O seringal foi palco de batalhas travadas na época da Revolução Acreana. Dados históricos afirmam que em 1904, o coronel José Plácido Castro, líder da Revolução Acreana, comprou as terras do Seringal Capatará, onde foi morto em uma emboscada quando retornava de Rio Branco em direção ao seringal, em 1908.

Desde 2004, Osvaldo Ribeiro, que se diz atual proprietário do Seringal, vive ameaçando e seduzindo os moradores para realizarem “acordos” que passaram a ser “comuns” na região. Estes acordos são propostos pelos fazendeiros e visam benefício próprio, contando ainda com a mediação do Estado. Como exemplo estão os seringueiros da bacia hidrográfica do Riozinho do Rola, que vivem numa

luta constante para reconhecimento de seus territórios. Para as famílias do Seringal Capatará, o pecuarista Osvaldo Ribeiro ofereceu uma ínfima área. Além de perderem sua identidade, os extrativistas nunca se adaptariam à modalidade de camponeses.

Em 2009, um grupo de famílias entendendo que o seringal fazia parte de terras da União iniciou uma ocupação pacífica. Residiam na floresta e tiravam de lá seu sustento. Por outro lado, o pecuarista Osvaldo Ribeiro ganhou na justiça o direito de reintegração de posse apresentando documentos adquiridos no decorrer do processo. Ele ficou conhecido na região, pois em outubro de 2008 entrou na lista divulgada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como um dos 100 maiores desmatadores da região, ocupando o oitavo lugar. Segundo o documento, Osvaldo desmatou uma área de 5.133,000 hectares, sendo multado em R\$ 7.699.500,00 (sete milhões, seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos reais) que poderiam ser

revertidos em reflorestamento. Mas, quem fiscaliza? Quem acompanha para afirmar que o reflorestamento foi realizado? Como sempre quem paga a conta são as pessoas e a natureza.

Com a entrada desses novos ocupantes, em 2009 foi feita uma divisão das terras de alguns posseiros que já estavam no local há mais tempo, tudo na maior harmonia. Mas as ameaças, intimidações e a sedução em realizar acordos por parte do pecuarista se intensificaram ainda mais. Jagunços armados intimidando as pessoas, ameaças diretas, casas queimadas, e a pressão do pecuarista para as famílias deixarem suas colocações continuaram constantes no Seringal Capatará. “Meu patrão é bonzinho, se fosse outro já tinha tirado vocês de qualquer jeito”, afirmavam os jagunços.

Na época, o Instituto de Terras do Acre (ITE-RACRE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram à região e se comprometeram em resolver a situação. No INCRA, as famílias tiveram a segurança de que as terras eram públicas.



Fonte: CPT-AC

Em 2013, o Ouvidor Agrário Nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador aposentado Gercino José da Silva Filho, esteve no INCRA de Rio Branco e na ocasião foi realizada a mediação da questão:

“No Seringal Capatará, que é uma área pública da União, existe uma proposta oficial do INCRA que, se for aceita pelos fazendeiros vai possibilitar resolver a situação, reconhecendo parte da área como particular, dando segurança aos proprietários. O restante será arrecadado e destinado ao Programa Nacional de Reforma Agrária”, disse o ouvidor. Sua recomendação ficou apenas na promessa.

Em agosto de 2016, a Comarca de Capixaba autorizou a execução do mandado de reintegração de posse expedido nos autos nº 0000397-82.2010.8.01.0009, com a retirada de mais de 130 pessoas que ocupavam irregularmente uma área rural de 2 mil hectares de propriedade do impetrante Osvaldo Alves Ribeiro, popularmente conhecida como Seringal Capatará. O INCRA afirma que “dos hectares que estão sob disputa, aproximadamente 30% seriam da União, mas ainda é necessário provar isso”.

Para reintegrar as famílias, uma megaoperação, cheia de irregularidades, foi realizada na área. Essa operação foi autorizada para 2 mil hectares, mas foi cumprida em aproximadamente 7 mil, tirando moradores que residem no local há mais de 25 anos. Até da escola, que tinha sido construída pelos próprios moradores, a juíza determinou que a chave fosse confiscada. Outra escola foi totalmente destruída. A ordem judicial que havia sido

suspensa ao menos por três vezes, na tentativa de uma composição amigável entre os ocupantes e o “legítimo” proprietário da área, resguarda o direito de permanência das famílias que comprovaram judicialmente o direito de posse. Mas, que direito de posse é esse? Vinte e nove anos morando no local não têm direito de posse?

“O Seringal Capatará tinha aproximadamente 180 famílias que foram expulsas de suas casas, de suas posses e de suas produções. Na fazenda, a polícia impediu o acesso dos posseiros, só entravam os jagunços, as ordens foram cumpridas de forma arbitrária, a polícia fez uso de força, as casas foram derrubadas com tratores e a história das famílias silenciada”, afirma Juscelino Barbosa morador local.

Para a reintegração de posse, a polícia realizou uma megaoperação que contou com o apoio de 20 caçambas, aproximadamente 50 homens, quatro tratores de esteira e duas pás carregadeiras. As famílias não tinham para onde ir, algumas foram para casa de parentes, outras estão vivendo de favor em casa de amigos e conhecidos. Seus pertences foram levados para um galpão em Rio Branco, autorizados a permanecerem por dois meses. Além disso, as famílias perderam grande parte dos animais e a polícia não deixou as famílias colherem suas plantações.

Foram reintegradas 146 famílias de posseiros de uma área de terra da união de aproximadamente 7 mil hectares. Osvaldo Alves Ribeiro pediu na justiça reintegração para 2 mil hectares e 50 famílias, mas, no momento da reintegração usou de “sua influência” junto ao oficial de justiça interferindo e determinando quem deveria sair,

afirmando que tinha 5 mil hectares e não 2 mil como dizia o mandado. Após denúncias, a justiça reconheceu que a reintegração de posse contra as famílias foi executada erroneamente e somente se manifestará quando o INCRA através de seus técnicos identificarem onde está s 2 mil hectares de terra que seriam do fazendeiro.

Após a reintegração da área e em reunião com as famílias despejadas e a CPT, o INCRA se comprometeu em entrar com uma ação discriminatória, pedir o deslocamento da competência (deslocar o processo do nível estadual para a esfera federal) e solicitar para a juíza autorização para retirar a produção das famílias. Dos compromissos firmados, apenas a ação discriminatória foi realizada.

“Este foi o compromisso que o desembargador

Gercino ‘recomendou’? Onde está o Estado? Para que serve a polícia? Só queremos a nossa terra, plantar e colher, dar o mínimo de dignidade ao nosso povo. Na comunidade existem duas escolas públicas e atendimento itinerante de saúde, e duas seções eleitorais. Tiraram de nós o direito à terra e nos obrigam a votar. Revoltados, seguiremos resistindo, esperando que não precise de derramamento de sangue para que nossa voz seja ouvida”, desabafou um morador da região.

As famílias ainda aguardam o julgamento de um mandado de reintegração de posse contra o fazendeiro. Elas continuam nas redondezas dos Municípios de Senador Guiomard e Plácido de Castro, morando de aluguel e contando com a solidariedade de amigos e familiares.



AMAPÁ

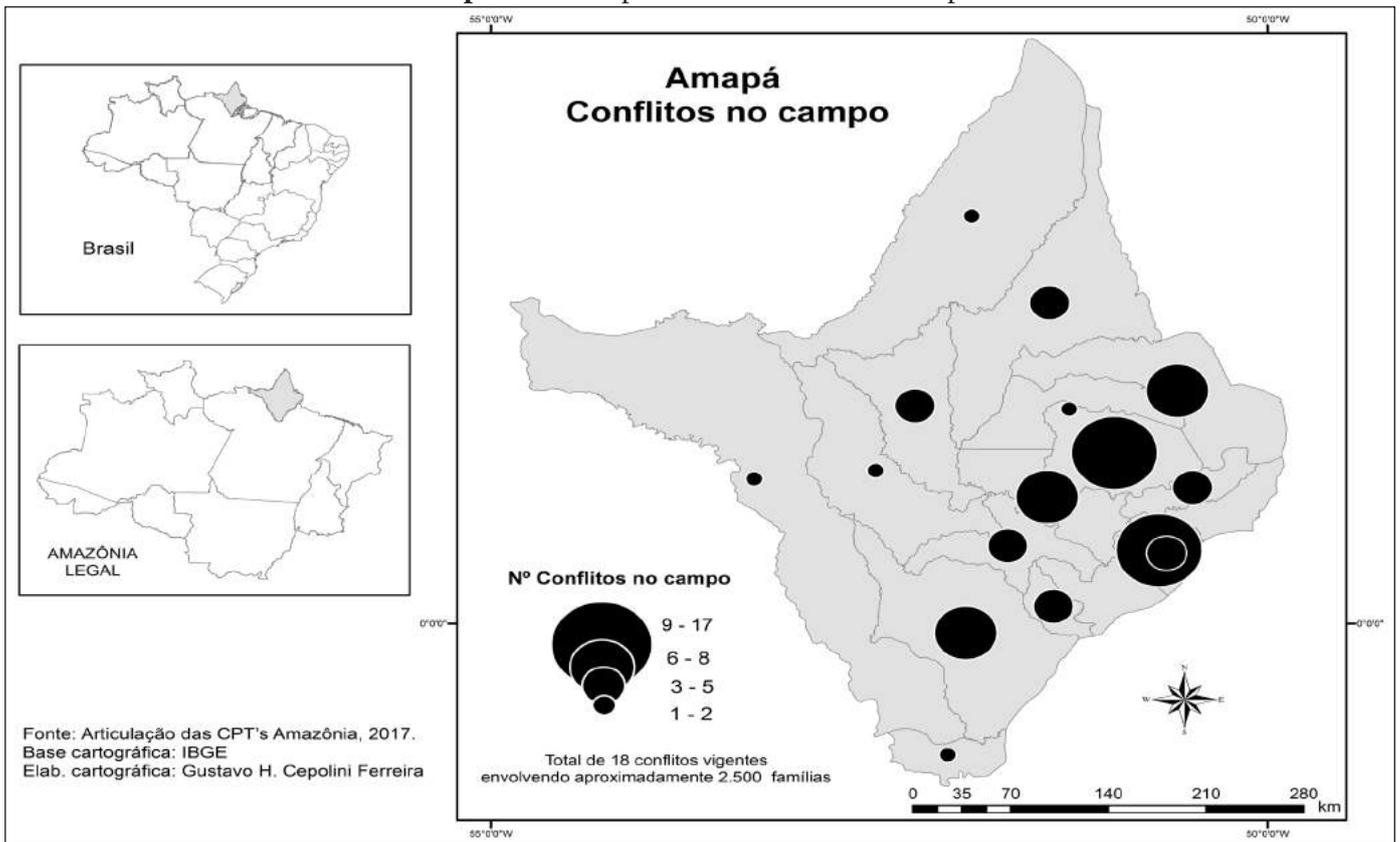
Tabela 9: Amapá – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Tartarugalzinho	17	223
2	Macapá	15	1.118
3	Ferreira Gomes	8	290
4	Amapá	6	87
5	Mazagão	6	143
6	Itaubal	5	94
7	Serra do Navio	4	75
8	Calçoene	4	83
9	Porto Grande	4	62
10	Cutias	3	69
11	Santana	3	49
12	Pracuúba	2	30
13	Pedra Branca do Amapari	1	23
14	Laranjal do Jari	1	SI
15	Oiapoque	1	80
16	Vitória do Jari	1	57
	Total	81	2.483

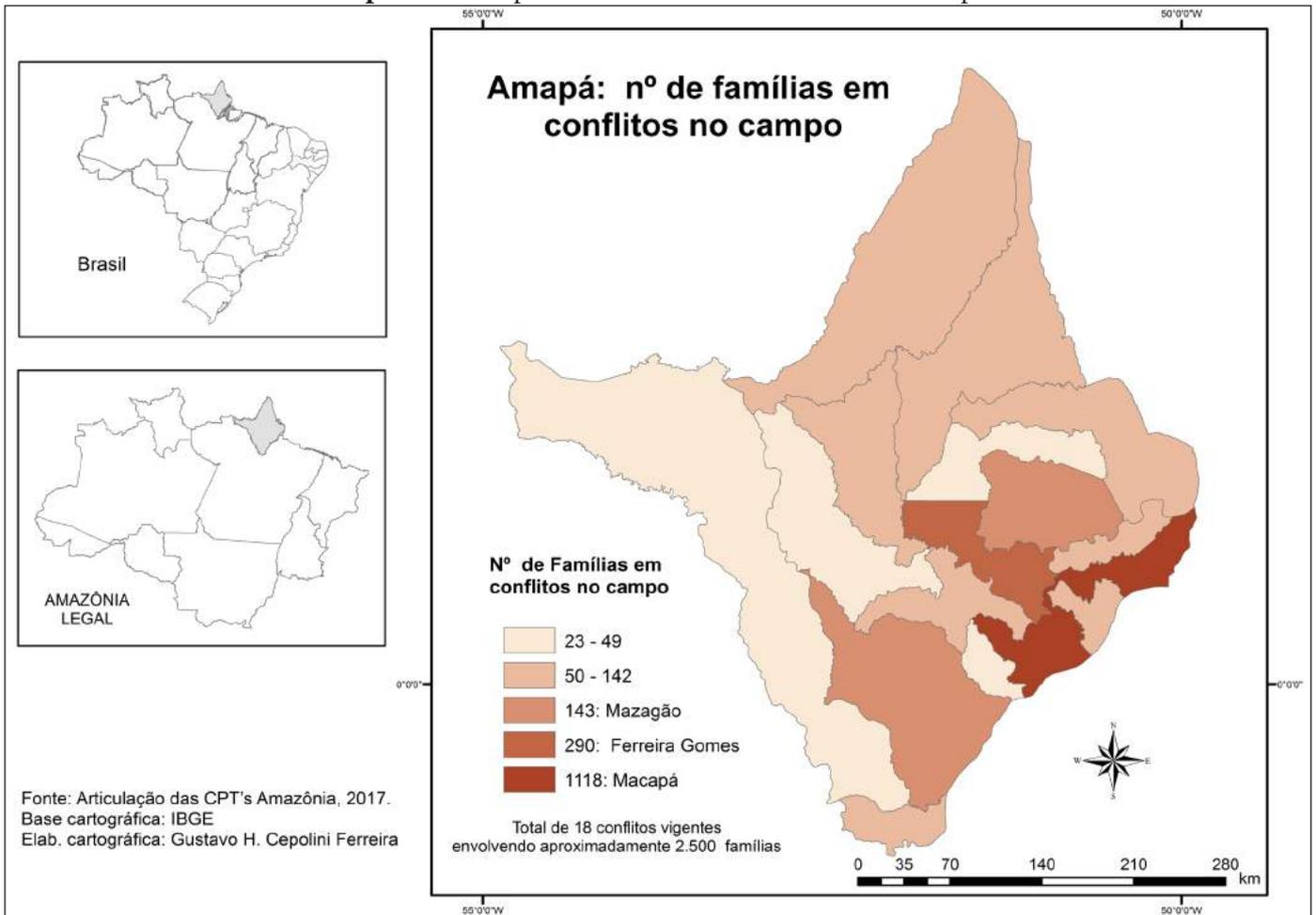
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, 16 municípios do Amapá possuem conflitos no campo, ou seja, em 100% dos municípios do estado do Amapá constata-se conflitos no campo.

Mapa 12 - Amapá: nº de conflitos no campo



Mapa 13 - Amapá: nº de famílias em conflitos no campo



CONFLITO RAMAL DA ÁGUA VERDE NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra do Amapá

Calçoene é um município do Amapá (AP), de 10.345 habitantes, conforme estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, localizado a cerca de 350 km de distância da capital Macapá, numa área vasta de cerrado. Nos últimos cinco anos, a localidade tem sido objeto de invasão de empresários do agronegócio que fatiaram o território servindo-se de instrumentos legais como Cadastro Ambiental Rural (CAR), Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Programa Terra Legal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Em meados dos anos 80 o município criou um assentamento para pequenos agricultores no ramal da Água Verde, cujo acesso se dá na margem esquerda da BR 156 pela pequena localidade de Ilha Grande. Este assentamento inicialmente previa a criação de 50 lotes de 50 ou 100 hectares cada um. Devido à falta de assistência técnica e ao descaso do município, que nem documentou os assentados, cerca de 30 agricultores chegaram de fato a se instalar nesses lotes com certa continuidade.

Até o ano de 2014, 15 famílias ainda resistiam bravamente nesses lugares, sem assistência alguma. A maioria é originária do município mas, outras famílias maranhenses passaram a ocupar os lotes mais distantes aumentando de fato a dimensão do assentamento.

Em 2013 o agronegócio abriu os olhos sobre essas terras de cerca de 3 mil hectares por estarem antropizadas, devido aos anos de trabalho dos assentados. Além disso, o espaço é de cerrado com igarapés correndo ao lado, permitindo assim suficiente reserva hídrica mesmo no tempo da estação seca. Um empresário amapaense, grileiro histórico do Estado, já envolvido em ocupações irregulares nos municípios de Ferreira Gomes, Tartarugalzinho e Amapá, chegou a esse lugar ameaçando os moradores desse ramal alegando ter adquirido toda aquela imensa área. Instalou ali uma casa e ofereceu propostas de indenizações aos agricultores sem chegar de fato a fechar completamente o ramal para não ser denunciado às autoridades policiais.

Cansados do clima de guerra imposto pelos caseiros desse empresário, alguns agricultores chegaram a negociar a posse ou até a deixá-la sem indenização alguma. Outros continuaram suas atividades agrícolas. Ainda em 2013, seis requerimentos de lotes nessa área de terra pública foram protocolados junto ao Programa Terra Legal por um total de mais de 3 mil hectares a nome de pessoas totalmente desconhecidas no município.

No ano de 2014 o próprio coordenador do programa expediu cartas de anuência ao Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) intercedendo e pedindo a liberação de licenças ambientais para as seis pessoas que de fato eram “testas de ferro” de uma empresa paulista de soja. No entanto, o IMAP em conjunto com o órgão das florestas do estado e Polícia Ambiental no final de 2014 realizou uma vistoria *in loco* detectando a presença dos pequenos agricultores e a invasão da empresa paulista que, mesmo sem a licença do IMAP já tinha iniciado os trabalhos de expansão do agronegócio da soja, desmatando Áreas de Preservação Permanente (APP) próximas aos igarapés. Também o trabalho de vistoria do estado detectou tratar-se de uma área inserida numa Unidade de Conservação da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) onde as únicas pessoas que podiam ser reconhecidas eram justamente os pequenos agricultores presentes há várias décadas e não a empresa paulista, recém instalada. O projeto foi embargado e os agricultores reestabelecidos nos próprios lotes.

Com a mudança de governo em 2015, o Amapá passou a ser gerido pela direita conservadora. O coordenador do Terra Legal, que esteve

na origem dos requerimentos formalizados pela empresa paulista e nas cartas de anuência, passou a ser o diretor-presidente do IMAP. Em janeiro de 2016 as seis licenças ambientais que tinham sido negadas pelo IMAP anteriormente, foram expedidas pelo mesmo órgão, sobrepondo aos terrenos dos pequenos agricultores. Uma enorme casa foi construída e as terras que antes foi demarcada aos pequenos agricultores, agora sofrem com novas atividades de desmatamento.

O agricultor Sebastião Ladislau, o Baixinho, teve que se deslocar alguns dias de Tartarugalzinho para cuidar da saúde da esposa. Ao retornar, encontrou parte da floresta de cerrado que estava em seu lote totalmente devastada. Para chegar ao local, os tratores da empresa adentraram o igarapé que fica nas proximidades e derrubaram vasta parte da mata ciliar presente nas bordas. Diante da reclamação do proprietário, a empresa se justificou dizendo que o fato foi um erro e que ele seria indenizado, podendo até mesmo se mudar das suas terras. Sebastião formalizou a denúncia junto aos órgãos competentes da localidade, mas não obteve retorno.

Além de Sebastião, outros agricultores tentam resistir no lugar. A empresa paulista, procura afastar os posseiros destruindo o ramal da Água Verde, único acesso da comunidade. Maquinários pesados percorrem as terras durante o período de chuva o que causa danos quase irreparáveis. As três famílias de maranhenses instaladas no final do assentamento escoam seus produtos pela garupa de uma velha moto que é empurrada por 16 km para poder chegar até a BR 156 e continuar o caminho rumo ao município de Calçoene.

A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO AMAPÁ

Higor Pereira

Comissão Pastoral da Terra do Amapá

O Amapá é conhecido como a última fronteira de expansão do agronegócio no Brasil. A localização privilegiada somada ao clima e solo favoráveis ao cultivo de grãos nas áreas de cerrado, são características que propiciaram o recente avanço da fronteira agrícola para a região. Entretanto, o estímulo geográfico, por si só, não bastava. O decreto 8.713/2016, que regulamentou a Lei 10.304/2001 e diz respeito à transferência de domínio das terras públicas da União para o Estado, despontou como medida incentivadora para o desenvolvimento massivo do agronegócio no Amapá.

O atual governador, Waldez Góes (PDT), disse em pronunciamento no ano passado que, a partir da transferência das terras para o domínio do estado, pretende-se que o espaço destinado ao cultivo de grãos aumente de 17 mil hectares para mais de 400 mil hectares. Além disso, a Companhia Docas de Santana (CDS) vem atuando para a ampliação do Porto de Santana, principal ponto de escoação da produção. Isso demonstra o interesse do governo estadual e de empresários locais em atrair investidores do ramo de grãos, especialmente da soja.

A regulamentação da exploração capitalista das terras amapaenses muito preocupa a Comissão Pastoral da Terra (CP) do Amapá e outros movimentos sociais. Isto porque inúmeras estratégias vêm sendo adotadas por empresários a fim de expandirem seus negócios, avançando inclusive para áreas de conservação ambiental, como a Floresta Estadual do Amapá (Flota). Ferramentas como o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa Terra Legal vêm sendo utilizadas por latifundiários com o intuito de grilar e tomar posse de terras de pequenos posseiros e públicas. O judiciário estadual posiciona-se a favor dos agentes do capital, o que também acaba por ser empecilho ao trabalho da CPT e incentivo aos empresários.

Em abril desse ano, a Polícia Federal realizou duas operações que investigavam a facilitação de exploração ilegal de madeira nos municípios de Macapá, Santana, Porto Grande e Pedra Branca do

Amapari. O Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), órgão responsável por regularizar e fiscalizar o uso e exploração da terra no Estado foi um dos alvos das investigações, tendo muitos de seus funcionários suspeitos de concessão e transferência indevida de créditos florestais para empresários do ramo madeireiro.

Portanto, o avanço do agronegócio e a conseqüente configuração atual da situação fundiá-

ria do Amapá tem raiz nos incentivos dados pelo próprio governo estadual, que procura de todos os meios atrair empresários dos ramos agrícola e agroflorestal. Estes empresários envolvem-se na burocracia estatal, aproveitando-se dela para se beneficiarem. A CPT-AP tem se tornado, nesses tempos tenebrosos, cada vez mais necessária para o combate ao avanço do uso capitalista das terras amapaenses, uso este que expropria, mata e destrói tudo o que vê pela frente.



Fonte: CPT-AP



Fonte: CPT-AP



Fonte: CPT-AP

AMAZONAS

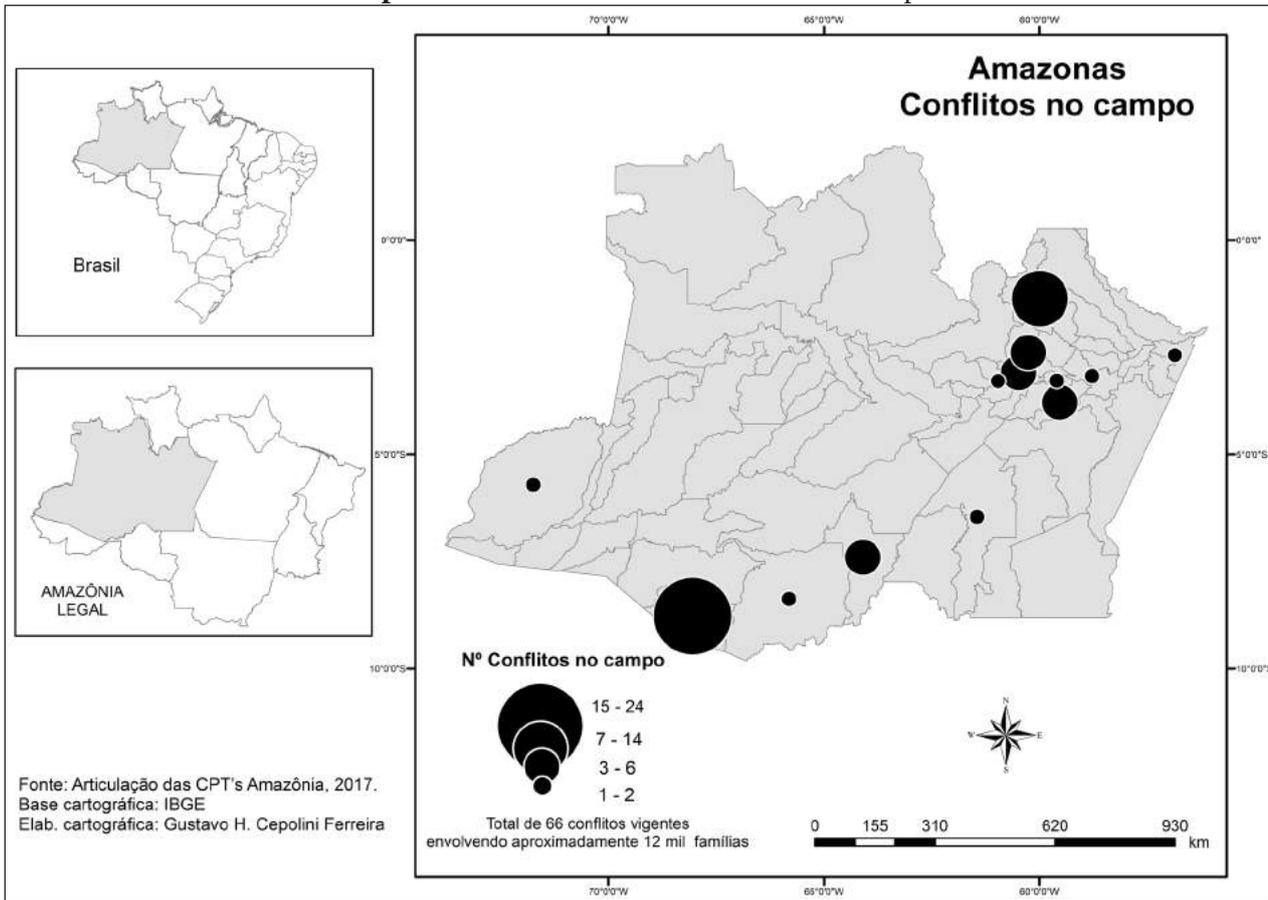
Tabela 10: Amazonas – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Boca do Acre	24	2095
2	Presidente Figueiredo	14	4064
3	Autazes	6	1359
4	Irlanduba	6	976
5	Manaus	4	217
6	Canutama	3	913
7	Itacoatiara	2	950
8	Lábrea	2	58
9	Atalaia do Norte	1	100
10	Careiro da Várzea	1	74
11	Manacapuru	1	600
12	Manicoré	1	SI
13	Parintins	1	400
	Total	66	11.806

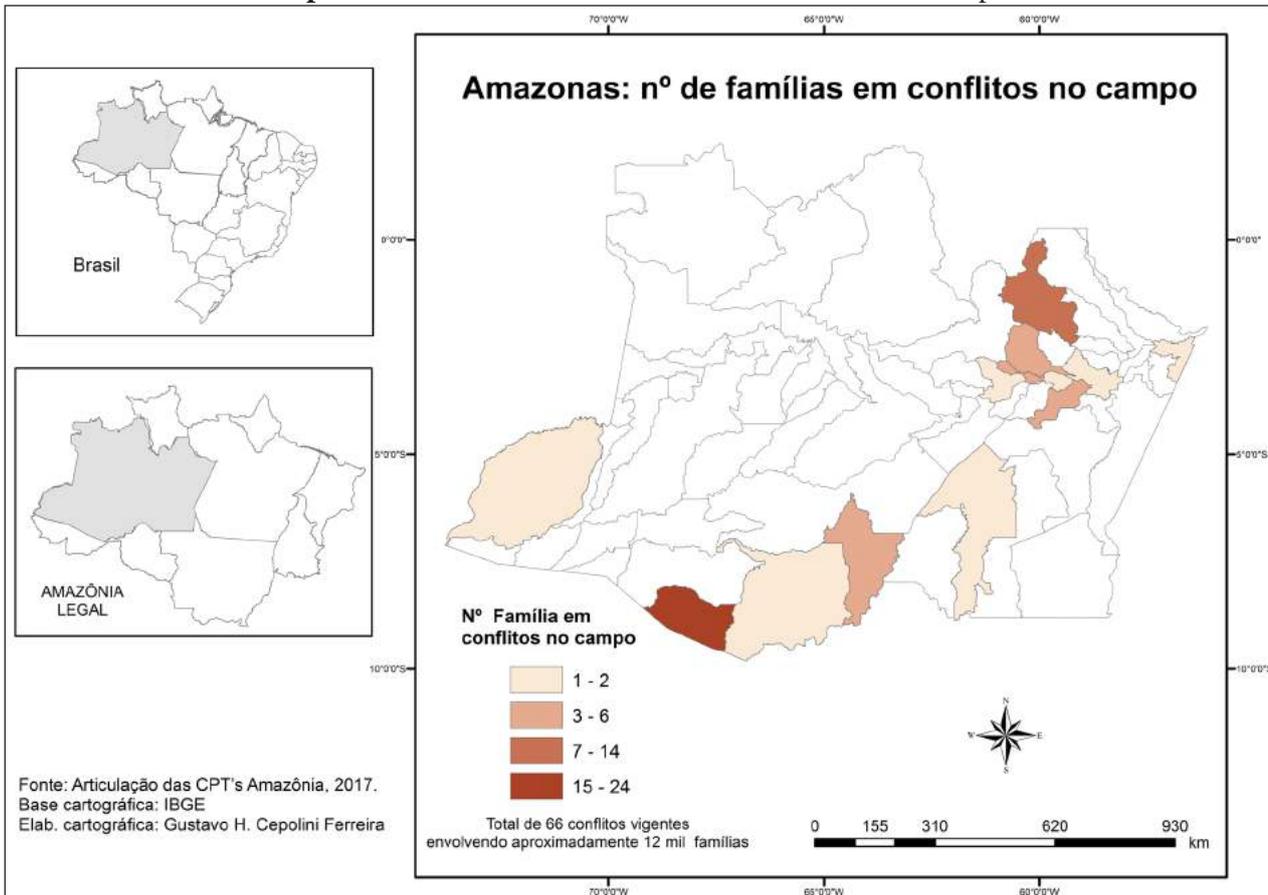
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 13 municípios possuem conflitos no campo do total de 62 municípios existentes no Amazonas (IBGE, 2017), ou seja, 21% dos municípios no estado do Amazonas estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 14 - Amazonas: nº de conflitos no campo



Mapa 15 - Amazonas: nº de famílias em conflitos no campo



OS CONFLITOS NO ESTADO DO AMAZONAS

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra do Amazonas

A Comissão Pastoral da Terra do Amazonas (CPT/AM) acompanha desde a sua criação o déficit social relacionado à questão do direito à terra, resultado de uma política fundiária e agrária com raízes históricas no processo de concentração de terras, a partir de sistema para atender a lógica do mercado, resultando numa política de favorecimento aos latifúndios. O cenário dos conflitos nas comunidades no estado tem aumentado a cada dia e a busca pela efetividade das ações é um dos desafios da CPT/AM, tendo em vista a morosidade da justiça e a ineficiência dos órgãos estaduais voltados para este segmento, na busca e construção de caminhos para emancipar do homem do campo.

Destacamos relatos a partir das visitas nas comunidades e da participação no Seminário sobre os Conflitos Agrários no Estado do Amazonas, realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2017. Uma das problemáticas compartilhadas pelos presentes foi a expansão do tráfico de drogas que está marcando território, expulsando famílias e levando medo aos povos das águas e das florestas.

Em Parintins, há 369 quilômetros da capital Manaus, a informação é de que a criação de búfalos afeta há mais de 15 anos os agricultores da região, acabando a plantação dos agricultores locais. Já em Gleba Vila Amazônia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizou assentamento que beneficiou 2.253 famílias com mais 500 agregadas à ocupação.

A ausência do órgão para dar assistência aos assentados ocasionou diversos problemas. Abandono, venda e compra de lotes, crimes ambientais, extração e comercialização de madeiras de forma ilegal, ocupações irregulares e intensificação dos conflitos são constantes na região. Aposentadoria, auxílio a acidentes de trabalho, acesso ao crédito bancário estão entre as dificuldades encontradas pelos assentados.

Em Gleba Vila Amazônia estradas e ramais estão em condições precárias e as famílias não têm acesso à água potável. Segundo o Presidente do Conselho dos Assentados, Raimundo Rocha, as disputas por lotes agravam os conflitos no município. A intervenção da Justiça da Comarca de Parintins apre-

sentou sentenças contrárias aos beneficiários da reforma agrária resultando em expulsão e coação da polícia, sem mandado judicial. Um dado marcante nesse conflito é de que três agricultores foram assassinados nas comunidades do Rio Tracajá.

A exploração por parte de grandes madeireiras marca os conflitos em Maués, situado a 85 quilômetros de Itacoatiara. As empresas ocupam terras e dificultam a convivência dos ribeirinhos e indígenas Sateré-mawé. As madeireiras chegam a pagar irrisório R\$0,50 pelo metro de madeira. Outro agravante nas comunidades é o crescimento do tráfico de drogas. Segundo as lideranças, os traficantes tomaram conta de alguns locais dando ordens para matar a quem se aproximar sem autorização.

Em Coari, a 363 quilômetros de Manaus, a distribuição indevida do Seguro Defeso (benefício concedido ao Pescador Profissional Artesanal durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie) é alvo de denúncia. Segundo consta, o valor é repassado a grandes empresários e não chega aos ribeirinhos pescadores. Existem muitos lagos no município, mas a exploração e a falta de incentivos obrigam os pescadores a vender o peixe a preços baixos, como é o caso do Jaraqui que é comercializado a R\$0,25 o quilo.

Para dialogar com os moradores da comunidade Boa Esperança, no município de Presidente Figueiredo, a CPT/AM conta com uma importante colaboração. Uma pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) detalhou a situação fundiária na região. No dia 04 de dezembro de 2016, o mestre e doutorando Tiago Maiká Muller Schwade do Grupo de Pesquisa Planeja-

mento e Gestão do Território na Amazonas (DABUKURI), responsável pelos estudos, esteve na comunidade para tratar do assunto.

Os dados apontam que a área está dentro de uma reserva e o título que a Empresa Mil Madeireira comprou dos “paulistas” caducou, portanto, o título é nulo e sem valor. Representantes Mil Madeireira compareceram à reunião e manifestaram o desejo de entrar num acordo com a comunidade, propondo aos agricultores a venda das terras. Maiká Schwade explicou de forma técnica, a real situação da área e orientou a comunidade a esperar o parecer final da justiça antes de fechar um acordo. Segundo ele existe a possibilidade de cancelamento dos títulos ou até expedição de Usucapião coletivo as comunidades em conflito.

No município de Presidente Figueiredo, são 906 famílias afetadas pela empresa. Os agricultores estão impossibilitados de realizar empréstimos e investir em suas terras, por causa da situação e aguardam ansiosos pela decisão da justiça. As comunidades de Terra Santa, Abonari, Jardim Floresta I e II, Micad, Rumo Certo, Novo Rumo, Nova União, Nova Jerusalém, Castanhal, Canastra em Presidente Figueiredo encontram-se na mesma situação (SCHWADE, 2012).

DESPEJO E AMEAÇAS

A história do agricultor familiar Benedito Cloves dos Santos, 55 anos, morador do Ramal do Tucano, zona rural de Rio Preto da Eva, chama a atenção entre os casos acompanhados pela CPT/AM. A construção de uma casa nos limites de suas terras por parte de Antônia Evaristo gerou um



Fonte: Maiká Schwade

Destruição da casa da liderança camponesa da Comunidade, o Valdomiro Machado, em 2012



Fonte: Maiká Schwade

Detalhe da destruição da casa de Valdomiro Machado em 2012

conflito fundiário que culminou num Mandado de Reintegração de posse contra Benedito. O documento foi expedido pela Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Rio Preto da Eva.

Mesmo com toda documentação que comprova sua moradia e posse no local, o agricultor foi ameaçado e despejado no dia 28 de setembro de 2016. Benedito assistiu a ação dos Policiais Militares e grileiros que retiraram seus bens de casa e queimaram, além da residência, duas casas de farinha e plantações. Diante da situação ele refugiou-se em Manaus onde sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC), uma semana depois do despejo.

A CPT/AM acompanhou o agricultor que foi encaminhado pelo Ministério Público à Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) para atendimento emergencial, concessão de aluguel social e inclusão no Programa Bolsa Família. As ameaças de morte impediram Benedito de se deslocar a Rio

Preto da Eva, onde faria sua inscrição no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e ele acabou sem o benefício.

Alguns dos vizinhos do agricultor continuam sob ameaça, mas resistem em suas propriedades indignados com a situação. Além de Benedito outras famílias foram expulsas e não tiveram coragem de denunciar.

REFERÊNCIAS

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo/AM. (Dissertação) Universidade Federal do Amazonas, 2012.

_____. Essa terra já tem dono: Grilagem e conflitos pela posse de terras em Presidente Figueiredo – Amazonas. (Anais) XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: AGB, 2010.

OS CONFLITOS NO MUNICÍPIO DE BOCA DO ACRE

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra do Acre

Em pleno “arco de fogo” que se abate sobre as florestas da Amazônia, o município de Boca do Acre, situado nas proximidades de Rio Branco, está na região do Sul do Amazonas, numa das principais fronteiras do desmatamento na Amazônia, uma zona em plena fase de expansão agropecuária. Nos últimos 20 anos, o Sul do Amazonas viu um enorme crescimento em seu rebanho. Em 1990, eram 100 mil cabeças de gado, em 2012 este número era de 700 mil. As cidades de Apuí, Boca do Acre e Manicoré, todas no Sul do Estado, são os municípios com o maior número de cabeças de gado, com 54% do rebanho de corte do estado. Eles também são aqueles com maior área desmatada, onde a pecuária deve crescer mais rapidamente nos próximos anos.

A maioria das terras de Boca do Acre, onde estão grande parte dos conflitos da Amazônia, é de terras griladas ou de propriedade duvidosa. É muito comum ter superposição de terras. Nesta região são inúmeros os problemas, que vão desde a omissão do Estado até a inexistência de dados de bases cartográficas.

Aproveitando desta situação grandes grileiros, madeireiros e latifundiários estão tomando a terra dos agricultores que já residem nas glebas e nos seringais há mais de 40 anos praticando agricultura familiar e o extrativismo. É intensa a prática da grilagem de terra pública, por parte dos fazendeiros “confundindo” os órgãos competentes e solicitando depois uma reintegração de posse.

Cerca de 2 mil famílias de pequenos agricultores sem terra ocupam áreas públicas e griladas. O último assentamento de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Boca do Acre foi realizado em 1992, o PA Monte. Com a pressão dos grandes pecuaristas, boa parte das terras do assentamento foi concentrada, novamente, em mãos de grandes proprietários.

Sem alternativas nas periferias da cidade, muitas famílias do município estão voltando a ocupar os seringais. Somando-se aos antigos posseiros, vivem na maior harmonia, porém enfrentam grande violência de parte dos grandes grileiros, que detém as forças policiais e judiciais ao seu serviço, e ameaçam,

intimidam e praticam violência, muitas vezes sem ordem judicial ou mandado de reintegração.

A criminalização virou “moda” ou uma estratégia coletiva contra as lideranças de posseiros que são perseguidos e presos. “Estamos cansados

de ser tratados como invasores. Somos homens e mulheres que plantamos para colocar comida na mesa da população” comenta Lázaro Jordão da Silva um dos ocupantes.



Fonte: CPT-AM

Audiência pública e debates na Vila Amazônia, Manaus, em busca de soluções às demandas das comunidades. Arquivo CPT/AM data: 11 de agosto de 2017



Fonte: CPT-AM

Assentada na Vila Amazônia.

MARANHÃO

Tabela 11: Maranhão – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Codó	13	500
2	Belágua	11	274
3	São Luís	10	1.377
4	Itapecuru Mirim	10	1.331
5	Pirapemas	10	211
6	Serrano do Maranhão	9	280
7	Mirinzal	8	126
8	Barra do Corda	7	1.182
9	Barreirinhas	5	1.253
10	Santa Inês	5	422
11	Matinha	5	201
12	Santa Helena	5	163
13	Santa Rita	5	141
14	Brejo	4	1.044
15	Matões	4	282
16	Bom Jardim	4	124
17	Urbano Santos	4	103
18	Timbiras	3	376
19	Parnarama	3	223
20	São Vicente Ferrer	3	200

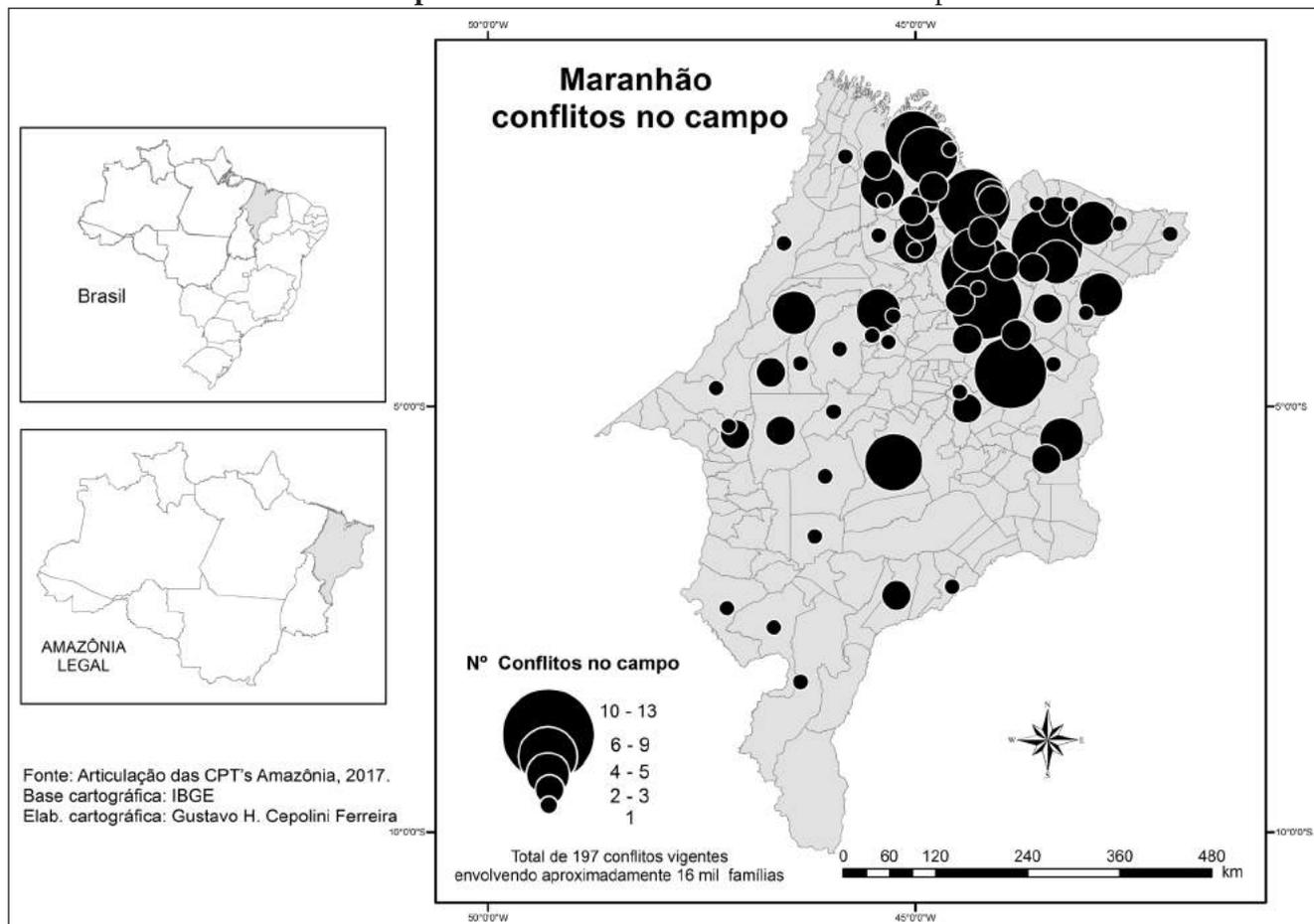
	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
21	Presidente Vargas	3	198
22	São Benedito do Rio Preto	3	102
23	Turilândia	3	71
24	Alto Alegre do Maranhão	3	47
25	Peri Mirim	3	SI
26	Rosário	2	568
27	Paço do Lumiar	2	500
28	Senador La Rocque	2	232
29	São José de Ribamar	2	170
30	Bom Jesus das Selvas	2	117
31	Matões do Norte	2	110
32	Palmeirândia	2	99
33	Amarante do Maranhão	2	67
34	Primeira Cruz	2	50
35	Chapadinha	2	26
36	Loreto	2	23
37	Dom Pedro	2	20
38	Bequimão	2	SI
39	Centro Novo do Maranhão	1	1.700
40	Viana	1	1.135
41	Governador Nunes Freire	1	500
42	Grajaú	1	76
43	Santo Antônio dos Lopes	1	71
44	Presidente Sarney	1	60
45	Cantanhede	1	52
46	Carolina	1	52
47	Santo Amaro do Maranhão	1	49
48	João Lisboa	1	40
49	Satubinha	1	40
50	Cedral	1	33

Municípios		Nº Conflitos	Nº Famílias
51	Paulino Neves	1	32
52	Araioses	1	30
53	Pedro do Rosário	1	30
54	Aldeias Altas	1	23
55	Altamira do Maranhão	1	21
56	Balsas	1	20
57	Benedito Leite	1	19
58	Riachão	1	18
59	Vitorino Freire	1	11
60	Santa Luzia	1	10
61	Buriticupu	1	5
62	Formosa da Serra Negra	1	5
63	Arame	1	4
64	Açailândia	1	2
65	Buriti	1	1
66	Humberto de Campos	1	SI
Total		197	16.252

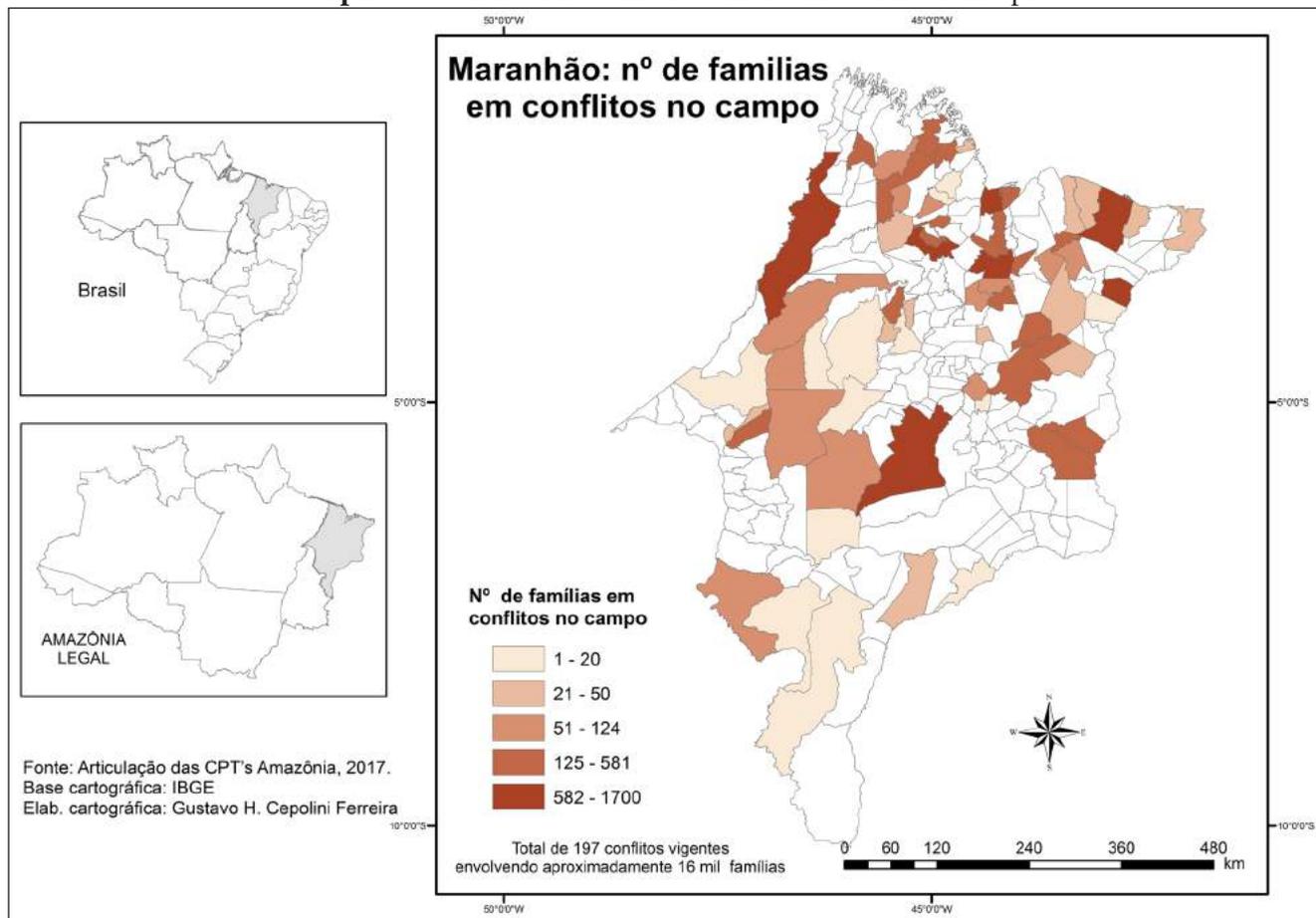
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 66 municípios possuem conflitos no campo do total de 217 municípios existentes no Maranhão (IBGE, 2017), ou seja, 30% dos municípios no estado do Maranhão estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 16 - Maranhão: nº de conflitos no campo



Mapa 17 - Maranhão: nº de famílias em conflitos no campo



OS CONFLITOS DO ESTADO DO MARANHÃO

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra do Maranhão

A expansão das fronteiras do capital no campo maranhense com o agro-hidro-mínero-negócio tem impactado negativamente o modo de vida das comunidades tradicionais e povos indígenas em seus territórios de vida. Os agressores seguem uma matriz histórica de controle e poder de grandes extensões de terras, desde o início da colonização.

Esses agressores são agentes estatais e privados, entre eles: fazendeiros, servidores do poder judiciário, madeireiros e sojeiros. Os resultados dessa expansão do capital são disputas territoriais, tensões, conflitos e violência no campo com ameaças de morte, ataques brutais e assassinatos de indígenas, quilombolas defensores de seus territórios e guardiães da natureza.

O POVO AKROÁ-GAMELLA: A LUTA PELO DIREITO DE EXISTIR

No bojo da ideologia integracionista dos indígenas à sociedade nacional, o Estado brasileiro deu por extinto o povo Gamella ao final da primeira metade do século XX. Zé Oscar, liderança Akroá-Gamella, descreve a situação. Segundo ele a negação por parte do Estado não significa o desaparecimento de um povo ou grupo social. “Foi colocado sobre nós uma pedra, até o dia que nós tivemos força para empurrá-la”, afirma.

Atualmente autodeclarado, os Akroa Gamela são formados por 281 famílias, sendo 563 homens e 565 mulheres e tem uma população jovem bastante expressiva. O território onde eles vivem se estende pelos municípios de Viana, Matinha e Penalva. Os índios seguem construindo o caminho do bem viver na luta pela retomada das terras livres e autônomas.

DO ALDEAMENTO À GRILAGEM E PARCELAMENTO DAS TERRAS

Em 1740, iniciou-se a bandeira composta por cento e cinqüenta homens coordenada por Francisco Duarte de Souza visando o descobrimento de novas minas de ouro às margens do rio Tocantins, rio

Sono e Manuel Alves. Em seguida, adentraram as fronteiras das Minas de Goiás e continuaram as buscas pelos rios Guamã, Gurupi, Turi, Pindaré, até chegar ao Mearim e Grajaú. Os indígenas reconhecidamente mais avessos a qualquer aliança com os não-indígenas foram alguns grupos dos Akroá, Timbira e Gamela que juntos lutaram contra as investidas violentas dos conquistadores. Quanto ao último grupo indígena conseguiram invadir e dominar sete aldeias. (APOLINÁRIO: 61-62).

Em 30 de outubro de 1759, mediante Carta Régia de Sesmaria, a coroa portuguesa concedeu aos índios uma sesmaria demarcada legalmente e aviventada pelos meios judiciários. A terra foi doada aos indígenas sob a condição de perpetuarem o seu uso comum, de modo, que o seu parcelamento e venda estavam proibidos àquela geração e às futuras.

O mapa e escritura da terra ficavam sob a guarda do velho Maximiano Silva, e, após sua morte, Olegário Meireles assumiu o posto de guardião dos documentos. Por volta de 1968, a “escritura velha” foi adulterada, permitindo a realização de “inventário” da terra e o seu parcelamento para a venda. Segundo Ozimo, neto de Maximiano, esse inventário só foi conhecido um ano depois da publicação, impossibilitando a sua contestação. Desde então, os indígenas são pressionados pelas cercas de arame farpado construídas por “proprietários”, dificultando o acesso aos lugares de roças, caça, pesca, extrativismo e a lugares sagrados.

Esse caso segue o mesmo padrão de outros no estado do Maranhão a partir da Lei 2.979, de 17 de julho de 1.969, conhecida como a Lei de Terras Sarney, que ao abrir as terras para o mercado nega

a existência de povos e comunidades sobre elas. Assim, esse contraponto da inexistência de grupos sociais expõe dois fatores em destaque, sendo o primeiro conhecido como grilagem (uso privado de terras devolutas) que a partir dessa lei torna-se regulamentado “formalmente” e o segundo é a intensificação de conflitos entre grileiros e os que serão denominados posseiros.

A RESISTÊNCIA DO POVO

Ao longo dos séculos os indígenas haviam lançado raízes profundas naquele local, de tal modo que não podiam aceitar passivamente o parcelamento das terras que eram de uso comum ou à proibição de acesso de aos recursos naturais abundantes. Para seguir na luta e resistência, várias comunidades se uniram em mutirões impedindo a instalação de cercas por parte de grileiros. Segundo Epitácio Silva, líder local, algumas vezes foi preciso atear fogo para derrubar essas barreiras. “Essas ações foram fundamentais para a permanência das comunidades, ainda que não mais dispersas como antes”, disse.

Os limites impostos pelas cercas de arame farpado ou pela presença de jagunços nunca foram respeitados pelo povo que nunca deixou de utilizar os recursos naturais como guarimanzais, babaçuais, rios, campos e juçarais. A luta pela retomada do território teve início na década de 80 e perdura até hoje. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi acionada nos anos de 1979 e 1982, representantes do órgão chegaram a visitar as comunidades, sem solução.

Em 2013, os indígenas intensificaram a luta para que o Estado brasileiro proceda à demarcação

e homologação do seu território nos termos da legislação vigente. O povo volta a ser vítima de atos violentos como discriminação e negação de serviços públicos até a tentativa de assassinato. Ameaças de morte são constantes com disparos de armas de fogo desferidos contra os indígenas. Os fazendeiros ainda ingressam com ações judiciais que visam despejar os indígenas de áreas que já foram retomadas. Atualmente na justiça federal tramitam 09 ações.

O ato mais violento ocorreu em 30 de abril do ano corrente quando os indígenas foram atacados por pistoleiros e fazendeiros que, juntamente com políticos, incitaram e convocaram populares para pôr fim ao que chamam de “invasões feitas por falsos índios”. Vinte e dois indígenas foram feridos, cinco baleados e dois tiveram mãos decepadas. Esse ataque teve repercussão na mídia nacional e internacional.

A INTERVENÇÃO DO ESTADO

Em decorrência da demora na abertura de procedimento, o Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública nº 33975-44.2016.4.01.3700 para determinar à FUNAI a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RECID) do Território indígena.

Atualmente o juiz aguarda a conclusão de Termo de Cooperação entre a Funai e o Estado do Maranhão que repassará os recursos financeiros para contratação de profissionais que integrarão o grupo de trabalho responsável pela elaboração do RECID. Outras ações estão em construção no âmbito do Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.



Grupo do povo gamela dois dias após ataque.

MATO GROSSO

Tabela 12: Mato Grosso – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

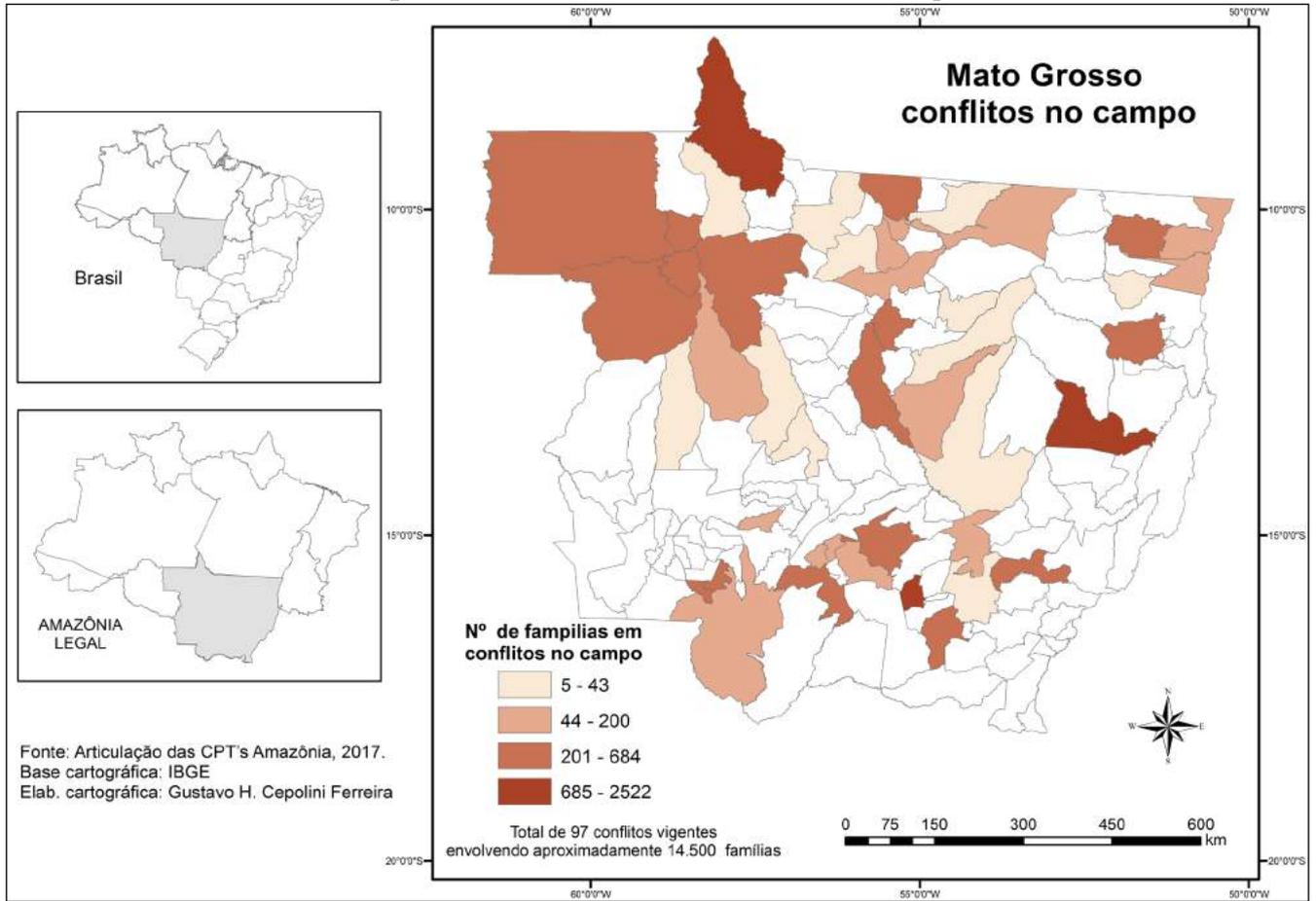
	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Castanheira	7	425
2	Colniza	5	303
3	Juína	5	458
4	Sorriso	5	626
5	Confresa	4	681
6	Nossa Senhora do Livramento	4	493
7	Novo Mundo	3	250
8	Nova Guarita	3	101
9	Apiacás	3	1306
10	Chapada dos Guimarães	3	266
11	Cláudia	3	371
12	Juara	3	269
13	São José do Rio Claro	3	7
14	Canarana	2	2522
15	Jaciara	2	1400
16	Luciara	2	105
17	Nova Ubiratã	2	190
18	Rondonópolis	2	263
19	Poxoréo	2	30
20	Paranatinga	2	5

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
21	Sinop	2	282
22	Acorizal	1	200
23	Alta Floresta	1	20
24	Alto Boa Vista	1	225
25	Aripuaná	1	391
26	Bom Jesus do Araguaia	1	SI
27	Brasnorte	1	50
28	Cáceres	1	130
29	Canabrava do Norte	1	40
30	Colíder	1	166
31	Cuiabá	1	200
32	Feliz Natal	1	30
33	General Carneiro	1	221
34	Glória D'Oeste	1	300
35	Itanhangá	1	25
36	Itaúba	1	200
37	Jangada	1	50
38	Juruena	1	300
39	Mirassol d'Oeste	1	331
40	Nova Bandeirantes	1	43
41	Nova Canaã do Norte	1	24
42	Nova Olímpia	1	200
43	Novo São Joaquim	1	60
44	Peixoto de Azevedo	1	130
45	Primavera do Leste	1	200
46	Santa Cruz do Xingu	1	472
47	Santa Terezinha	1	78
48	União do Sul	1	25
49	Matupá	1	10
50	Sapezal	1	18
51	Nova Maringá	1	10
	Total	97	14.502

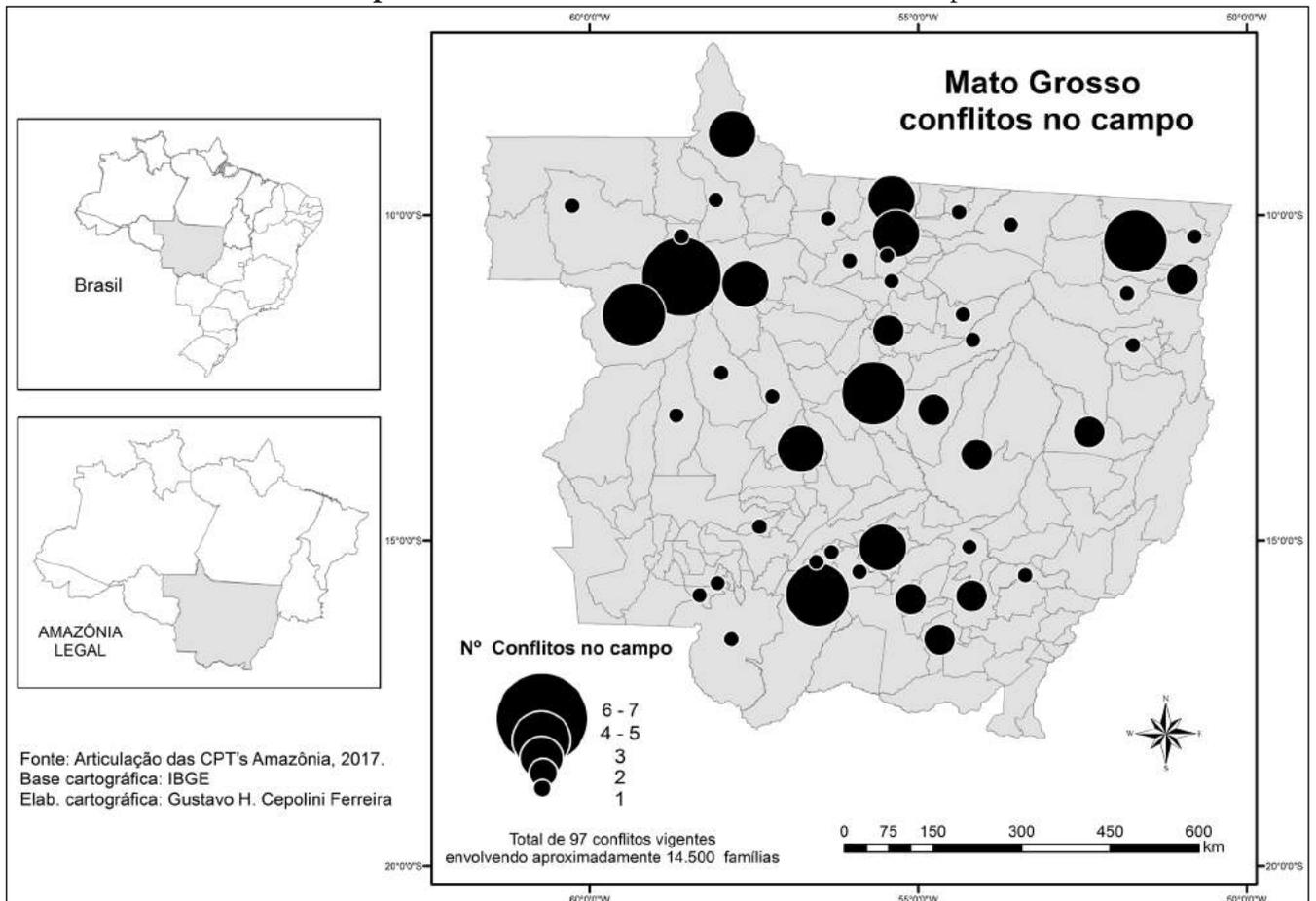
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 97 municípios possuem conflitos no campo do total de 141 municípios existentes no Mato Grosso (IBGE, 2017), ou seja, 69% dos municípios no estado do Mato Grosso estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 18 - Mato Grosso: nº de conflitos no campo



Mapa 19 - Mato Grosso: nº de famílias em no campo



OS CONFLITOS NO MATO GROSSO

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso

O conflito na região amazônica onde o estado de Mato Grosso (MT) se insere, corresponde aproximadamente a 59% do território brasileiro, porém a região concentra 62% das ocorrências de conflitos do Brasil. Em 2016 eram 74.692 famílias envolvidas. Estes dados refletem uma forte ofensiva do capital sobre o espaço, geograficamente reconhecido por seu bioma e subdividido por seu aspecto de exploração dos recursos chamada Amazônia Legal.

No Mato Grosso, a disputa de fazendeiros grileiros marca os atos de violência que acontecem no campo e na cidade. São 23 trabalhadores em condição de escravidão, denunciados segundo o Caderno de Conflitos do Campo no Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2017). Destes, quatro trabalham em benfeitorias, dois com madeira e 17 na pecuária.

A luta se faz necessária. O modelo de agronegócio é amplamente divulgado pelo Estado e meios de comunicação. Empresários do campo e da cidade fazem de tudo para excluir trabalhadores, camponeses e pobres dos direitos elementares. Até a dignidade e possibilidade de sobrevivência são privadas desses seres humanos.

Recentemente o modelo hidro-energético vem provocando conflitos e despejos pelas inundações nas construções de barragens. Como no caso da usina hidrelétrica no rio Teles Pires, a UHE Colíder, no norte do estado, que ainda não cumpriu as condicionantes dos impactos sociais e ambientais. Indígenas, posseiros, assentados e pescadores, num total de 670 famílias, aguardam por seus direitos.

De 1985 a 2016, o estado registrou 127 assassinatos no campo e os mandantes nunca foram presos. A partir destes registros, percebe-se que a história mato-grossense é marcada pela institucionalização estatal e empresarial da violência, exclusão e destruição da natureza. Tudo isso escondido sob o manto ideológico de progresso tecnológico que emprega e mata a fome.

Em 2016, o poder estatal e empresarial foi profundamente violento para manter essa desigualdade injusta e desumana. Segundo levantamento da CPT/MT foram 70 ocorrências registradas com 7.331 famílias envolvidas, dessas 775 foram despejadas pelo Estado, 165 expulsas por pistoleiros e 272 sofreram ações de pistolagem.

O MASSACRE DE COLNIZA

O dia 17 de abril lembra a memória da chacina em Eldorado dos Carajás. Coincidentemente, em 2017, esta data também será marcada por uma

triste lembrança. Nove trabalhadores rurais foram mortos na Gleba Taquaruçu do Norte, município de Colniza, noroeste do Mato Grosso, depois de anos de conflito pela posse da terra com fazendeiros e madeireiros. Desde 2004, estes trabalhadores vinham sofrendo violência. Foram expulsos de seus lotes, cerca de 40 mil hectares, através de mandado de reintegração de posse. Outros assassinatos já haviam sido registrados no mesmo local, foram três mortes em 2007.

A chacina dos agricultores em Colniza envolveu pistoleiros fortemente armados financiados



Fonte: Caio Motta

por uma rede de fazendeiros, grileiros e madeireiros ilegais. Até o momento somente dois suspeitos das mortes foram presos, porém, os mandantes estão soltos ou foragidos como o caso do madeireiro Valdelir dono de empresas madeireiras da localidade.¹

¹ <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/>

É através desta violência institucionalizada do Estado, das empresas e latifúndios que ocorre a concentração de terras, excluindo milhares de famílias da possibilidade de ter seu ‘pedaço de chão’ para viver, trabalhar, morar e se alimentar.

conflitos-no-campo/3882-suspeito-de-articular-massacre-em-colniza-exporta-foragido-madeira-para-os-eua



Fonte: Caio Motta



Fonte: Caio Motta

Além disso, a região norte e noroeste do estado, situadas dentro do bioma amazônico, são localidades onde se concentram maior número de ocorrências de violência do campo e que a

atuação da CPT por sua vez se torna essencial.

FONTE: CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo – Brasil 2016*. Expressão Popular: 2017.

NOTA PÚBLICA

Mais uma chacina anunciada em Mato Grosso.

Tortura cárcere privado praticado por família de fazendeiro em Nova Guarita

O Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso e a Comissão Pastoral da Terra – CPT/MT, vem a público, mais uma vez, denunciar as graves violências sofridas pelas famílias do Assentamento Raimundo Viera III (Lote 10) - Gleba Gama, situado no município de Nova Guarita- MT.

Tememos muito pela vida dessas famílias que, desde o ano de 2005, quando foram assentadas pelo INCRA, por força de uma decisão da Justiça Federal de MT, vivem sob ameaças constantes e uma violência que não está tendo limites, cometidas pela família Braga (Izairo Batista Braga, Carlos Raposo Braga e esposa, netos, cunhados, genros, sobrinhos) que vão desde ameaças de morte, tortura, cárcere privado, queima de casas, cortes de cercas, envenenamento por pulverização aérea de agrotóxicos, disparos de armas de fogo nas casas e veículos, entre outros, como comprova diversos relatos e Boletins de Ocorrências lavrados na Polícia Militar e Civil do Estado de MT.

A impunidade torna a vida dessas famílias uma maldição. Denúncias foram feitas em praticamente todos os órgãos e instâncias no Estado de Mato Grosso. Somente na Polícia Militar e Civil foram registrados dezenas de Boletins de Ocorrências, para os Ministérios Públicos Estadual e Federal foram feitas diversas denúncias. Várias outras denúncias foram encaminhadas ao INCRA MT, IBAMA, SESP - Secretaria de Segurança do Estado, SEJUDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Casa Militar, Casa Civil, e ao próprio Governador do Estado. Vários dos crimes praticados contra essas famílias estão registrados em fotos e vídeos. Mas nada e nem ninguém consegue cessar essas violências.

Vale lembrar ainda que o referido fazendeiro (Izairo Braga) entrou com Ação de Reintegração de Posse na Justiça Estadual - Vara Agrária de Cuiabá - Processo nº. 22401-72.2009.811.0041 – código nº. 386361, contudo NÃO conseguiu liminar de reintegração de posse. Diante das inúmeras violências sofridas as 12 famílias assentadas entraram, através da Defensoria Pública, com uma Cautelar ATENTADO - Vara Agrária, processo nº. 1985483.2014.811.0041 – código nº. 885006, onde

conseguiram uma liminar que determina que o fazendeiro “se abstenha de praticar qualquer ato de alteração do estado de fato da área em litígio, sob pena de multa diária que fixo no valor de R\$ 1.000,00...”.

A quem mais essas famílias precisam apelar para que faça valer seus direitos? O que fazer diante das injustiças cometidas? Como conter a violência constante? A quem mais denunciar?

No dia 19 de agosto de 2017 outra violência bárbara foi cometida contra as famílias, cárcere privado e tortura contra um casal de assentados em seu lote, na frente da filha de 3 anos de idade. Além de atirarem nos assentados e assentadas que tentaram socorrer as vítimas. Diante dessa cena, a PM de Nova Guarita ao chegar no local, detém o casal que sofria a violência, enquanto os agressores foram liberados para irem sem acom-

panhamento até a PM e não sendo conduzidos ou ouvidos no dia do crime. As armas de fogo não foram apreendidas.

Qual será a resposta do Estado de MT frente a isso? A impunidade irá se perpetuar até que haja mais uma chacina em MT, como a ocorrida em Colniza? As polícias e órgãos públicos foram comunicados. No entanto, o fazendeiro continua ameaçando os assentados e assentadas.

Apelamos ao Estado de MT (Executivo, Legislativo e Judiciário) e aos órgãos Federais que façam valer a justiça e o direito dessas famílias. Tal situação leva à perda de sentido da vida, a traumas inumeráveis e, pior, à crença de que o crime compensa.

Cuiabá-MT, 24 de agosto de 2017.

**Fórum de Direitos Humanos
e da Terra de Mato Grosso
Comissão Pastoral da Terra - Mato Grosso**



Fonte: CPT/MT 19/8/2017

Cordas e rede utilizada para amarrar e torturar casal de assentados em Nova Guarita MT

PARÁ

Tabela 13: Pará – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

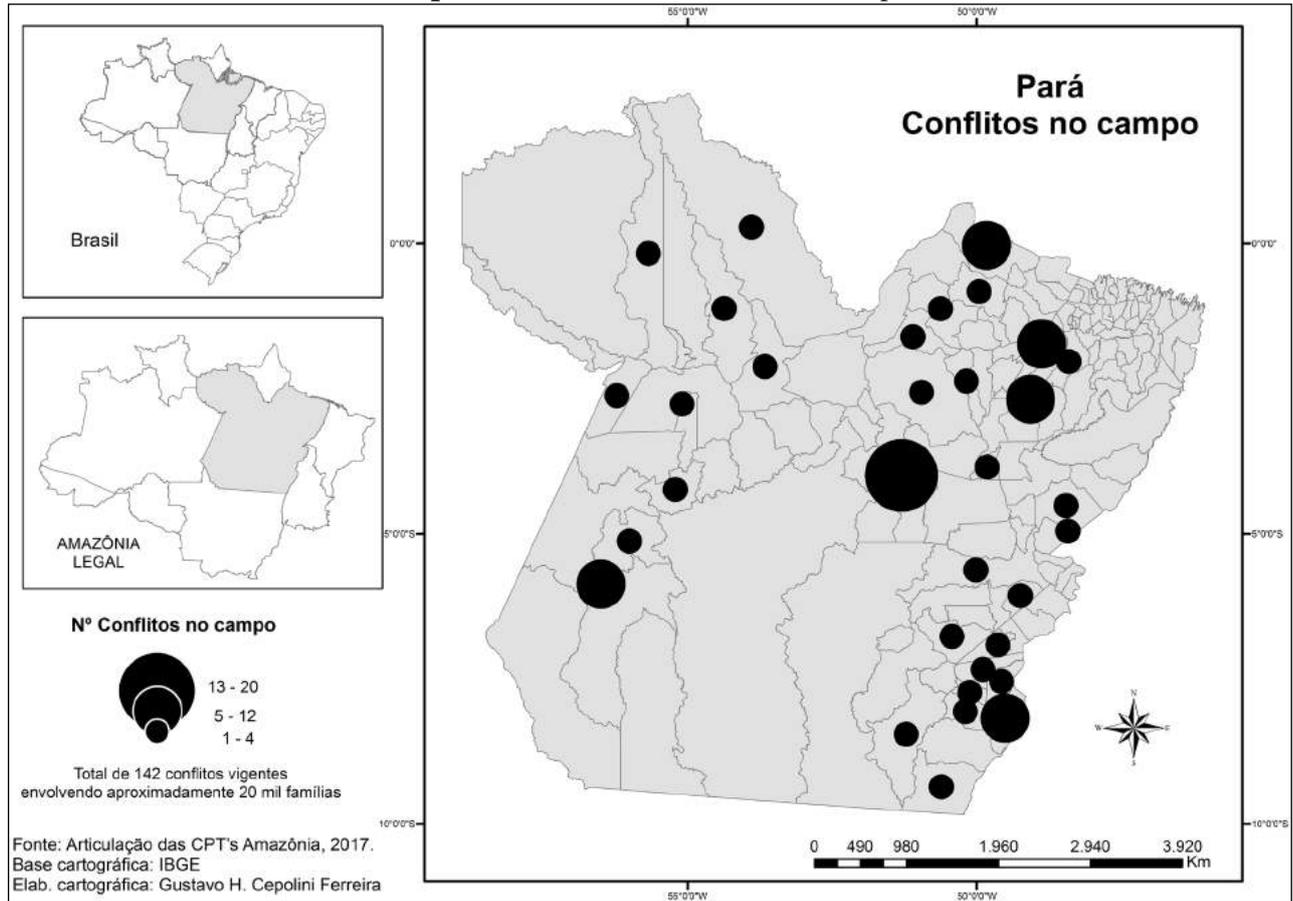
	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Anapu	20	2188
2	Conceição do Araguaia	12	518
3	Chaves	11	280
4	Oriximina	10	388
5	Moju	8	2627
6	Abaetetuba	7	44
7	Itaituba	6	890
8	São Felix do Xingu	5	746
9	Almeirim	4	1093
10	Santa Maria da Barreiras	4	690
11	Santana do Araguaia	4	537
12	Marabá	3	800
13	Santarém	3	360
14	Redenção	3	286
15	Portel	2	2301
16	Prainha	2	620
17	Cumarú do Norte	2	460
18	Ourilândia do Norte	2	380
19	Rio Maria	2	380
20	Trairão	2	265

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
21	Óbidos	2	220
22	Monte Alegre	2	170
23	Pau D'Arco	2	115
24	Tucuruí	2	115
25	Rondon do Pará	2	100
26	Anajás	2	8
27	Curionópolis	2	360
28	Xinguara	2	272
29	Eldorado dos Carajás	1	390
30	Juruti	1	1.900
31	Bom Jesus	1	420
32	Melgaço	1	112
33	Rurópolis	1	103
34	Breves	1	100
35	Abel Figueiredo	1	60
36	Floresta do Araguaia	1	60
37	Goianésia	1	60
38	Breu-Branco	1	45
39	Bagre	1	18
40	Água Azul do Norte	1	17
41	Acará	1	SI
42	Tomé Açu	1	SI
	Total	142	20.498

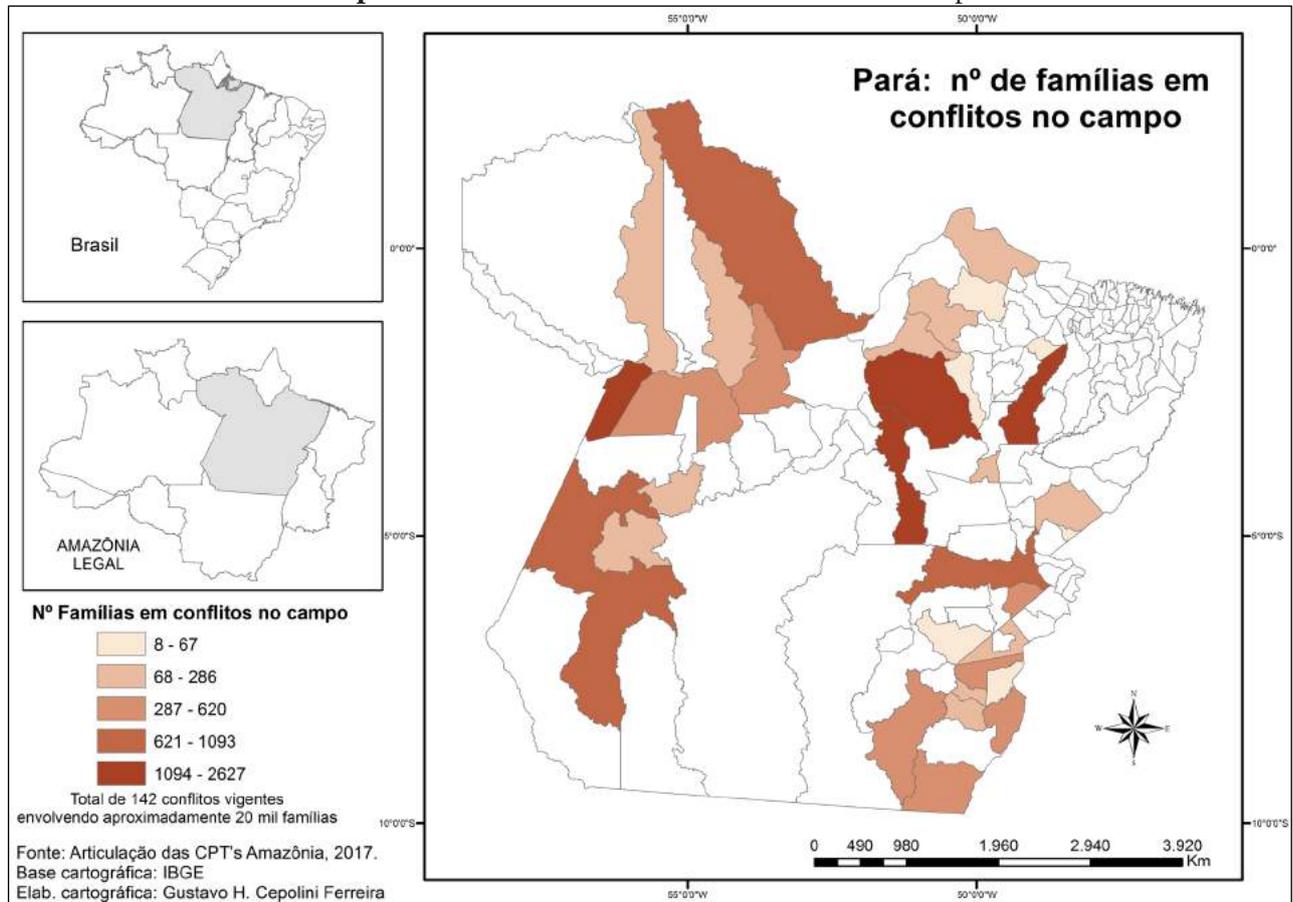
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 42 municípios possuem conflitos no campo do total de 144 municípios existentes no Pará (IBGE, 2017), ou seja, 29% dos municípios no estado do Pará estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 20 - Pará: nº de conflitos no campo



Mapa 21 - Pará: nº de famílias em conflitos do campo



O AVANÇO TRUCULENTO DO CAPITAL NO PARÁ

Gilson Fernando de Jesus Rego
José Batista Gonsalves Afonso
Comissão Pastoral da Terra do Pará

O Estado atua historicamente como instrumento a serviço da classe dominante, utiliza os recursos públicos para permitir a expansão capitalista através das obras de infraestrutura que facilitam o saque aos bens naturais existentes, em particular na Amazônia. No estado do Pará, o agronegócio e as mineradoras demandam novos mecanismos legais e mais obras que permitam maior liberdade para a concentração fundiária e o saque desenfreado das riquezas minerais.

O livre esquadramento feito a partir do Código Mineral foi capaz de entregar às multinacionais duas extraordinárias ocorrências de bauxita, a do Rio Trombetas e o complexo mineralógico da Serra dos Carajás. Ainda hoje as populações no Pará são violentadas pela gana desenfreada do mercado. Pois, a cada momento novos espaços que são ocupados por diversos grupos sociais também são os alvos de novas explorações. Só no sudeste do Pará, aproximadamente 80% das áreas pesquisadas para a mineração estão dentro das terras ocupadas por assentados, quilombolas, indígenas e em áreas de preservação ambiental.

Um sistema integrado, para o escoamento tanto dos bens naturais como dos monocultivos introduzidos na região, cujo destino é o mercado internacional conforme apregoam os diferentes governos, vem sendo desenvolvido. Tal sistema pretende ligar o Sul e Sudeste até o nordeste do estado. São inúmeros mapas que demonstram todos os projetos de corredores já em funcionamento e em fase de estudos. Assim, estão em processo de implantação várias obras no Sudeste do Pará, entre elas: a UHE Marabá, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, portos no rio Tocantins, a siderúrgica da Vale, a ALPA (Aços Laminados do Pará); e, em fase de construção a duplicação da ferrovia que liga a Serra dos Carajás a São Luís no Maranhão, assim como a expansão da ferrovia de Carajás para o município de Canaã dos Carajás, cuja extensão será de 102 quilômetros.

A região do Tapajós também vai receber pesados investimentos no setor de infraestrutura. Em Miritutuba, distrito do município de Itaituba, uma complexa rede de terminais portuários já está em

construção para escoar a produção de grãos, sobretudo, do Mato Grosso. Cerca de R\$ 4 bilhões de reais serão investidos por operadores portuários, entre eles as grandes *traders* como: Bunge, Cargill e o grupo Amaggi, ligado ao Ministro da Agricultura Blairo Maggi.

Na Calha Norte, as concessões de florestas públicas se tornaram uma verdadeira privatização de grandes extensões de áreas com florestas primárias. Além disto, ainda é possível encontrar um alto volume de exploração ilegal entre os vários planos de manejos autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. O Estado do Pará tem um histórico de gestão baseada em parcerias com grandes grupos madeireiros. Alguns deles chegam inclusive, a ocupar cargos públicos nestes governos. O caso mais emblemático talvez seja o da empresa Jari Florestal, no município de Almeirim.

A referida empresa foi favorecida na década de 1970 com uma grande extensão de terras dentro do município de Almeirim. Desde então a empresa, mesmo com as mudanças de donos, continua suas atividades provocando vários tipos de conflitos junto às dezenas de comunidades.

A implementação de projetos minerários ocorre desde a década de 1970, no município de Oriximiná, com a empresa Mineração Rio do Norte, que continua a exploração até hoje. Mais recentemente, em 2005 a Alcoa se instalou na cidade de Juruti e atua em uma reserva de cerca de 780 milhões de toneladas métricas de bauxita nesse município, um dos maiores depósitos de bauxita do mundo, fornecendo minério de alta qualidade.

O arquipélago do Marajó sofre uma grande ameaça com um Projeto de Lei nº 107 de 31 de

maio de 2017, que pretende garantir a pecuária extensiva como atividade tradicional no Marajó, considerando como prioridade na ordem dos investimentos agropecuários para a região. Para as atividades extrativistas passam a ser consideradas oficialmente como “complementares” recebendo apenas a “permissão” para continuarem sendo praticadas. O referido PL 107/2017 na sua conclusão institui uma certificação aos produtos e subprodutos oriundos do Marajó.

Toda esta benevolência dos governos que se sucedem no Pará somada à ganância voraz dos capitalistas deixam um rastro de violência para as comunidades por todos os municípios. A violência acontece de diversas formas, intimidações, ameaças, atentados, assassinatos e chacinas. No Pará os números desta violência se repetem a cada ano.

Até a data que escrevemos este texto, o número de assassinatos já chegou a 20 trabalhadores mortos, entre homens e mulheres. Isto também é reflexo do atual quadro político nacional. A suspensão do programa de assentamentos rurais por decisão do TCU, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Ouvidoria Agrária Nacional são alguns exemplos. Sem qualquer apoio do poder público, as famílias estão à mercê da ação violenta dos latifundiários através de pistoleiros. No Pará, a situação é ainda mais alarmante devido ao caos fundiário que predomina no estado, o alto índice de impunidade dos crimes contra os trabalhadores e a relação promíscua de agentes públicos com o crime organizado no campo. O massacre de Pau D’Arco é um exemplo.

O MASSACRE DE PAU D'ARCO EM MAIO DE 2017

Na manhã do dia 23 de maio, um grupo de 25 trabalhadores sem terra decidiu reocupar a Fazenda Santa Lúcia, com área total de 5.694 hectares, localizada no município de Pau D'Arco, sul do Pará. Outros trabalhadores, num total aproximado de 160 pessoas, se somaram ao grupo. No entanto, um caminhão contratado para fazer o transporte quebrou e não conseguiu chegar ao local combinado. O grupo dos 25 que conseguiu chegar decidiu acampar provisoriamente dentro do mato, a uns 300 metros da sede velha da fazenda, temendo a ação de pistoleiros e seguranças durante a noite.

Relatam os sobreviventes que, por volta das 6h30 da manhã do dia 24 de maio, o grupo acordou com barulho de carros da polícia chegando ao local da sede. O grupo decidiu então correr mais para dentro do mato. Contudo, só tiveram tempo de levar as bolsas com as roupas, deixando para traz, os gêneros alimentícios, panelas, ferramentas e outros pertences. Cerca de dois quilômetros dali, com início de uma chuva, se abrigaram em uma moita de coqueiros babaçus e, não tendo como amarrar a lona, alguns ficaram segurando as extremidades da mesma enquanto os demais se abrigavam debaixo. Todos entraram em baixo da lona, sentaram ao lado ou com suas bolsas no colo para aguardarem a chuva cessar e, em seguida, retomarem a caminhada para longe da polícia.

Alcançados por um grupo de policiais, relatam os sobreviventes que mal tiveram tempo de ouvir a ordem dada por um policial: *“é a polícia*

porra e se correr morre”, “não corre ninguém”, “não corre senão morre bando de vagabundos”.

Junto com as vozes de comando seguiram rajadas de tiros em direção ao grupo que se encontravam sentados e com a lona sobre suas cabeças. Na tentativa desesperada de fugir dos tiros, uns caíram sobre os outros e alguns já atingidos pelas balas não tiveram como fugir. Os que foram dominados pelos policiais, foram barbaramente torturados e friamente executados. Vários dos sobreviventes que prestaram depoimentos afirmaram terem ouvidos os policiais rirem e festejarem após matarem os trabalhadores.

Na ação violenta foram assassinados: **Antônio Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Gomes, Hércules Santos de Oliveira, Jane Julia de Oliveira, Nelson Souza Milhomem, Ozeir Rodrigues da Silva, Regivaldo Pereira da Silva, Ronaldo Pereira de Souza, Weldson Pereira da Silva e Weclebson Pereira Milhomem.**

O Planejamento da ação criminosa foi feito pelo comando da Polícia Civil de Redenção, tendo à frente o Delegado Geral da região sul do Pará, Antônio Miranda Gomes Neto e o Tenente Coronel Kennedy, comandante regional da PM. Investigações feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público apontam que o massacre foi uma ação premeditada. Mesmo sabendo do endereço e localização de vários trabalhadores que se encontravam com prisões preventivas e temporárias decretadas a polícia optou por não prendê-los em suas residências. Contando com informações privilegiadas de pessoas infiltradas no grupo, a polícia tomou conhecimento da decisão dos trabalhadores de reocupar a fazenda Santa Lúcia no dia 23 de maio. O

plano da polícia foi surpreendê-los imediatamente após o retorno para o interior da fazenda.

Imediatamente após a execução dos crimes, os policiais (tendo à frente dois delegados e um coronel) retiraram os corpos do local onde foram mortos e alteraram completamente a cena do crime. Todos os 10 corpos foram retirados, colocados em uma caminhonete da Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção e levados para o necrotério do Hospital Iraci de Redenção.

A Polícia Federal, designada para auxiliar o Ministério Público no esclarecimento das mortes, ainda investiga a participação de latifundiários da região no financiamento da referida ação criminosa. Numa clara demonstração de indisposição do judiciário local em punir os responsáveis pelas mortes, e, mesmo sendo identificados por um policial delator, e não tendo sido concluídas todas as investigações, o Juiz liberou os policiais que cumpriam prisões cautelares.

O Massacre de Pau D'arco revelou também a ineficiência dos órgãos fundiários (Vara Agrária, Delegacia de Conflitos Agrários, INCRA e ITERPA), responsáveis pela solução dos conflitos. Na Vara Agrária de Redenção, seis juízes despacharam na ação possessória desde seu início em 2013. As sucessivas liminares que autorizaram o despejo das famílias por três vezes do imóvel foram expedidas pelos juízes sem audiência de justi-

ficação ou conciliação, sem parecer do Ministério Público, sem qualquer informação do INCRA ou do ITERPA sobre a situação documental da área.

Quanto ao INCRA, o mesmo tentou resolver o conflito “do fim para o começo”, propôs comprar o imóvel e fez uma oferta com os respectivos valores aos proprietários, sem, no entanto, averiguar a cadeia dominial da propriedade para certificar se o imóvel foi devidamente destacado do patrimônio público para o particular.

Passados três meses do massacre, os inquiridos que apuram as responsabilidades pelas mortes ainda não foram concluídos. Nenhum dos executores e mandantes foram denunciados e ninguém se encontra preso. Por outro lado, testemunhas e lideranças dos trabalhadores continuam sendo ameaçadas de morte e sem qualquer iniciativa por parte do Estado para dar prosseguimento na investigação das ameaças ou proteção aos ameaçados.

Pouco mais de um mês após o massacre, uma liderança dos trabalhadores, Rosenilton Pereira de Almeida (Negão), foi assassinada e o crime também não foi esclarecido ainda. Em relação à solução do conflito fundiário, o INCRA e o ITERPA, até a presente data, não conseguiram esclarecer se o imóvel tem documentação legal ou se está inserido em terras públicas de jurisdição federal ou estadual. Todas essas indefinições só agravam o clima de insegurança na região.



Fonte: CPT-PA/Lunae Parracho

Chacina na Fazenda Santa Lúcia em Pau D'Arco, 24 de maio de 2017.



Fonte: CPT-PA/Lunae Parracho

Velório coletivo dos assassinados em Pau D'Arco, maio de 2017.

Rondônia

Tabela 14: Rondônia- nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

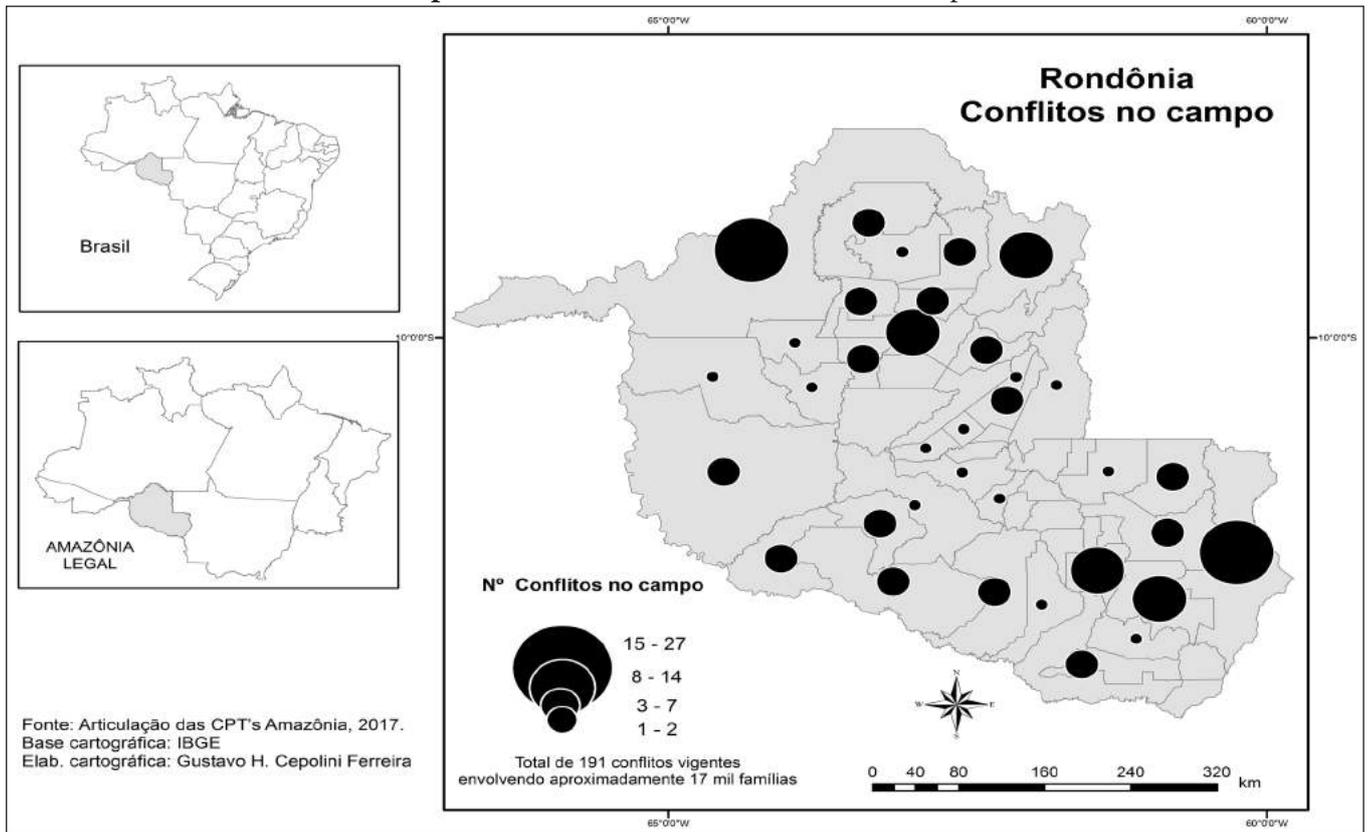
	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Vilhena	27	942
2	Porto Velho	21	5284
3	Machadinho D'Oeste	14	774
4	Parecis	14	609
5	Ariquemes	11	500
6	Chupinguaia	10	1297
7	Candeias do Jamari	7	2225
8	Cujubim	7	190
9	Seringueiras	7	401
10	Alta Floresta D'Oeste	6	360
11	Espigão D'Oeste	6	352
12	Monte Negro	6	230
13	Theobroma	6	358
14	Costa Marques	5	259
15	Alto Paraíso	5	193
16	Pimenta Bueno	4	188
17	Rio Crespo	4	96
18	Guajará-Mirim	3	46
19	Ouro Preto do Oeste	3	110
20	Pimenteiras do Oeste	3	73

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
21	São Francisco do Guaporé	3	285
22	Cacoal	2	295
23	Ji-Paraná	2	309
24	Nova Mamoré	2	375
25	Itapuã do Oeste	2	120
26	Vale do Paraíso	2	160
27	Corumbiara	1	90
28	Nova Brasilândia D'Oeste	1	73
29	São Miguel do Guaporé	1	9
30	Alvorada D'Oeste	1	85
31	Alto Alegre dos Parecis	1	480
32	Buritis	1	21
33	Campo Novo de Rondônia	1	60
34	Mirante da Serra	1	170
35	Nova União	1	80
	Total	191	17.099

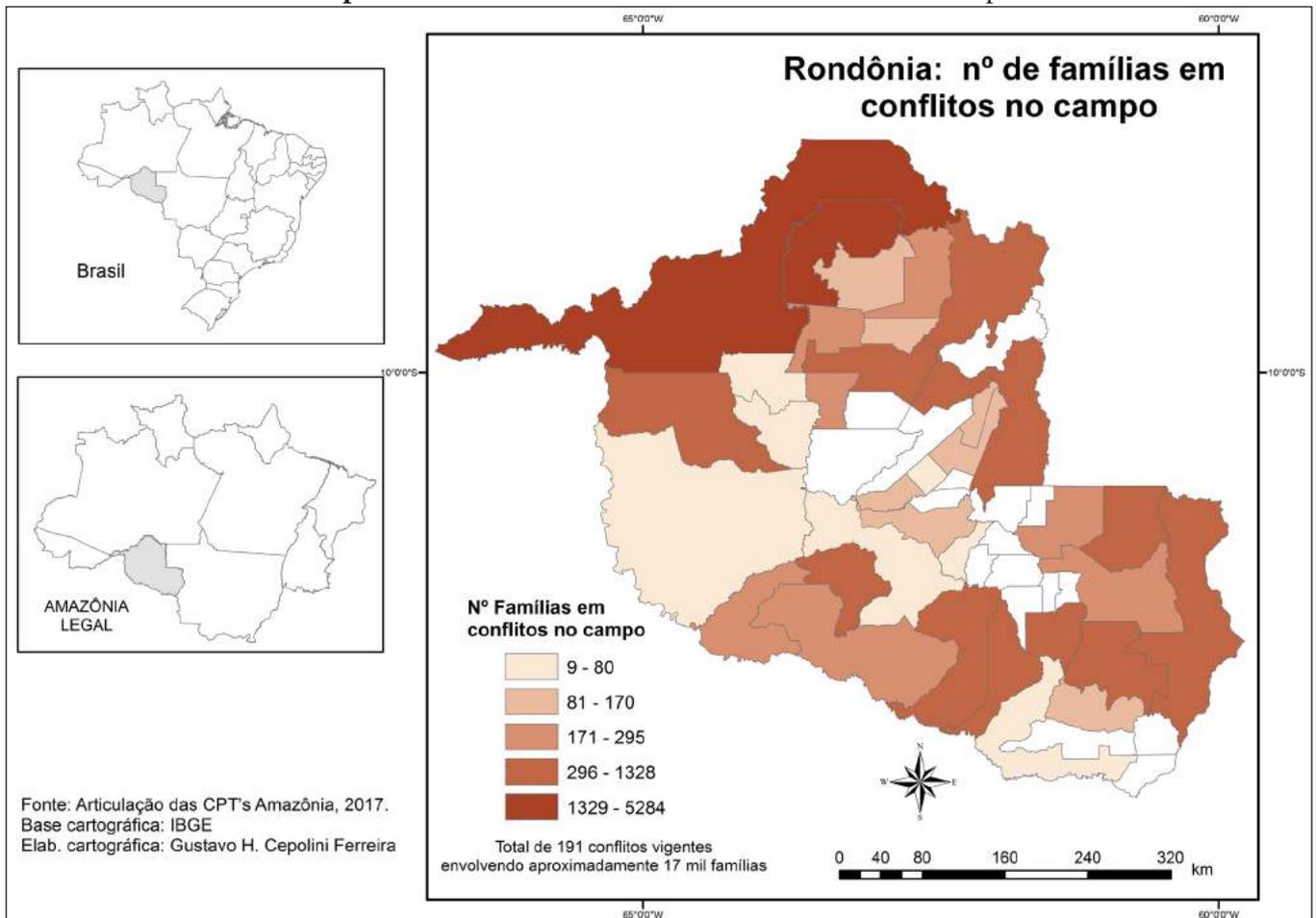
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 35 municípios possuem conflitos no campo do total de 52 municípios existentes em Rondônia (IBGE, 2017), ou seja, 67% dos municípios no estado do Pará estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 22 - Rondônia: nº de conflitos no campo



Mapa 23 - Rondônia: nº de famílias em conflitos no campo



RONDÔNIA: UMA TERRA DISPUTADA À BALA

Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra de Rondônia

Em Rondônia os conflitos no campo envolvem comunidades indígenas e tradicionais (seringueiros, quilombolas, ribeirinhos), assim como posseiros não titulados e os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.

Entre as primeiras, as Terras Indígenas destaca-se os Uru-Eu-Wau-Wau, Igarapé Lage e Karipuna¹, os quais sofrem persistentes invasões, sobretudo, de garimpeiros e grileiros. Os ribeirinhos do Rio Madeira ainda enfrentam as desastrosas consequências socioambientais da construção das duas grandes usinas de Jirau e Santo Antônio. Sofrem ainda, com o avanço dos projetos de duas novas grandes hidrelétricas em Cachoeira do Ribeirão (Nova Mamoré) e Tabajara (Machadinho)².

Entre as reservas ambientais e extrativistas de Rondônia destaca-se o conflito na Reserva Extrativista Estadual de Jaci Paraná (criada em 1996), que está completamente tomada por invasores. Dessa maneira, cabe ressaltar que sofrem ainda, com as forças políticas locais que tentam modificar a Lei Estadual de Zoneamento, para legalizar o fato consumado com a invasão. Um péssimo precedente que tem incentivado a invasão de madeireiros e de grileiros nas RESEX de Machadinho d'Oeste.

Nesse sentido, muitos seringueiros estão sendo cruelmente assassinados nos últimos anos e também constata-se nove pessoas ameaçadas de morte em 2016. Na região do Vale do Guaporé (Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e São Francisco do Guaporé) também existem oito comunidades quilombolas que ainda não tem os seus territórios reconhecidos e titulados. A comunidade do Forte Príncipe da Beira sofre graves impedimentos do Exército brasileiro para fazer roça, reformar casas, trabalhar com

1 De acordo com MPF o estado de Rondônia possui 22 Terras Indígenas regularizadas, em estudo ou Área com Termo de Cessão de Uso pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) conforme pode-se verificar em : <http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/indigenas-e-minorias/relacao-das-terras-indigenas-de-rondonia/at_download/file>. Acesso em: ago. 2017.

2 Conforme: MPF / Secretaria de Apoio Pericial/ Centro Regional de Perícia 4 - LAUDO PERICIAL 02/2017/SPJPR/CRP4/SEAP/MPF /SEAP/PGR - 000024/2017 / PRM-JPR-RO-00001517/2017.

turismo e permitir ao INCRA o estudo antropológico do seu território.

Porém, a maioria de conflitos do campo atingem grupos de posseiros e de camponeses sem terra, que desafiam o avanço do agronegócio. A maioria são associações e grupos independentes. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conta em Rondônia com diversas áreas ocupadas. No decorrer do ano de 2016 dois acampamentos do MST foram violentamente atacados e queimados, expulsando sem ordem judicial mais de 150 famílias. A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) também possuiu uma ampla atuação, e, atualmente constitui-se como o movimento mais atuante, e, conseqüentemente são perseguidos e criminalizados.

Salienta-se que pelo menos vinte dos assassinatos cometidos em Rondônia entre 2015 e 2016 foram de pessoas ligadas à LCP, entre elas um dos seus coordenadores, Enilson Ribeiro dos Santos.

No Cone Sul do estado de Rondônia concentra o maior número de conflitos, atingindo especialmente os municípios de Vilhena, Chupinguaia e Parecis com aproximadamente 52 conflitos, a maioria em áreas com títulos provisórios, os quais não correspondem à real posse da terra, utilizada por décadas pelos camponeses, que sofrem inúmeras pressões para serem expulsos da área.

Alguns deles, como a Associação Água Viva, de Chupinguaia, foram duramente criminalizados, processados e presos por defender suas terras, de onde foram expulsos após mais de uma década de posse da terra. Nessa região o avanço do agronegócio comprova-se pelo avanço das monoculturas de soja nas áreas planas e o plantio de

eucaliptos nas áreas de morros/íngremes.

A Região Central do estado, a Região da Mata e da BR-429, a CPT-RO registra aproximadamente de 25 conflitos. Nota-se um aumento desses conflitos nas áreas com disputa de terras durante 2016 e 2017, seguido da violência. Na Região de Porto Velho, Candeias do Jamari e de Guajará Mirim há registro de 21 conflitos. O imenso município de Porto Velho conta o maior número de famílias atingidas, cerca de 1551 famílias atingidas pelas usinas no Madeira e 3701 famílias atingidas por conflitos, a maior parte delas em áreas rurais chacareiras do entorno da capital.

Na região de Ariquemes e Vale do Jamari constata-se 45 conflitos. É a região que registra os piores índices de violência dos últimos anos, são 26 assassinatos apenas entre 2016 e agosto de 2017. Na área ocupada do antigo Acampamento 10 de Maio, na antiga Fazenda Formosa de Caubi Moreira, em Alto Paraíso, houve pelo menos 16 mortes entre 2015 e 2017.

Rondônia concentrou os piores registros de violência e de mortes no campo; são 56 assassinatos de camponeses em conflitos no campo entre 2015 e julho de 2017. Porém, as providências para resolver os conflitos agrários concentram-se em medidas policiais, leia-se: Reprimir a demanda dos camponeses sem-terra, prisões e reintegrações de posse e impunidade da violência contra os povos do campo. A situação motivou em 2016 uma visita de uma Comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que concluiu:

“O Vale do Jamari virou então o palco de uma verdadeira guerra, o pior foco de vio-



Fonte: Ademir, 01/06/2016.

Destruindo minha casa dentro do TD Urupá em Machadinho do Oeste – RO.

lência no campo de todo o Brasil, sem a devida apuração da participação das forças de segurança e pistolagem do lado dos fazendeiros”³.

O ACAMPAMENTO TD URUPÁ LIVRE DE MACHADINHO DO OESTE

Em julho de 2017 um acampamento de 84 famílias ocupou o INCRA de Machadinho d’Oeste. Eles acabavam prestes a serem despejados de uma ocupação de terras do TD (Título Definitivo) Urupá, situado na Linha 8, cuja “propriedade”

³ Relatório da missão realizada em junho de 2016 pelo grupo de trabalho sobre Defensores de Direitos Humanos ameaçados no estado de Rondônia, criado no âmbito da Comissão Permanente de Defensores de Direitos Humanos e enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

é do irmão de um dos mais famosos grileiros de terra de Rondônia: Sebastião Martins, mais conhecido como Galo Velho.

No local existe um processo de desapropriação indireta referente à fazenda TD Urupá, e outro processo do imóvel denominado seringal Novo Mundo/Salvador determinando a desapropriação dos referidos imóveis para fins de reforma agrária⁴. A área é conhecida popularmente como área do Galo Velho e está ocupada por centenas de famílias à espera de criação de um assentamento.

Apesar disso, terceiros moveram uma ação de reintegração de posse. E, no dia 18 de maio do presente ano, houve um primeiro despejo das famílias.

⁴ Ata da 824ª Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em Porto Velho, na sede do INCRA, no dia 29 de abril de 2015.

Salienta-se que tal ação foi executada de forma truculenta e desumana. As famílias foram conduzidas e deixadas em frente à sede do INCRA em Machadinho D'Oeste ao relento.

As crianças com roupas molhadas se resfriaram, adoeceram, precisaram de atendimento médico hospitalar. Eles contaram em diversos vídeos o drama vivido⁵.

E, de acordo os depoimentos das famílias, na segunda reintegração um total de 56 casas foram totalmente destruídas por duas pás-carregadeiras, numa área superior à liminar de reintegração, ou seja, uma área de 21 alqueires⁶. Segundo as próprias famílias despejadas, eles ocupavam uma área menor que a indicada na referida liminar.

Ainda segundo as famílias, em declaração ao MP, a reintegração foi realizada com muita truculência e violência verbal das forças policiais e ameaças, especialmente do seu comandante, o Sargento João Carlos Carvalho, que já fora denunciado anteriormente junto à Delegacia da Polícia Civil de Machadinho D'Oeste⁷.

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FJW_Sx52VEs>. Publicado em 22 de mar. de 2017. Denúncias levam a equipe de TV ao Assentamento Urupá local de constantes conflitos entre fazendeiros, policiais e moradores. As pessoas que você vê embaixo deste barracão, são famílias prestes à serem despejadas de suas residências em um assentamento em Machadinho d'Oeste - Rondônia. Uma liminar da justiça, a ser executada nos próximos dias, deve destituir as famílias do assentamento Urupá na linha T 8 próximo a uma reserva ambiental, de acordo informações dos assentados.

6 Conforme consta no Processo de Interdito Proibitório de N° 7004820-89.2016.8.22.0002.

7 Conforme ocorrência policial de número 29382/2016.

De forma unânime, os moradores relatam que os patrulhamentos entre o primeiro e o segundo procedimento de reintegração eram realizados diariamente. Tais ações contavam com sua presença e comando estratégico do sargento para intimidar as famílias.

Ressalta-se que em determinados dias, essas ações eram realizadas com viaturas oficiais e em outros dias utilizavam caminhonetes particulares, cujos os ocupantes costumavam usar fardas camufladas da Companhia de Operações Especiais (COE) e também as fardas comuns. Porém, os ocupantes não tinham nas mesmas as tarjetas de identificação dos policiais. Outro fato que chama a atenção é que alguns estavam encapuzados, portando armas diferentes daquelas utilizadas em ações de patrulha rotineira.

Em alguns relatos pode-se verificar que essas armas eram desconhecidas e que estavam equipadas com uma espécie de bipe. A CPT denunciou as ameaças e perseguição policial⁸. Após denúncias ao Ministério Público, segundo os acampados, no dia 22 de julho uma operação da Polícia Militar de Machadinho D'Oeste prendeu na referida área oito jagunços que estavam em duas camionetes e levaram os mesmos para a Unidade Integrada de Segurança de Pública (UNISP) de Machadinho.

8 Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3828-policiais-militares-ameacam-familias-de-posseiros-em-cujubim-rondonia>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

Os camponeses acham que apenas uma pessoa ficou presa e os agricultores acreditam que tratava-se do ex-sargento Moisés de Souza, que segundo outras informações teria se entregado antes, no dia 12 de julho. O mesmo era fugitivo do processo que investiga duas mortes da Fazenda Tucumã, na Linha 114 de Cujubim, e em abril de 2017, de ter participado da chacina das 9 mortes na localidade de Taquaruçu do Norte, em Colniza, no estado do Mato Grosso.

O grupo de 84 famílias despejadas do TD Urupá criaram o “**Movimento Urupá Livre**”, que após as ações policiais montaram um acampamento ocupando a Unidade Avançada do INCRA de Machadinho, visando serem atendidas pelo Ouvidor Agrário Regional. Conforme o atendimento registrado em ata, os acordos para que as famílias fossem cadastradas foi cumprido.

Todavia, o acampamento seguiu instalado nessa área, sobretudo, para resguardar a segurança das famílias.

A organização deste grupo de famílias camponesas, aguardava a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, visto que foi apresentada uma medida recursal de agravo de instrumento, impetrada pelo Ministério Público Estadual, cujo objetivo é a anulação da sentença judicial que determinou a reintegração de posse e consequentemente o despejo.

Há também uma expectativa por parte deste movimento que as medidas para retornarem à terra sejam adotadas durante uma reunião ordinária da Mesa de Diálogos e Negociações dos Conflitos Agrários do Governo de Rondônia.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.



Fonte: CPT-RO

RORAIMA

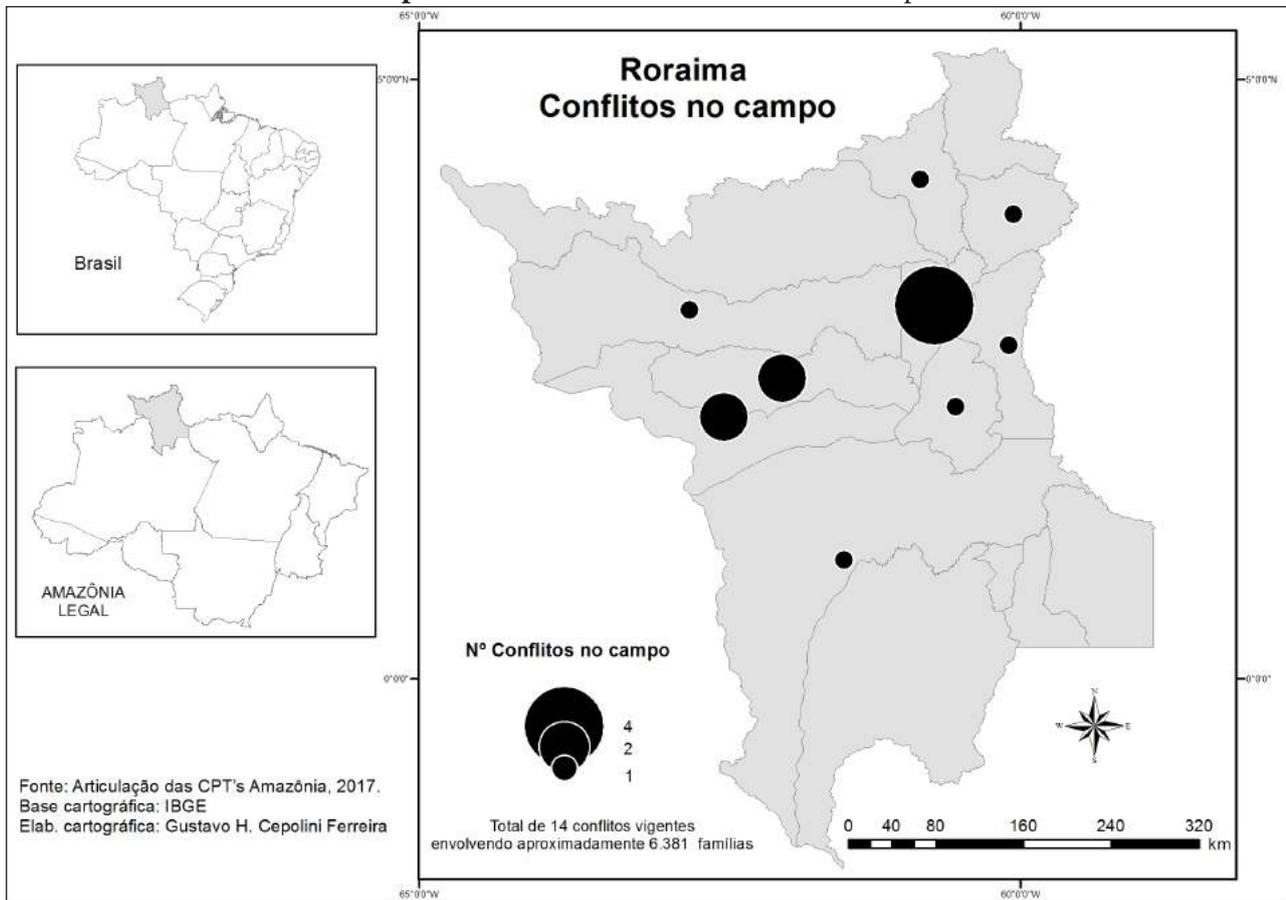
Tabela 15: Roraima - nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Boa Vista	4	125
2	Mucajaí	2	26
3	Iracema	2	229
4	Caracaraí	1	34
5	Alto Alegre	1	1.142
6	Pacaraima	1	956
7	Cantá	1	1
8	Bonfim	1	68
9	Normandia	1	3.800
	Total	14	6.381

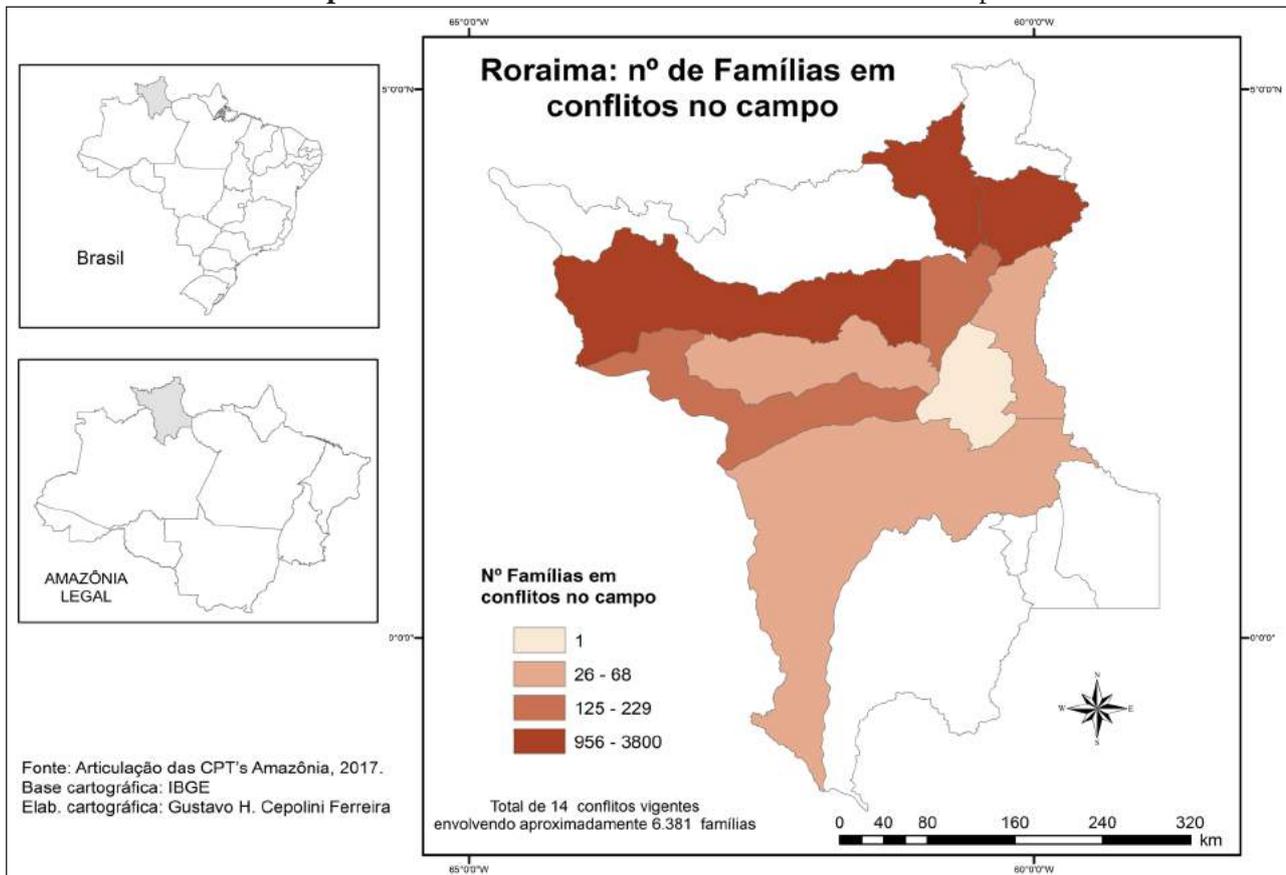
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registros da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 9 municípios possuem conflitos no campo, ou seja, em 60% dos municípios do estado de Roraima constata-se conflitos no campo.

Mapa 24 - Roraima: nº de conflitos no campo



Mapa 25 - Roraima: nº de famílias em conflitos no campo



OS CONFLITOS NO ESTADO DE RORAIMA

Carlos Cardoso | Equipe Regional
Comissão Pastoral da Terra de Roraima

Há mais de trinta anos, o Caderno Conflitos do Campo, publicado pela Comissão Pastoral da Terra Regional Roraima (CPT/RR) demonstra várias situações de violência contra trabalhadores rurais, entre as quais destacam-se as ameaças de morte, impedimentos do direito de ir e vir, violência física e moral e desrespeito aos direitos dos trabalhadores rurais, situações que fazem parte da realidade em Roraima.

A CPT/RR vem acompanhando alguns conflitos por terra, no entanto, podemos observar que, infelizmente, o trabalho realizado com muita coragem, dedicação e empenho ainda não é suficiente para dar conta de todos os ataques que trabalhadores rurais e agricultores familiares sofrem nessa região.

Alguns conflitos recebem acompanhamento ou solidariedade da CPT. Podemos destacar Cojubim Beira Rio, município de Caracaraí; ocupação da Fazenda Modelo, município de Mucajaí; ocupação da região conhecida como Complexo do Caju, município de Bonfim. Ataque por armas de fogo a um grupo de 15 trabalhadores rurais que reivindicam uma área da União para reforma agrária e que vem sendo grilada por fazendeiros na região de Campos Novos, município de Iracema. Temos ainda ameaças de morte de agricultores familiares no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, área rural de Boa Vista.

Na região de Bom Intento, um caso merece destaque. Trata-se da ocupação de Terras da União em Gleba Murupu. De acordo com uma das lideranças do movimento de ocupação dessa área, no mês de março do ano de 2015, 36 famílias de agricultores ocuparam a terra, instalando barracas e iniciando a sua produção.

Um empresário da cidade de Boa Vista alegou ser proprietário daquelas terras, porém, não apresentou nenhum documento que comprovasse a posse e muito menos decisão liminar da justiça. Ainda assim reuniu os capangas e destruiu as moradas e benfeitorias dos agricultores. Mesmo diante das ameaças e da violência, as famílias decidiram permanecer na terra e dar continuidade à ocupação.



Fonte: Carlos Cardoso, 15/03/15.

Ocupação de área no Bom Intento.

OCUPAÇÃO DE ÁREA NO BOM INTENTO

Não satisfeito com a primeira ameaça aos agricultores, o empresário, suposto dono das terras, entrou com uma ação de reintegração de posse contra as famílias. A documentação estava em nome de sua filha, Marcela Pereira de Arruda, que apresentou uma certidão de posse emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2012.

Nos autos do processo constava que a filha do empresário detinha a posse da terra, no entanto, o documento do INCRA que teria dado a posse à

Marcela era datado de 2006. O ano de nascimento da proprietária é 1991, portanto ela era menor de idade na data de emissão do documento do INCRA. Isso quer dizer que Marcela não poderia ser beneficiária de um lote da reforma agrária. Além de tudo isso ela não era agricultora e nem filha de agricultor.

Mesmo assim, o juiz responsável pelo processo não solicitou esclarecimentos ao INCRA e concedeu a reintegração de posse para filha do empresário. Com isso as famílias de agricultores

foram retiradas da terra tendo suas casas demolidas, muitos de seus pertences destruídos e suas roças arrasadas junto com a colheita.

Com a decisão da Justiça Estadual baseada em um documento supostamente falso, as famílias expulsas da terra ingressaram com uma denúncia junto ao Ministério Público Federal e Polícia Federal. A CPT/RR apoiou as vítimas no processo que pede a comprovação da veracidade do documento apresentado por Marcela.

Naquele mesmo ano de 2015, no mês de dezembro, a Polícia Federal lançou a Operação Vassalagem de combate à grilagem de terras públicas na Amazônia. O caso de Bom Intento também recebeu atenção daquela operação e constatou-se o envolvimento de servidores do INCRA/RR na falsificação de documento de posse de terra. O processo continua na Justiça Federal e as famílias aguardando o retorno a terra.

TOCANTINS

Tabela 16: Tocantins – nº de conflitos no campo e famílias envolvidas

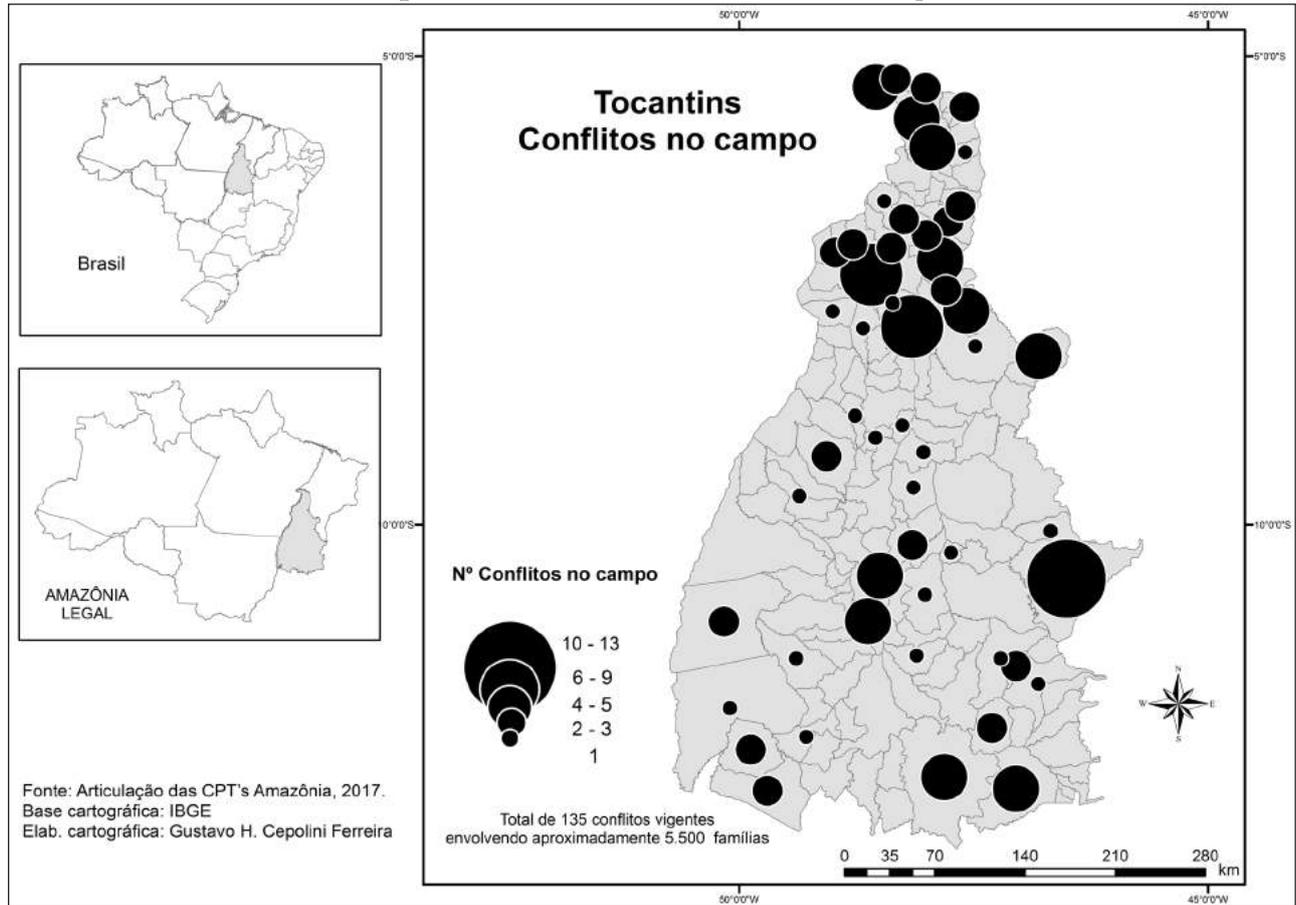
	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
1	Mateiros	13	240
2	Palmeirante	9	221
3	Araguaína	8	431
4	Araguatins	5	298
5	Barra do Ouro	5	197
6	Babaçulândia	5	152
7	Arraias	4	320
8	Brejinho de Nazaré	4	158
9	Campos Lindos	4	136
10	Paraná	4	122
11	Esperantina	4	120
12	São Bento do Tocantins	4	106
13	Porto Nacional	4	53
14	Carrasco Bonito	3	249
15	Wanderlândia	3	168
16	Filadélfia	3	79
17	Darcinópolis	3	35
18	Santa Fé do Araguaia	3	29
19	Palmas	2	145
20	Porto Alegre do Tocantins	2	108

	Municípios	Nº Conflitos	Nº Famílias
21	Lagoa da Confusão	2	100
22	Conceição do Tocantins	2	73
23	Dois Irmãos do Tocantins	2	63
24	Muricilândia	2	37
25	Carmolândia	2	29
26	Sandolândia	2	13
27	Araguaçu	2	SI
28	Palmeiras do Tocantins	2	SI
29	Piraquê	2	SI
30	São Miguel do Tocantins	2	SI
31	São Sebastião do Tocantins	2	SI
32	Tocantínia	1	630
33	Fortaleza do Tabocão	1	360
34	Maurilândia do Tocantins	1	227
35	Santa Tereza do Tocantins	1	174
36	Santa Rosa do Tocantins	1	90
37	São Félix do Tocantins	1	78
38	Dianópolis	1	68
39	Goiatins	1	50
40	Bandeirantes do Tocantins	1	40
41	Almas	1	25
42	Dueré	1	10
43	Xambioá	1	9
44	Formoso do Araguaia	1	5
45	Colméia	1	5
46	Arapoema	1	SI
47	Divinópolis do Tocantins	1	SI
48	Figueirópolis	1	SI
49	Monte do Carmo	1	SI
50	Nova Olinda	1	SI
51	Pedro Afonso	1	SI
52	Tupirama	1	SI
	Total	135	5.453

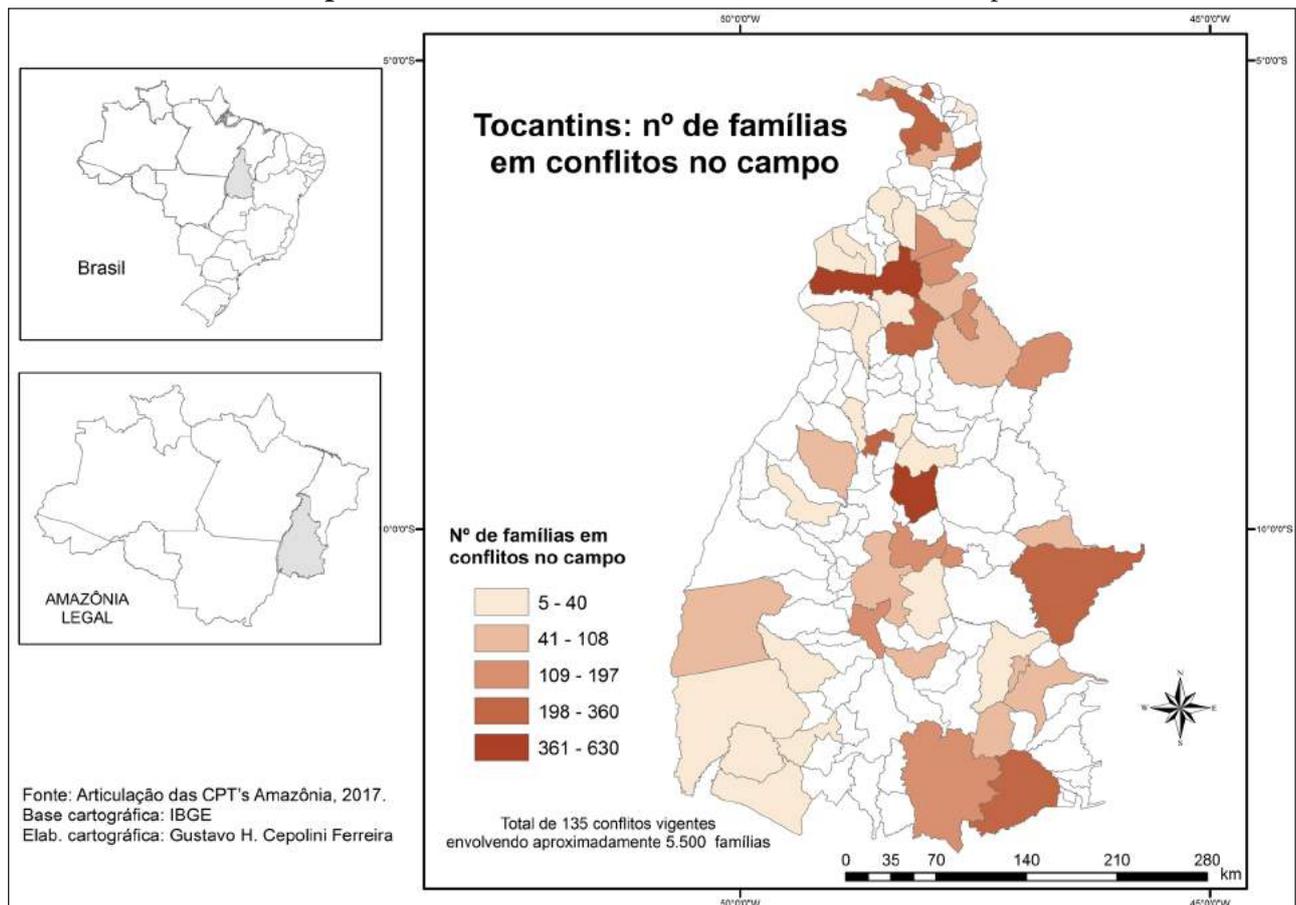
Fonte: Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

De acordo com os registrados da Articulação das CPT's Amazônia, atualmente 52 municípios possuem conflitos no campo do total de 139 municípios existentes no Maranhão (IBGE, 2017), ou seja, 37% dos municípios no estado do Tocantins estão envolvidos em conflitos no campo.

Mapa 26 - Tocantins: nº de conflitos no campo



Mapa 27 - Tocantins: nº de famílias em conflitos no campo



OS CONFLITOS NO CAMPO EM TOCANTINS

Valéria Pereira Santos*

Felipe Eduardo Lopes Oliveira**

Comissão Pastoral da Terra do Tocantins

No estado do Tocantins não é novidade a presença violenta de pistoleiros e ações judiciais de despejos contra comunidades camponesas. A cada ano cresce o número de comunidades expostas a situações de conflitos provocadas pelo avanço do agronegócio com a soja, eucalipto e pecuária de corte. Essas famílias ainda estão sujeitas à especulação imobiliária, construção de hidrelétricas e parques estaduais de preservação ambiental.

Os conflitos agrários no estado aumentaram significativamente em 2016 chegando a 135, superando os dados sistematizados em 2015 quando 34 casos foram registrados. Três trabalhadores rurais foram assassinados em Araguaína, Wanderlândia e Porto Nacional. Além dos assassinatos, outras duas tentativas de homicídio em Piraquê e Wanderlândia. A Comissão Pastoral da Terra de Tocantins (CPT - TO) registrou ainda 11 agressões, uma tortura, sete ameaças de morte e nove prisões¹.

As ocorrências contra a posse da terra com expulsão, despejos, destruição e queimas de casas também são preocupantes. São várias comunidades vulneráveis em todo o território estadual. Os dados de 2016 apresentam 99 ocorrências de conflitos por terra, envolvendo 5.453 famílias, números superiores aos anos 2013, 2014 e 2015 que somam 79 ocorrências.

A violência no campo nesse último ano tem um agravante, os grileiros voltam a se organizar em consórcios para contratação de jagunços (pistoleiros) que atacam grupos sem-terra em áreas ocupadas e acampamentos. Ainda existem casos, onde os grileiros contam com o apoio de uma “milícia” formada por Policiais Militares da reserva que atuam intimidando e ameaçando lideranças dos grupos.

As áreas de conflitos agrários no Tocantins envolvem aproximadamente 170 grupos camponeses,

* Agente de Pastoral da Comissão Pastoral da Terra, Regional Araguaia-Tocantins.

** Bacharel em História e Agente de Pastoral da Comissão Pastoral da Terra, Regional Araguaia-Tocantins.

¹ Dados do CEDOC - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2016.

entre estes estão os posseiros, sem-terra, assentados, ribeirinhos atingidos por barragens, quilombolas e indígenas. Entre essas comunidades em conflito, 50 são ocupações de famílias sem-terra em áreas da União (terras públicas, devolutas) ou áreas privadas improdutivas. Importante destacar, que a maioria dessas áreas estão ocupadas há mais de cinco anos, as reivindicações são por reforma agrária e regularização fundiária².

Outras 34 áreas são comunidades quilombolas que lutam pela retomada dos seus territórios que foram invadidos por “fazendeiros” ou sobrepostos em parte ou integralmente pelos Parques Estaduais do Jalapão, Parque Estadual do Encontro das Águas, Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins ou por Assentamentos da Reforma Agrária criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA³.

Em torno de 14 comunidades tradicionais de posseiros estão sob ameaças por ações judiciais de reintegração de posse movidas por “grileiros”. O que mais contribui para acirramento dos conflitos, nestes casos específicos, é a sobreposição de títulos em áreas da União. Esses títulos foram emitidos de forma irregular pelo Instituto de Terra do Goiás (IDAGO) ainda no período em que essa região fazia parte do Estado do Goiás e mais recente pelo Instituto de Terra do Tocantins (INTERTINS), ou seja, terras públicas tituladas de forma indevida para supostos fazendeiros.

² Dados extraídos da planilha de acompanhamento de conflitos da Ouvidoria Agrária Regional-Tocantins (OAR), em fevereiro 2016.

³ Informações da ONG Alternativa para Pequena Agricultura do Estado do Tocantins, 2016.

Com esses títulos fraudulentos em mãos, os grileiros têm ganhado ações na justiça estadual, provocando despejos e expulsão das comunidades tradicionais. Outra situação que contribui, é a inoperância dos órgãos públicos, INCRA e Programa Terra Legal, na condução dos processos administrativos de criação de assentamentos e regularização fundiária.

São preocupantes as situações reincidentes de violência, despejos com destruição de roças e queima de casas de várias comunidades no Tocantins. As perdas de alimentos e casas provocam maior empobrecimento das famílias, deixando-as cada vez mais vulneráveis. Insuficientes são os esforços empenhados pela Secretaria de Segurança Pública do Tocantins para garantir a integridade do povo.

Mesmo sem uma sistematização categórica dos conflitos no primeiro semestre de 2017, há registros de queima de casas, destruição de roças, ameaças e despejos arbitrários a trabalhadores e trabalhadoras na região central do Tocantins. Três grupos acompanhados diretamente pela CPT regional receberam ordem de despejo entre abril e agosto. Dois grupos localizados no município de Palmeirante conseguiram resistir e com ajuda da assessoria jurídica da CPT as ordens de despejo foram suspensas. O terceiro grupo, localizado no município de Nova Olinda, sofre com a terceira liminar de reintegração, porém continua a resistir.

Os dados apresentados mostram uma significativa redução no número de denúncias relacionadas ao trabalho escravo (TE) e superexploração (SE). É um fato constatado em todo Brasil, e na Amazônia, essa queda vem ocorrendo há cinco

anos. Nesse primeiro semestre de 2017 foram registradas duas denúncias envolvendo 29 trabalhadores nos municípios de Araguatins e Arapoema.

É um fenômeno que ainda não encontra explicação em dados concretos, porém, existem alguns indícios que apontam a existência de uma “invisibilidade” ou “naturalização” do trabalho escravo no estado do Tocantins. Alguns fatores contribuem para essa redução das denúncias. Pode-se destacar o registro da carteira de trabalho com valores inferiores ao que é pago pelo empregador, a substituição da mão de obra nas pastagens por agrotóxicos e as contratações temporárias de trabalhadores. Junto a isso, existe a falta de estrutura adequada para as fiscalizações, contribuindo para o aumento dos indícios apresentados.

NOVOS DESAFIOS

A crise política brasileira dos últimos anos, agravada por escândalos de corrupção e ascensão ao poder da direita neocolonial em meados de 2016, traz grandes desafios para os próximos anos. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA, a desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria Especial de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL), complica ainda mais a implementação das políticas públicas da reforma agrária e regularização fundiária. A aprovação da PE 55, as mudanças na estrutura da educação, a reforma na previdência e na legislação trabalhista são outros retrocessos que implicaram diretamente na vida

das comunidades, que já vivem desassistidas pelas políticas públicas para campo.

Esse retrocesso tem gerado impactos diretos nas demandas de acampamentos, ocupações e posseiros, pois os processos administrativos de regularização fundiária e criação de assentamento que estavam com avanços importantes no INCRA e Terra Legal, estagnaram.

Vale ressaltar, que a reforma agrária nunca foi prioridade para os governos brasileiros, mas essas novas medidas pós “Golpe” tendem a retardar ainda mais o desempenho institucional dos órgãos públicos. Aliado a isso, está a corrupção dentro desses órgãos públicos, uma doença quase incurável que trava o avanço da Reforma Agrária no Brasil⁴.

O Estado Brasileiro é o maior repressor das lutas sociais e em 2017 a truculência foi destaque em nível nacional, casos emblemáticos como a chacina em Pau D’arco no Pará, em maio deste ano, o ataque brutal aos índios Gamelas, em Viana no Maranhão são reflexos das políticas de reforma agrária empregadas pelo Estado e a legitimação social de discriminação, criminalização e punição dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e movimentos sociais. Diante disso, só através do processo de organização e formação política das comunidades camponesas que será possível fazer enfrentamento para avançar nas conquistas dos direitos.

⁴ Desde mês de abril de 2016, TCU – Tribunal de Conta da União paralisou todos os processos de desapropriação de terra no Brasil, após encontrar várias irregularidades nas áreas de assentamento e no próprio INCRA.

COMUNIDADE SERRA DO CENTRO

CAMPOS LINDOS

Rafael Oliveira Sousa*

Comissão Pastoral da Terra do Tocantins

A comunidade Serra do Centro está localizada no município de Campos Lindos (TO) e conta com 80 famílias, sendo que 60 são famílias tradicionais e as outras com perfil de beneficiários pela reforma agrária – como define um relatório antropológico realizado em 2014 a pedido do Ministério Público Federal de Araguaína.

As famílias tradicionais estão há mais de 70 anos na região, que faz divisa com a cidade de Balsas (MA). O que separa os dois estados é o rio Manoel Alves. As famílias não se organizam a partir de uma associação, mas historicamente mantém relações muito próximas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da cidade. Mais recentemente, em uma grande assembléia, o grupo elegeu temporariamente uma coordenação colegiada para representar as famílias em negociações junto ao MPF em busca da permanência na terra.

O sustento é tirado da agricultura de subsistência, abastecendo os comércios da cidade. O que predomina é a farinha de puba, o feijão, o milho e o arroz. Outrora bastante significativa, a criação de gado já não é a principal fonte de garantia de recurso.

O Projeto Agrícola Campos Lindos é composto por dezenas de produtores de soja que se organizam enquanto Associação de Plantadores do Alto Tocantins (Associação Planalto). Há produtores vindos do Sul e Sudeste do país, bem como de outros países, como Japão, Rússia, Portugal e Paraguai.

A soja é plantada anualmente, dando espaço nas entressafras para a plantação do milho. As empresas Cargill e Bunge mantêm no alto da serra, muito próximo à comunidade, suas enormes estruturas de armazenamento dos grãos. Caminhões chegam a todo instante e levam as commodities para os trens da Ferrovia Norte-Sul.

O Projeto Agrícola Campos Lindos foi criado em maio de 1997 por José Wilson Siqueira Campos,

* Agente Pastoral do Regional Araguaia-Tocantins.

então governador do Tocantins, por meio do decreto 438/97. Em uma reforma agrária “às avessas” que consumou uma grilagem pública de terras, o estado desapropriou por improdutividade a antiga fazenda Santa Catarina – já titulada de forma controversa –, e distribuiu os mais de 90 mil hectares a fazendeiros, empresários e políticos, muitos deles bem conhecidos: a senadora Kátia Abreu e o ex-ministro da Agricultura de Itamar Franco, Dejandir Dalpasquale, estão entre os beneficiários que pagaram apenas 10 reais por hectare.

A implantação do projeto desconsiderou a existência de cerca de 160 famílias camponesas que, de forma comunitária, ocupavam o local havia mais de seis décadas com produção diversificada, criando o gado solto e aproveitando o que o cerrado oferecia. Suas áreas acabaram convertidas em reserva legal do projeto. Depois de muita pressão, aproximadamente 70 delas tiveram seus títulos concedidos, mas boa parte ainda ficou sem reconhecimento legal de suas posses. Diariamente, convivem com a contaminação provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja.

Além dos conflitos relacionados à posse da terra, o projeto apresenta diversos problemas ambientais. Ele começou a funcionar sem apresentar o EIA/RIMA e sem Licença Prévia do Naturatins (órgão estadual de licenciamento ambiental). Em 2000, o Ibama constatou diversas irregularidades, como desmatamento de grandes áreas sem autorização, inclusive de áreas de preservação permanente (APPs) na beira dos cursos d'água. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra o projeto, e Naturatins e Ibama

impuseram condicionantes para o seu funcionamento. Em 2009, o Naturatins fez nova inspeção e confirmou a sobreposição de áreas de reserva legal com APPs. Ainda assim, o projeto nunca teve suas atividades embargadas.

Em fevereiro de 2013, em audiência pública realizada em Campos Lindos sobre a situação das famílias de posseiros e sobre os problemas ambientais, o Naturatins reconheceu que o projeto continua a funcionar sem licenciamento. A Defensoria Pública do Tocantins afirmou seu compromisso em atuar junto aos posseiros. Nesta ocasião, o Ministério Público Federal designou um antropólogo para produzir um laudo a respeito das comunidades.

A partir do laudo antropológico, e depois de mais de 10 reuniões com MPF e Associação Planalto, a comunidade conseguiu garantir o reconhecimento de 60 famílias no perfil de comunidade tradicional. Outras 20 foram consideradas com perfil de reforma agrária e de possível aceitação na comunidade pelos tradicionais. Dessa forma, o MPF redigiu um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado pela Associação Planalto e pelas famílias, no qual garantia a permanência dessas 60 famílias, com possibilidade de acolher as outras 20.

Destaca-se que desde 2005 a comunidade sofria risco de despejo. Em outubro de 2016 de fato houve o despejo de 30 famílias, mas praticamente em sua totalidade eram famílias que estavam estabelecidas na região há menos de dois anos – algumas de forma especulatória.

TRABALHO ESCRAVO

Foi em uma fazenda do projeto que se deu o primeiro resgate de trabalho escravo do estado do Tocantins. Entre 2003 e 2013, foram identificados oito casos em Campos Lindos, seis deles em atividades ligadas à soja. Apenas três foram fiscalizados, com o resgate de 29 trabalhadores. A cidade de Campos Lindos tem uma população de 9,6 mil pessoas e é dona de um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de todo o Brasil, com 0,544, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A si-

tução vivenciada pelas famílias impactadas pela soja torna seus filhos extremamente vulneráveis ao trabalho escravo.

Vídeos produzidos pela Regional Araguaia-Tocantins da CPT, relatam a problemática fundiária e os impactos sofridos pelas famílias em decorrência da utilização desenfreada de agrotóxicos nas lavouras de soja entre outras problemáticas. Tais materiais estão na página Goose Audiovisual, disponíveis em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCnKB6t-9fwmCkk8SaBBAJ8zQ>>.

Acesso em: 10 set. 2017.



Fonte: Rafael Oliveira. 18/10/2016.

Despejo de família na comunidade Serra do Centro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- BALDUINO, Dom Tomás. Testemunho e profecia. In.: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CEDOC. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Assassinatos no campo 2015 a 2017**. Goiânia: CPT, 2017.
- CPT. Conflitos no Campo Brasil. **Goiânia: CPT Nacional, 2015**.
- _____. **Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos**: Relatório Denúncia. CPT: Goiânia, 2016.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2016a.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014). **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, p. 293-317, 2015.
- IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- INCRA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. **Acervo Fundiário**. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

- INPE. **Missão Amazônia-1**. Disponível em: <<http://www.inpe.br/amazonia-1/amazonia.php>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1990.
- _____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In.: MAGALHAES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- _____. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In.: **Anais do EGAL**, Costa Rica, 2011.
- _____. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. In.: **Anais do EGAL**, Havana - Cuba, 2015.
- PAULA, Elder. A. de. e SILVA, Mauro C. R. da. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Sindicalismo rural, poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes**. FAFICH/Belo Horizonte-MG, 31 de maio a 3 de junho, 2005.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo-AM**. (Dissertação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Manaus: UFAM, 2012.
- _____. Essa terra já tem dono: Grilagem e conflitos pela posse de terras em Presidente Figueiredo – Amazonas. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010.



editora
entremares

*A presente obra terminou de ser im-
pressa no inverno de 2017 na cidade
de São Paulo.*



Esta publicação sem dúvida evidencia cada vez mais a necessidade de registrar, ao mesmo tempo em que atualiza os bancos de dados da CPT, pois permite maior qualificação, além de garantir o registro a partir das equipes e de seus agentes, que são as fontes vivas que acompanham e registram toda violência praticada contra os bens naturais e a vida das pessoas que sofrem com o avanço voraz do capital. Sabemos que os defensores de plantão de toda insanidade praticada contra a vida dos amazônidas fazem de tudo para esconder toda esta violência e, somente com registros como este é possível dar visibilidade a tamanha violência sofrida pelos habitantes da Amazônia, ao mesmo tempo em que possibilita tirar também da invisibilidade todos os processos de articulação das lutas dos diversos grupos sociais que reagem e se organizam para o enfrentamento contra toda opressão, em busca de uma vida digna e do bem viver.

Prefácio

Darlene Braga, Gilson Rego e Josep Iborra

organização:



Comissão Pastoral da Terra
Articulação das CPTs Amazônia

apoio:

MISEREOR
IHR HILFSWERK



entremares



9788593890048